RAISSA SILVEIRA BUSS

“ACONTECEU, VIROU HISTÓRIA”:

A REVISTA *MANCHETE* E O TEMPO PRESENTE DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

DOURADOS – 2026

RAISSA SILVEIRA BUSS

“ACONTECEU, VIROU HISTÓRIA”:

A REVISTA *MANCHETE* E O TEMPO PRESENTE DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades

Linha de Pesquisa: Sociedade, Política e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perli.

DOURADOS – 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B981" Buss, Raissa Silveira
"Aconteceu, virou história": a revista *Manchete* e o tempo presente da ditadura militar brasileira [recurso eletrônico] / Raissa Silveira Buss. -- 2026.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Fernando Perli.
Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. imprensa periódica. 2. ditadura militar. 3. tempo histórico. I. Perli, Fernando. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

RAISSA SILVEIRA BUSS

"ACONTECEU, VIROU HISTÓRIA":

A REVISTA *MANCHETE* E O TEMPO PRESENTE DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador: Fernando Perli (Dr., UFGD)

2º Examinador: Tania Regina de Luca (Dra., UNESP)

3º Examinador: Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD)

Para Letícia.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é um produto sonhado a tempos, mimetizado, enfim, nas páginas que se seguem. Agradeço, sobretudo, à minha persistência em mim. Mas essa persistência vem de outros, que aqui agradeço de todo o meu coração.

Primeiramente, ao querido professor Fernando Perli que, desde a Iniciação Científica, me inspira, incentiva e orienta nos caminhos da pesquisa acadêmica. Pela compreensão, criatividade, sugestões ímpares de leituras, incentivo à participação em eventos acadêmicos, obrigada.

Agradeço ao professor Eudes Fernando Leite pelas pontuações pertinentes feitas durante o Exame de Qualificação desta dissertação, além do empréstimo de livros e conversas informais sobre os rumos da pesquisa. O professor Eudes muito me incentivou a "desbancar" as edições da *Manchete* que se encontravam guardadas no LEPHIR, o que colaborou para determinados rumos desta pesquisa.

Ao professor Mateus Henrique de Faria Pereira, pelas sugestões, críticas e apontamentos no Exame de Qualificação, que tanto me auxiliaram a reavaliar fontes, conhecer novas bibliografias e pensar "maior" sobre este trabalho e a história do tempo presente. Foi um prazer ouvi-lo.

À querida professora Tania Regina de Luca, uma grande referência na área dos estudos dos impressos, agradeço pela sensibilidade em aceitar o convite para compor a banca de defesa desta dissertação. Fiquei muito feliz por contar com a sua leitura e considerações sobre este trabalho.

À minha mãe, Letícia, a quem se fez casa mesmo distante. É o seu amor e incentivo que fazem parte do que sou e ainda posso ser. A busca pela realização dos meus sonhos só faz sentido porque posso dividi-los com você. Que bom tê-la como mãe.

A meu pai Josué e irmãos João e Débora, também agradeço por compreenderem a distância em dados momentos. A saudade por vocês foi (e é) ininterrupta em mim.

Agradeço ao meu pai Guilherme por todo o incentivo durante o mestrado que, através das ligações constantes, se mostrou torcedor por este resultado. Agradeço enormemente pelos conselhos fraternos.

A todos os meus avós, pelas conversas tidas durante algumas férias em Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, que me fizeram pensar ainda mais na história como indelével. Pelas orações feitas por mim, pelo riso e inspiração de vida. Que dádiva tê-los como avós.

Aos amigos, por serem ombros-amigos: Leonardo, Heriques e Isabella. Enxergaram

força em mim, até quando eu não pude. Agradeço o companheirismo. Aos amigos do mestrado, João Vitor e Larissa, obrigada por dividirem comigo este momento de (re)descobertas na História e para além dela. Um agradecimento especial à minha amiga Nicole, por todos os chás que me trouxe no pé da madrugada, por me ouvir entusiasmada sobre as descobertas *Manchetes* adentro e, especialmente, pela ajuda com a formatação do texto.

Ao Mário, pelas transcrições de reportagens da *Manchete* e, sobretudo, pelo compartilhar de amor e sonhos. Por tornar mais leves os dias pesados, "djavaneando" nosso tempo.

Aqui cabe também um agradecimento especial à psicóloga Kétlen, que me ajudou a compreender que, por vezes, os problemas se agigantam quando não conseguimos enxergá-los com a devida distância. Seu trabalho sensível também faz parte desta caminhada.

Por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de pesquisa, cujo apoio financeiro foi fundamental para a realização desta pesquisa.

“Quando eu me encontrava preso
Na cela de uma cadeia
Foi que eu vi pela primeira vez
As tais fotografias.”
(Caetano Veloso, 1978)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o papel exercido pela revista *Manchete*, publicação pertencente à Bloch Editores, na produção de memórias e na construção de narrativas sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), tendo como eixo central a investigação de suas edições extraordinárias publicadas ao longo do regime militar. O objetivo principal consiste em compreender de que maneira o periódico articulou as temporalidades do passado, do presente e do futuro para conferir sentidos aos acontecimentos políticos publicados. A partir das tipologias de edições extraordinárias – divididas em extras, históricas, especiais e suplementos –, a pesquisa se orienta para a compreensão, em um primeiro momento, da utilização de um discurso ufanista e desenvolvimentista por meio do periódico que se relaciona ao discurso promovido por governos da ditadura militar, especialmente aos do presidente Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Estas características foram abordadas a partir da perspectiva de "horizonte de expectativas", considerando o "regime de historicidade moderno" e relacionando a narrativa da revista *Manchete* ao dito "futuro presente". No tocante aos usos políticos do tempo passado, foram observados os modos de como o periódico utilizou o evento do golpe de 1964 e a comemoração do Sesquicentenário da Independência para novamente elucidar o período do tempo presente. A partir da martirização da figura de Tancredo Neves, se observou o retorno de um "passado recente" para a proposta da democracia e da Nova República como meio intrínseco ao "futuro presente", ainda baseado no "horizonte de expectativas". Conclui-se, dessa forma, que a revista *Manchete* se utilizou da sua dita maleabilidade política para se alinhar como um objeto da imprensa também responsável por ditar as dinâmicas do que deveria ser rememorado ou esquecido durante o período da ditadura militar enquanto tempo presente do periódico.

Palavras-chave: imprensa periódica; ditadura militar; tempo histórico.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the role played by *Manchete* magazine – a publication owned by Bloch Editores – in the production of memories and the construction of narratives regarding the Brazilian civil-military dictatorship (1964 - 1985), focusing specifically on the investigation of its extraordinary editions published throughout the military regime. The primary objective is to understand how the periodical articulated the temporalities of past, present, and future to assign meaning to the political events it covered. Based on the typologies of extraordinary editions – categorized as extras, historical issues, special editions, and supplements – the research first seeks to understand the magazine's use of a jingoistic and developmentalist discourse. This discourse mirrored that promoted by the military dictatorship's governments, particularly those of presidents Emílio Garrastazu Médici and Ernesto Geisel. These characteristics are examined through the lens of the "horizon of expectations", considering the "modern regime of historicity" and linking *Manchete*'s narrative to the concept of the "future-present". Regarding the political uses of the past, the study observes how the periodical utilized the 1964 coup and the Sesquicentennial of Independence celebrations to shed light on the "present time". Through the martyrization of Tancredo Neves, the research notes a return to the "recent past" to frame the proposed democracy and the "New Republic" as intrinsic elements of the "future-present" – a perspective still grounded in the "horizon of expectations". Ultimately, the dissertation concludes that *Manchete* leveraged its political malleability to position itself as a press outlet that helped dictate the dynamics of memory and oblivion during the military dictatorship – a period that constituted the magazine's own "present time".

Key words: periodical press; military dictatorship; historical time.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capas da revista *Manchete* dos anos de 1965 e 1966.....40
Figura 2 – Capas da revista *Manchete* sobre a inauguração de Brasília.....49
Figura 3 – Reportagem "Um plano em função do homem", 1974. 66
Figura 4 – Reportagem "Em cada homem um herói", 1973. 66
Figura 5 – Reportagem "Em cada homem um herói", 1973. 66
Figura 6 – Capa da edição especial Brasil Futuro 1975–1979 (1974) 75
Figura 7 – Reportagem "A força das hidrelétricas", na Edição Especial Brasil Futuro 1975-1979 (1974) 77
Figura 8 – Reportagem "Todas as estradas levam ao progresso", na edição Especial Progresso do Brasil (1969) 77
Figura 9 – Reportagem "Aqui começa a idade do aço", na Edição Especial Brasil 71, nº 1.000 (1971). 78
Figura 10 – Anúncio da construção da Escola Adolpho Bloch na rodovia Transamazônica (1973) 81
Figura 11 - "Edição Extra" (1964) 84
Figura 12 - Edição Histórica, Abril de 1964 84
Figura 13 – Logotipo do Sesquicentenário da Independência do Brasil em publicidade da empresa TAP (1972) 93
Figura 14 – Publicidade da empresa CONSTROL S.A (1972) 105
Figura 15 – Publicidade da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (1972) 105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB - Ação Integralista Brasileira

AP – Ação Popular

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia

CBOEX - Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CTAG - Complexo de Televisão de Água Grande

EUA - Estados Unidos da América

FUNTERJ - Fundação dos Teatros do Estado do Rio de Janeiro

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JK - Juscelino Kubitschek

JUC – Juventude Universitária Católica

PDS - Partido Democrático Social

PIN - Programa de Integração Nacional

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PUA - Pacto de Unidade e Ação

SUMÁRIO

Lista de figuras.....11
Lista de abreviaturas e siglas.....12

Introdução.....14

Capítulo 1
A revista *Manchete* e a ditadura militar brasileira.....25
1.1. A Bloch Editores na "era das revistas de consumo".....25
1.2. O Grupo Bloch e a revista *Manchete*: uma breve abordagem.....30
1.3. Uma revista "vendida": *Manchete* e o situacionismo político 45

Capítulo 2
O presente futuro em *Manchete*.....54
2.1. As edições extraordinárias de *Manchete*.....54
2.2. "Com quantos quilos de medo se faz uma tradição": nação e futuro em *Manchete*.....61
2.3. O "Brasil Potência" nas páginas da *Manchete*.....73

Capítulo 3
O presente passado em *Manchete*.....83
3.1. 1964: o Golpe "passado" como revolução 83
3.2. O "passado distante" em *Manchete* no sesquicentenário da independência.....91
3.3. O retorno do "passado recente" e a democracia como "futuro presente".....107

Considerações finais.....121
Fontes.....126
Referências bibliográficas.....130
Apêndice 135

INTRODUÇÃO

"Cade a Nalu e Eliana?"
"Estão em casa, recebendo o pessoal da *Manchete*."
"O que essa revista vendida foi fazer lá em casa?"
"Tirar uma foto da família para a próxima edição, filha."
(Ainda Estou Aqui, 2024)

Em uma sala de cinema silenciosamente lotada, assisti a este diálogo que, dentre tantos outros que ressoaram nas redes sociais, rodas de conversa, debates ou matérias jornalísticas, mais me chamou a atenção. Ainda no aeroporto, a personagem de Eunice Paiva explica para sua filha Veroca, que acaba de chegar de um intercâmbio, que a revista *Manchete* (Rio de Janeiro, 1952-2000) fará uma publicação sobre sua família acerca do desaparecimento do seu esposo, o então ex-deputado federal Rubens Paiva. Veroca opina de forma direta: a revista é "vendida", suas informações são manipuladas e direcionadas para atender aos interesses do regime militar.

Assistir a este diálogo enquanto pesquisadora da revista *Manchete* na ditadura militar brasileira foi, confesso, um deleite. A força dos debates sobre memórias e usos do passado, unidos à noção de que os periódicos podem ser compreendidos como espaços de mediação simbólica e de circulação de representações, foram catalisadores para se chegar ao tema aqui elaborado. Novamente, a historicidade do historiador também participa do seu ofício.

Entretanto, aqui é preciso retirar a lente romântica do cinema, a beleza da palavra falada e a tensão da atuação para, enfim, chegar ao mote central desta pesquisa: qual o lugar ocupado pela revista *Manchete* na construção de narrativas sobre a ditadura militar brasileira a partir de suas edições extraordinárias? De que maneira o tempo presente do regime ditatorial atravessou suas publicações e suas edições extraordinárias? Para responder, é preciso conhecê-la.

Em "A configuração do moderno conceito de história", capítulo que constituiu a coletânea "O conceito da História", o historiador alemão Reinhart Koselleck observou que "a crítica é que permite relacionar a objetividade da História e sua elaboração subjetiva" (2013, p. 164-165). A passagem do plural alemão *die Geschichten* ao singular *die Geschichte*, ocorrida no decorrer do século XVIII, marcou profundamente a compreensão por História, ou

ainda, a "construiu". [1]

Esse deslocamento semântico permitiu que a História fosse compreendida como uma categoria de reflexão sobre o próprio tempo histórico. A crítica, como propôs Koselleck (2013), tornou-se elemento estruturante para a compreensão da própria historicidade. Em outras palavras, não existe passado pesquisado de forma neutra ou imediata, mas interpretações historicamente construídas a partir das experiências e demandas do presente. O passado, portanto, não surge separado do presente, assim como o futuro não existe desvinculado das experiências vivenciadas historicamente.

Entre o acontecimento vivido e sua permanência como memória existe um conjunto de narrativas, disputas e seleções que organizam aquilo que será lembrado ou, também, esquecido. Nos importa, baseado em Koselleck (2013), compreender como as sociedades passaram a pensar o próprio tempo, não somente os acontecimentos tratados ao longo deste tempo. A narrativa histórica perpassa, ora a tratar do passado, ora do futuro, pelas demandas do presente, tempo em que é produzido.

É justamente nesse espaço de narrativa que a imprensa periódica ocupa um lugar específico e relevante. Como bem escreveu a historiadora Cristiani Bereta Silva:

> os meios de comunicação ocupam, nas sociedades contemporâneas, lugar de destaque na produção de uma memória pública e de uma ideia de história. A narrativa jornalística, principalmente, vem participando desse processo com vigor e constância haja vista sua condição simbólica de detentora da pretensão da verdade. Legitimada como uma das principais instâncias semantizadoras das ações e das transformações da realidade, a mídia jornalística seleciona, entre todos os fatos e sujeitos, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância histórica. Além disso, a ideia de história produzida pelo discurso jornalístico opera no estabelecimento de relações entre sujeitos individuais e coletivos com o presente, o passado e o futuro (Silva, p. 22, 2014)

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel da revista *Manchete* como produtora de memória (Silva, 2014; Pereira, 2009 [2]) sobre a ditadura militar brasileira, especialmente a partir de suas edições extraordinárias publicadas durante o regime. Entende-se

[1] O termo em plural, *Geschichte*, se referia à história como um conjunto de acontecimentos, numa espécie de soma de histórias individuais ('a História *são*'); com a também existência do termo *historie* que, em resumo, significava a "narrativa daquilo que aconteceu". Assim, aos poucos, o conceito no singular foi surgindo e sendo utilizado para tratar da "História em si".

[2] "[...] por um lado, talvez o jornalismo seja a principal instância produtora e reprodutora da memória do mundo contemporâneo e, por outro lado, que a necessidade da imprensa em julgar e explicar a informação levou a produção de uma história dita "imediata". PEREIRA, Mateus H. F. A Máquina da Memória/Almanaque Abril: o tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru: EDUSC, 2009. p. 23.

por edições extraordinárias as denominadas “histórica”, “especial”, “extra” e “suplemento”, cujas páginas mostraram-se fontes privilegiadas para análise das seleções temáticas realizadas pela revista *Manchete*. Diferentemente das edições regulares, lançadas com periodicidade semanal, as edições extraordinárias eram publicações episódicas que tratavam de temas específicos, sem uma periodicidade fixa. Representavam, portanto, momentos de ruptura dentro do formato editorial da revista *Manchete*.

A partir do encontro dessas edições, algumas questões surgiram na construção desta pesquisa: quais acontecimentos a revista *Manchete* considerou suficientemente relevantes para romper sua lógica de circulação ordinária? Quais sentidos sobre o tempo presente da ditadura militar foram elaborados e difundidos a partir dessas edições? A excepcionalidade pode ser, aqui, compreendida como um filtro das informações que o periódico escolheu destacar ao longo da ditadura militar. Ao se tratar de uma revista de grande circulação nacional e inserida em disputas políticas e simbólicas, nos interessa compreender de que maneira as coberturas dadas pela *Manchete* aos governos militares contribuíram para a divulgação de um projeto político conservador e autoritário.

Nesse sentido, é importante compreender as revistas impressas como parte de uma produção midiática que passou, na segunda metade do século XX, a se tornar importante suporte de análise na historiografia. A utilização da mídia impressa como fonte histórica no Brasil consolidou-se apenas a partir da década de 1970 (Luca, 2008) pois, embora os jornais e revistas semanais já fossem populares no país, estes não eram considerados fontes legítimas para a escrita da história. Admitia-se, quando muito, uma “história da imprensa”, mas não uma história construída *por meio* dela. Esse cenário começou a mudar a partir das transformações historiográficas das décadas finais do século XX, associadas ao movimento da chamada História Nova, marcada por um maior incentivo de interdisciplinaridade do campo, ampliação temática e a inclusão discursiva de camadas e classes sociais até então pouco abordadas pela história. Diante desse cenário de transformações no campo historiográfico, ao se mudar a prática da história, mudou-se, ao longo das décadas, a própria concepção de documento e de crítica.

O Brasil da segunda metade do século XIX, assim como diversos outros países, passou por uma fase de expansão do mundo urbano que, associada à construção das estradas de ferro, o surgimento da fotografia e do telégrafo, por exemplo, foi marcada por uma aceleração da circulação de informações. Em condições simultâneas, a noção de tempo foi alterada na sociedade moderna em que as percepções de sua aceleração se confundiram com a intensificação de buscas por novidades e inovações. Nesse contexto, a imprensa se alterou não

somente na utilização de seus textos, mas também em sua forma.[3] Dentre suas grandes mudanças, a principal foi a troca de um jornalismo de teor doutrinário para uma escrita condizente com os acontecimentos e com a informação (Luca, 2008).

Em "Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo" (2013), o historiador François Hartog afirmou que o "acontecimento" tornou-se a principal ferramenta utilizada pela economia midiática do presente, que não cessa de produzi-la. Assim, o acontecimento, o fato ou o evento são buscados incessantemente, pois a aceleração da noção de tempo moldou uma necessidade de prover a novidade e o irrepetível, muito embora o acontecimento tenha se tornado uma construção inserida em processos de reprodução social. "O presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado" (Hartog, 2013, p. 150), pois o presente, neste regime de historicidade moderno, não é capaz de "se sustentar" por longos períodos. A premissa é que precisa ser, logo, substituído por outro presente, outros novos acontecimentos.

Por isso, nessa incessante lógica de busca pelo acontecimento, a imprensa passou a ser considerada a detentora do monopólio da história, conforme sugeriu Pierre Nora (1988, p. 181). Nessa perspectiva, caso o tempo apenas se torne humano por meio da narrativa,[4] a imprensa não seria independente dos acontecimentos mas, pela sua "força" de narrativa, teria se tornado algo uníssono com os acontecimentos. Teríamos tido o privilégio (ou desventura?) de presenciar uma época em que o próprio presente surge com um sentido "histórico", pensado um dia como passado, alavancado pelas narrativas jornalísticas.[5]

Considerando a imprensa como central no monopólio das narrativas (Nora, 1988, p. 181), percebemos sua condição de instrumento que seleciona aquilo que lhe parece ter um gancho para ser publicado, afinal, estamos lidando ainda com um produto de consumo. Não se deve, portanto, considerar os impressos como obras solitárias e individuais, pois há um conjunto de indivíduos, ideias, crenças e valores por detrás de cada página publicada (Luca, 2008, p.139-141), jamais desprendida da sociedade. Analisar um periódico da imprensa é adentrar num leque de possibilidades de perspectivas: pode-se perceber sua produção e recepção dos discursos; as motivações para a publicação de determinados assuntos; os temas propriamente

[3] Para Antoine Proust, se interessa também pela forma em que é dito (e pelas zonas de silêncio), para além do que [os textos] dizem. PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998. p. 130.

[4] Apoiado em Paul Ricoeur (2010) que entende que a experiência humana do tempo se torna compreensível por meio da narrativa, já que é por ela que organizamos os acontecimentos e damos sentido ao tempo. RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa: a intriga e a narrativa histórica. V1. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2010.

[5] É preciso observar que, embora compreenda-se "imprensa" como o conjunto de meios de comunicação responsáveis pela circulação pública de informações – incluindo as mídias digitais e redes sociais- aqui nos atemos especialmente à imprensa escrita e periódica, como jornais e revistas.

escritos e vendidos ou, ainda, a linguagem utilizada pelo periódico pesquisado.

Um periódico, aqui especialmente uma revista de grande circulação nacional, faz parte da sociedade ao mesmo tempo em que a narra. A revista *Manchete*, na condição de revista de informação e variedades com periodicidade semanal, pode ser tida como uma fonte privilegiada para se compreender o tempo presente em que foi produzida, não apenas pelos acontecimentos que registrou, mas pelas formas como os selecionou e organizou.

Utilizar a revista *Manchete* como fonte e objeto de pesquisa historiográfica nos permite acessar não apenas os eventos em si (fonte), mas os sentidos atribuídos a eles em seu próprio tempo (objeto). Como observado pelo historiador Mateus Henrique de Faria Pereira (2009, p. 21):

> "Entender os produtos da imprensa como objetos históricos significa, assim, percebê-los situados entre a história cultural, social, econômica e política, considerando que a imprensa é o principal meio de construção de temporalidades nas sociedades contemporâneas". [6]

Portanto, não propomos uma história *da* revista *Manchete*, mas uma história *por meio* da revista *Manchete*, ou seja, por meio das representações e narrativas publicadas em suas páginas durante a ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985. Para isso, em um primeiro momento da pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado, foi necessária a leitura de obras como "Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988" (2004), de Beatriz Kushnir; "História da Imprensa no Brasil" (2008), de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca; e "História Cultural da Imprensa" (2007), de Marialva Barbosa, para, enfim, se apropriar de um cenário histórico e das práticas da imprensa brasileira, especialmente durante o século XX.

Logo, foi preciso "demolir" a fonte/objeto e transformá-la em partes. Antes de recorrer às análises das edições históricas da revista *Manchete*, tornou-se importante compreender sua própria trajetória enquanto periódico, tratando de sua fundação, os editores e funcionários que a compuseram, sua materialidade e o contexto sociopolítico em que esteve inserida. Somente a partir desse entendimento prévio é que foi possível analisar de forma crítica os sentidos do que era "histórico" para a revista em um tempo presente na ditadura militar brasileira.

---

[6] Pensamento que dialoga com o que a historiadora Marialva Barbosa (2007) observou: "[...] construir história da imprensa é perceber a história como processo completo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos", isto é, a imprensa se situa entre o cultural e social. BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa. Brasil: 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, 264p.

Enfim, foi necessário compreender o "documento" como um "monumento", assim como observado por Jacques Le Goff (1990):

> [...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le Goff, 1990, p. 545).

Neste processo de "desconstrução" da revista *Manchete*, diversas teses, dissertações, livros, biografias e artigos tornaram-se relevantes para o entendimento do papel e lugar ocupado pela *Manchete* no cenário editorial da imprensa brasileira. Dentre as teses e dissertações que trataram a revista *Manchete* como fonte e/ou como objeto de investigação, destaca-se a dissertação de mestrado em história intitulada "Aconteceu virou Manchete': O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista"**,** escrita por Greyce Falcão do Nascimento (2015). A autora propõe explorar o papel da revista *Manchete* no contexto do golpe militar brasileiro de 1964 e no governo de Castello Branco (1964-1967), observando como a revista colaborou para a construção de uma narrativa favorável à ditadura militar, em contraste com outros veículos da época, como o jornal "Última Hora". De mesma autoria, o livro "Aconteceu, virou Manchete: notícias da ditadura" (2020) também se mostrou importante para a compreensão do *modus operandi* da revista *Manchete*, ao analisar matérias em que o periódico demonstrou preocupação em criar uma imagem positiva do golpe e do regime que se seguiu.

Na variedade de estudos que abordaram o contexto da ditadura militar brasileira, destaca-se a dissertação de mestrado em sociologia de Ricardo Constante Martins (1999), intitulada "Ditadura militar e propaganda política: a revista Manchete durante o governo Médici". O trabalho se mostrou relevante ao permitir compreender a atuação da revista Manchete, enquanto meio de comunicação de grande circulação no Brasil, como contribuinte do projeto do governo Médici, ao associar desenvolvimento econômico e autoritarismo, especialmente no contexto do chamado "milagre econômico". Para o autor, a *Manchete* teria incorporado integralmente a ideologia do Estado militar de maneira igual ou até mais evidente que alguns órgãos oficiais do regime.

Dentre outros estudos de perspectivas políticas que trataram a revista *Manchete* em diálogo com o contexto político brasileiro, merece atenção a dissertação de mestrado em história de Roberto Biluczyk (2021), "Da constituinte ao plebiscito: discussões e representações sobre formas e sistemas de governo nas revistas Manchete e Veja (1987-1993)", que analisou a atuação dos periódicos no debate acerca das formas e sistemas de governo no Brasil,

especialmente no período que antecedeu o plebiscito de 1993. O autor evidenciou como as revistas construíram posicionamentos editoriais sobre temas como parlamentarismo, presidencialismo e monarquia e, com isso, como puderam contribuir, direta ou indiretamente, nas "conclusões do leitor". O trabalho possibilitou perceber a forma como a *Manchete* foi capaz de associar conhecimentos históricos para sustentar seus posicionamentos apresentados.

Em "O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete *(*1982-1985)", dissertação de mestrado em comunicação e semiótica, Gesner Duarte Pádua (2011) analisou a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas a partir de publicações feitas entre 1982 e 1985. A revista *Manchete* teria auxiliado na criação de uma imagem heroificada de Tancredo Neves, além de destacar as aproximações entre Adolpho Bloch, dono da revista *Manchete*, e o próprio político. A sobrevivência da empresa de Bloch pode, também, ser explicada a partir dessa e de outros alinhamentos com o setor político da época, como nos mostra a produção historiográfica.

Na dissertação de mestrado em história intitulada "Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do 'Brasil grande'", Fernando Dominience Menezes (2007) problematizou a repercussão sobre a construção da rodovia Transamazônica, realizada durante o regime militar, no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), presente nas revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*. Para o autor, a revista *Manchete* não somente auxiliou no processo de divulgação de um "Brasil grande" proposto pelo governo Médici, como também silenciou a questão da degradação do meio ambiente como um problema do país, mesmo tendo sido sinalizada em algumas reportagens.

Outros dois trabalhos merecem aqui ser citados: "Fotojornalismo em revista: o fotojornalismo em *O Cruzeiro* e *Manchete* nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart"*,* de Silvana Louzada da Silva (2004) e "Maneiras de interpretar os sentidos da corrupção: uma análise sob a ótica da revista Manchete durante a campanha presidencial brasileira de 1960"*,* de Giovanna Nascimento Alves (2023) que, contribuíram, cada um a sua maneira, para visualizarmos a *Manchete* como um meio de comunicação que ocupou lugar de destaque na mediação de debates políticos e sociais no contexto e tempo em que circulou.

As produções elencadas contribuíram para compreendermos a revista *Manchete* em seu tempo e espaço de circulação, a partir de seus proprietários, funcionários ou da própria trajetória da empresa. Ademais, as referências "Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar" (2021), de Rodrigo Patto Sá Motta, e "O fantasma da revolução brasileira" (2010), de Marcelo Ridenti, auxiliaram para se compreender o contexto político e social do período do regime militar brasileiro.

No entanto, nesta dissertação, propomos dar enfoque à produção de sentidos históricos feitos pela *Manchete,* bem como sua relação/interpretação das temporalidades presente/passado em torno dos acontecimentos divulgados pelo periódico. Portanto, em primeira instância, não se propõe uma história da ditadura militar brasileira por meio da revista *Manchete*.

Para além da "demolição" da revista *Manchete*, analisar um periódico produzido e circulado na ditadura militar nos traz, como qualquer outro recorte historiográfico, novas questões a serem pensadas. A história nos faz pensar que um evento histórico nunca está "solto" em sua historicidade, mas, como um bordado em malha fina, perpassa por diversas tramas, algumas até inimagináveis quando o historiador não tem um olhar apurado ou, como escreveu Marc Bloch (2001), "não fareja".

Caso outrora o desafio do historiador consistia em legitimar os impressos periódicos como fontes possíveis para a escrita da história, o tempo presente nos trouxe novas questões, como as formas digitais de preservação, acesso e leitura documental, o que impactou, de maneira significativa, na relação entre historiadores e fontes históricas.

Nas últimas décadas, a disponibilização de jornais e revistas em plataformas digitais, como a Hemeroteca Digital (BNDigital), da Fundação Biblioteca Nacional, potencializou as possibilidades de acesso, catalogação e análise de periódicos antes restritos a arquivos físicos, coleções fragmentadas ou acervos de difícil consulta. Assim, mais do que uma alteração técnica, a digitalização das fontes provocou mudanças na própria prática historiográfica.

Em contrapartida, como observa Tania Regina de Luca (2024, p. 195), os impressos periódicos passaram, no contexto contemporâneo, por um processo de "desmaterialização", em que um produto tridimensional como o papel, que tem cores, brilho, textura, odor e tamanho próprios, é transformado em uma imagem bidimensional que, a depender da plataforma digital, limita até mesmo o possível tamanho de visualização das edições digitalizadas. Por isso, foi de extrema importância o acesso ao acervo físico da revista *Manchete* disponível no Laboratório de Estudos e Pesquisas em História, Identidades e Representações (LEPHIR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). O contato com os exemplares físicos possibilitou compreender aspectos da materialidade da revista que, no formato digital, não podem ser visualizados. As diferentes dimensões, qualidade gráfica do papel de uma edição para outra, o tamanho real das fotografias dentro de determinadas páginas, foram, enfim, elementos que contribuíram na interpretação das fontes.

A digitalização é, assim, a reapresentação da representação e, por isso, não se constitui apenas como uma outra possibilidade de acesso aos textos, mas institui novas maneiras de ler

e dar sentido ao documento digitalizado. Como destacado por Roger Chartier (2002), a materialidade de um texto faz também parte dele e, portanto, se tornaria anacrônico compreender a digitalização como substituto integral da leitura dos impressos físicos, tendo em vista que se estaria ignorando o modo original em que o periódico foi circulado em seu tempo, com processos e critérios diferentes dos atuais. Em suma, a imagem não substitui o original.[7]

Ainda assim, as plataformas que disponibilizam os periódicos em formato digital nos possibilitam acessar centenas de páginas em pouco tempo, realizar buscas por nome – com a ferramenta *Optical Character Recognition* (OCR) –, cruzar termos, localizar temas específicos e visualizar diferentes edições de maneira simultânea. Para esta pesquisa, a utilização da BNDigital[8] foi fundamental para o levantamento e análise historiográfica das edições da revista *Manchete*.

A plataforma da Biblioteca Nacional permitiu identificar as edições extraordinárias publicadas no período da ditadura militar brasileira, bem como observar a recorrência de certos temas, o que, em acervos exclusivamente impressos, demandaria um tempo maior de consulta e organização das fontes. Além disso, o acervo digitalizado da revista nos permitiu compreender, através da totalidade das edições disponíveis, os formatos editoriais que a *Manchete* utilizou ao longo de suas quase cinco décadas de existência e, assim, compreender seu lugar no cenário editorial brasileiro.

É importante ressaltar que a análise das edições se deu através da leitura integral de seus conteúdos, especialmente das edições extraordinárias. A ferramenta de busca OCR não foi utilizada de maneira integral, como método basilar, na condução da pesquisa, mas como recurso auxiliar para buscas pontuais de nomes, termos e acontecimentos específicos.[9] A partir da

---

[7] Este debate implica em outras reflexões, especialmente acerca das mudanças na própria experiência de pesquisa histórica. Essas transformações de contato e manuseio com os documentos, do papel à tela, alteraram os modos de leitura, percepção e relação sensível com os documentos históricos, o que, como entendido, resultou num processo de pesquisa muito mais individualista ao historiador. DE LUCA, Tania Regina. Impressos periódicos e escrita da história: notas sobre o cenário atual. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 185, n. 495, p. 193–205, 2024. DOI: 10.23927/revihgb.v.185.n.495.2024.192. Disponível em: https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/192. Acesso em: 25 abril 2026.

[8] Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/. Acesso em: 18 ago. 2025.

[9] Embora as ferramentas de busca por OCR ampliem as possibilidades de localização e cruzamento de informações em acervos digitalizados, seu uso de forma irrestrita pode também alterar os próprios caminhos da investigação histórica pois, se pressupõe que o historiador já saiba o que pretende encontrar no documento e, portanto, limita os encontros inesperados com a fonte, tão importantes para o trabalho de pesquisa em História. Além disso, a ferramenta de busca por palavra-chave apresenta falhas técnicas pois, em muitos casos, determinados nomes ou termos que estão presentes no documento, não são localizados pelo sistema OCR, o que evidencia os perigos de se confiar de maneira integral em uma ferramenta automatizada, como apontam os historiadores Eric Brasil e Leonardo Nascimento. BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196–219, 1 jan. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011. Acesso em: 25 abr. 2026.

leitura das edições selecionadas, buscamos perceber os sentidos atribuídos pela *Manchete* aos acontecimentos publicados, sobretudo àqueles que puderam se referir, direta ou indiretamente, à ditadura militar brasileira. Essa leitura ganhou êxito a partir de produções como as de Roger Chartier (1996), Pierre Bourdieu (1989) e Tania Regina de Luca (2005), acerca de representações, disputas simbólicas e análise historiográfica em impressos.

Apesar da facilidade que os acervos digitais podem trazer ao ofício historiográfico – como, nesse caso, a "aceleração" da organização das fontes –, o trabalho de problematização permanece como cerne da pesquisa em história. Como Michel de Certeau (1978, p. 30) escreveu, em história tudo começa pelo ato de selecionar, reunir e transformar os materiais encontrados. Dessa forma, o próprio trabalho de seleção implica em uma operação crítica sobre as fontes que, mesmo "facilitadas" pelas ferramentas digitais, exigem interpretação e criticidade do historiador. A título de exemplo, a denominada Edição Histórica da revista *Manchete* que tratou do golpe militar de 1964 (Ano 11, abr. 1964), disponibilizada em formato digital na plataforma da BNDigital, foi uma doação do acervo pessoal do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, feita em 2022.[10] Esta informação, presente numa plataforma digital, nos possibilita pensar: o que será lembrado? A quem interessa essa memória ou, mais importante, a quem pertence a narrativa das memórias lembradas, frente às tantas esquecidas?

Nesse sentido, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro trata da constituição da Bloch Editores e seu lugar na era das revistas de consumo brasileiras dos anos 1950 que, tão logo, deu surgimento à revista *Manchete*. Buscamos, através deste contexto, destacar a origem, a circulação, os editoriais e os formatos de publicação do periódico pesquisado para, enfim, demonstrar como a *Manchete* se inseriu, como situacionista, em relações políticas e econômicas ligadas à ditadura militar brasileira.

No segundo capítulo, tratamos de maneira mais específica sobre a análise das edições extraordinárias publicadas pela revista *Manchete* durante a ditadura militar brasileira, considerando as categorias destas edições: Históricas, Extras, Especiais e Complemento. A partir disso, destacamos o modo como a *Manchete* produziu sentidos históricos acerca do seu tempo presente ao articular noções e representações de nação, progresso e futuro ao longo de suas páginas.

No terceiro capítulo, analisamos como a revista *Manchete* utilizou de representações do passado para produzir sentidos sobre diferentes momentos da história brasileira. Para isso, examinamos as comemorações do Sesquicentenário da Independência, em 1972, a cobertura do

[10] Essa informação se encontra em https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/865376.

golpe militar de 1964 e a construção da figura de Tancredo Neves durante o processo de redemocratização política brasileira. A partir dessas análises, buscamos compreender como o periódico articulou passado, presente e futuro, selecionando memórias e silêncios de acordo com seus posicionamentos editoriais e suas relações políticas.

(...) E agora, prossiga, leitor...[11]

[11] Em referência ao editorial da revista *Manchete*, n° 1, p. 3, 1952.

CAPÍTULO 1

A REVISTA *MANCHETE* E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

1.1 A Bloch Editores na "era das revistas de consumo"

> Contudo, só depois que passou o grande boom, nos perturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores — sobretudo, para início de conversa, os economistas — começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: "os trinta anos gloriosos" dos franceses (les trente glorieuses), a Era de Ouro de um quarto de século dos anglo americanos (Marglin & Schor, 1990). O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise. (Hobsbawn, 1995, p. 253)

Os "trinta anos gloriosos" ao qual o historiador Eric Hobsbawn (1995) se refere como fase única na história correspondem ao período entre o início dos anos 1950 e o final da década de 1970, após a Segunda Guerra Mundial. Sob o contexto da Guerra Fria, aqueles anos se caracterizaram pelo fortalecimento da economia capitalista representada, principalmente, pelos Estados Unidos da América (EUA), numa forte tentativa de minimizar os movimentos de libertação nacionais e o comunismo internacional. Entretanto, embora tenha sido percebido, essencialmente, em países capitalistas desenvolvidos, os "anos gloriosos" foi um fenômeno mundial que se manifestou de maneira desigual no mundo. [12]

Os "anos gloriosos" também foram identificados por Hobsbawm como a "Era de ouro" do capitalismo, sendo descrito como um momento da história em que a economia mundial cresceu de forma explosiva, sob uma grande produção de manufaturas, produção agrícola e desenvolvimento de novos setores da economia. Esse aumento de produtividade se deu, entre tantos outros fatores, pelo modelo de produção fordista adotado pelos EUA e alguns países da Europa, que garantia não apenas uma rapidez na confecção de mercadorias preexistentes como também uma multiplicação de novos produtos, "quase inimagináveis antes da guerra" (Hobsbawn, 1995, p. 259).

O estímulo à concentração de capital caracterizou, de forma central, a construção de uma

[12] "[...] Embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo – os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos." HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

sociedade cada vez mais movida pelo consumo. A compra e acesso aos mais variados novos produtos era o que estabeleceria a felicidade da família estadunidense e, depois disso, dos outros países inclusos neste contexto de industrialização. *Fast foods*, eletrodomésticos com novas funções, telefone, cosméticos de marcas globais, automóveis de última geração, acesso ao cinema com filmes de *Hollywood* em cartaz, viagens de avião. Todos esses "objetos de consumo" faziam parte de um novo modelo de vida baseado na abundância material e na posse de bens, que consolidavam cada vez mais o imaginário do *American Way of Life*.[13] A economia capitalista prosperava dentro de um ambiente de combate à economia planificada socialista.

A força deste modelo de vida ganharia rapidamente ressonância global. No Brasil, conquistou a simpatia de classes médias urbanas, quando se vivia um contexto de forte modernização da sociedade, a partir de um processo de industrialização nacional proposto nos últimos anos do segundo governo de Getúlio Vargas (1951–1954), migrações internas e urbanização rápida. Assim como nos EUA, no Brasil ocorria uma grande movimentação nacional no consumo das massas, em que parte da sociedade passou a ter maior poder de compra e acesso às tecnologias produzidas. *Shoppings, fast foods*, cinemas e concessionárias modificaram a arquitetura das cidades, cada vez mais imersas na "sociabilidade moderna" brasileira. [14]

A modernização urbana foi mais perceptível em grandes cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, e foi acompanhada por uma intensa transformação dos espaços públicos e privados. O crescimento das vias asfaltadas e o surgimento de novos centros comerciais foram inundados por anúncios publicitários que ocupavam bondes, ônibus, fachadas e vitrines, todos ligados ao estilo de vida americano. Cinemas de rua exibiam produções estadunidenses, lojas de eletrodomésticos atraíam olhares com vitrines repletas de novidades e as rádios e revistas passaram a compor o cotidiano da classe média urbana brasileira. A lógica da mercadorização permeava o cotidiano.

A imprensa brasileira, que desde a primeira metade do século XX tinha espaço, sumariamente, para casos policiais e políticos, passou a dar lugar ao que pudesse ser pauta de

[13] O American Way of Life, que dominou o cenário da sociedade americana após a Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se por um forte interesse intervencionista dos EUA nos assuntos mundiais. O país se apresentou como uma nação que garantia liberdade e prosperidade aos povos do mundo. Internamente, a sociedade sofreu algumas mudanças. Passou a vivenciar um ideal de consumismo massivo, padronização cultural e fortalecimento da vida privada, em detrimento do espaço público. O American Way of Life foi oferecido ao mundo por meio do cinema, da propaganda, de investimentos privados, da TV e do rádio, como oposição ao autoritarismo soviético (LIMONCIC, 2004, p. 29-30)

[14] NOVAIS, Fernando Antonio e MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. História da vida privada no Brasil : contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

uma sociedade em plena modernização, como temas de lazer, esporte, vida social. As páginas compostas manualmente em prensas tipográficas foram, pouco a pouco, sendo substituídas por outras produzidas por novas máquinas de impressão (rotativas) e composição (linotipo). A imprensa migrou de uma fase artesanal para a industrial (Luca, 2024, p. 195-199).

A abertura de novos mercados e grandes indústrias trouxe a publicidade estampada nos periódicos que, aos poucos, tiveram suas periodicidades alteradas. Para se ter ideia, o primeiro periódico impresso no Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1808-1822), que circulava com quatro páginas, vezes seis ou oito, era editado a cada três semanas. No século XX, os grandes jornais eram lançados ao menos uma vez ao dia e, as revistas ilustradas, semanalmente (Martins; Luca, 2008).

No que tange às revistas, anteriormente à década de 1950, os títulos mais encontrados nas bancas de jornal eram as revistas de fotonovelas, como a *Grande Hotel* (Rio de Janeiro, 1947-1983) da Editora Vecchi, e as infantojuvenis, como *O Globo Juvenil* (Rio de Janeiro, 1937-1952) e *Gibi* (Rio de Janeiro, 1939-1950) da Rio Gráfica, futura Editora Globo. A veterana *A Cigarra* (São Paulo, 1914-1975) liderava entre o público feminino ao publicar moldes para costura. Um dos primeiros marcos dessa cultura de consumo impresso se daria no ano de 1950, quando Victor Civita, fundador da Editora Abril, lançou a revista *O Pato Donald* (São Paulo, 1950-2018), sucesso nos EUA, e iniciou um projeto editorial muito influenciado pelo mercado estadunidense.

Em paralelo, a revista *O Cruzeiro*, lançada em 1928 por Assis Chateubriand, dos Diários Associados, ganhava força como a primeira revista ilustrada de grande circulação no Brasil. Com tiragens impressionantes para a época, a revista trazia grandes reportagens fotográficas e pautas nacionais que reforçavam o cotidiano e as aspirações da classe média urbana brasileira. A venda de anúncios, muito difícil de se conseguir nos títulos infantis e nas fotonovelas, foi um catalisador para seu sucesso. Publicidades de eletrodomésticos, cosméticos, roupas, remédios e anúncios de serviços preenchiam suas mais de 100 páginas, evidenciando o sucesso do modelo de revistas de variedades no Brasil.

Foi naquele contexto que a revista *Manchete* surgiu, em 1952, lançada pela Bloch Editores na cidade do Rio de Janeiro. Com um visual sofisticado, impressão colorida e papel de alta qualidade, a *Manchete* seguiu o modelo de *O Cruzeiro*, mas buscava superá-la com um projeto gráfico arrojado sob uma abordagem nacionalista, que dialogava com os principais acontecimentos do país e do mundo. Anos depois, na década de 1960, outras publicações, como *Intervalo* (São Paulo, 1963-1972) e *Realidade* (São Paulo, 1966-1976), também circularam nas bancas e ocuparam o cotidiano das famílias brasileiras.

O sucesso das revistas de variedades pode ser explicado pela forma como o mercado compreendia seu público-alvo. Como Maria Celeste Mira (2004, p. 248) propõe, o mercado de consumo tinha a família como uma unidade básica do consumo. A TV, o rádio e os bens de consumo seriam todos pensados, em primeiro lugar, para atender o núcleo familiar como um todo. Nisso, estava o sucesso dessas revistas que, ao trazer colunas sobre moda, esportes, economia, política, literatura e comportamento, atendiam a diferentes interesses dentro da multiplicidade do cotidiano familiar brasileiro e urbano. Com cores fortes e grandes fotografias, "Manchete'' se inseria naquele cenário.

No final dos anos 1950 e início da década de 1960, esse formato começou a se transformar no mercado editorial brasileiro. Como apontado por Mira (2001), as transformações sociais e culturais que aconteceram na segunda metade do século XX delinearam um forte processo de segmentação editorial. A emergência de novos públicos, como mulheres, jovens, negros e homossexuais, dada a partir da revolução cultural, direcionou a produção de revistas com conteúdo ainda mais direcionado.

Naquele contexto a Bloch Editores, selo utilizado pelo grupo da família Bloch, tinha grande espaço no cenário dos periódicos brasileiros, tendo títulos com temáticas mais específicas e diferenciadas da Manchete. Para exemplo, a editora publicava a revista *Jóia* (1957 - 1969), revista feminina quinzenal; *Fatos & Fotos* (1961-1994), que, de início, trazia atualidades da semana a partir do vasto material fotográfico excedente produzido para a *Manchete*; *Sétimo Céu* (1958-2000), famosa pelos contos e fotonovelas; *Desfile* (1969-2000), que em 1969 entrou no lugar da descontinuada *Jóia*; *Ele e Ela* (1969-2000), voltada para a temática da sexualidade; e *Amiga - TV Tudo* (1970-2000), que abordava o universo das celebridades e dos bastidores das novelas televisivas do período.

Além de suas publicações, a editora contracenava com outros grandes grupos editoriais em ascensão no país, como a Editora Abril e a Editora Rio Gráfica. A Abril, após o sucesso das revistas e gibis para o público infantil, ampliou seu catálogo ao longo da década seguinte com títulos como *Quatro Rodas* (São Paulo, 1960-), focada em automóveis, e *Claudia* (São Paulo, 1961-), que atendia o público feminino. Posteriormente, com enfoque político e informativo, expandiu sua influência com a publicação de *Veja* (São Paulo, 1968-). Por sua vez, a Rio Gráfica Editora, embora tradicionalmente voltada ao mercado editorial de livros e jornais, também foi importante para a consolidação do cenário de revistas no Brasil, com publicações mais tardias como *Globo Rural* (1985-) e *Época* (1998-2021).

Outras editoras menores também tentavam se firmar. A Editora Três, fundada em 1972 por Domingo Alzugaray, lançaria títulos de peso como *IstoÉ* (São Paulo, 1976-2025), revista

de notícias brasileiras e *Status* (São Paulo, 1974-1987), voltada para o público masculino. A Editora Vecchi destacou-se nos anos de 1960 e 1970 com revistas de fotonovelas, como a famosa *Capricho* (Rio de Janeiro, 1952-2015) que foi reformulada em 1965 para o público jovem. Percebe-se, através desses títulos, uma segmentação de públicos e temáticas.

Entretanto, esse fenômeno não representava uma ruptura com a lógica da cultura de massa, mas sim uma reformulação estratégica no modo de alcançá-la.[15] Para o mercado se tratava de visualizar na segmentação um maior potencial de consumo. Quanto maior a segmentação, maior o número de públicos e, assim, de lucratividade. O mercado de consumo fez com que os grupos antes discriminados, agora se sentissem autodeterminados a partir da compra de produtos e isso se deu em toda a diversidade dos produtos culturais.

Longe de serem apenas produtos de uma indústria alienante, essas revistas também funcionaram como espaços de negociação de identidades, em que leitores eram, ao mesmo tempo, consumidores e coautores dos discursos culturais veiculados. Assim, a segmentação revelou-se não como simples fragmentação, mas como uma resposta à complexidade social e cultural da modernidade.

Essa discussão nos leva a compreender que a revista *Manchete*, como uma revista de variedades, não pode ser considerada apenas um veículo de informação, mas objeto de consumo cultural. Os objetos culturais são produzidos entre práticas e representações, como sugere Roger Chartier (1988, p. 244), ou seja, tanto os modos de fazer, como produção, circulação e consumo, quanto os modos de ver, como recepção, interpretação e sentido dado à revista, moldam as representações da revista em seu contexto de existência.

Parafraseando o próprio editorial da *Manchete*, como veremos a seguir, na tentativa de colher o instantâneo e representar os temas do seu tempo presente, como figuras políticas e eventos nacionais, a revista do Grupo Bloch não estaria se consolidando como uma mera fonte de informações, como se houvesse a possibilidade de neutralidade,[16] mas assumindo um papel

---

[15] A autora argumenta que a diferenciação entre "massa" e "segmento" não é essencialmente estrutural, mas uma questão de perspectiva e grau. Enquanto a teoria crítica da Escola de Frankfurt sustentava uma visão homogênea do público consumidor, como uma "massa passiva", os estudos culturais posteriores reconhecem a existência de múltiplos grupos sociais com práticas culturais distintas, ainda que todos imersos no mercado. Assim, o que se chama de "segmento" é, na verdade, uma "massa" observada sob um certo ângulo: a distinção entre ambos se dá mais por estratégias de mercado e recortes analíticos do que por realidades sociais absolutamente distintas. A segmentação, assim, não dissolve a lógica da massificação, mas a reinscreve dentro do sistema capitalista. Para Mira, o consumidor de um "produto segmentado" ainda opera dentro da lógica de uma cultura de massa, mas participa dela como alguém situado, com repertórios próprios e capacidade de negociação simbólica com os meios. MIRA, Maria Celeste. O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

[16] Sobre a tentativa da imprensa de se apresentar como neutra ou objetiva, ver BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. A autora mostra como, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, os meios de comunicação brasileiros buscaram consolidar uma imagem de

intencional na produção e reprodução de sentidos. Ao privilegiar edições especiais, certas linguagens visuais e selecionar conteúdos, ou não, vide o "silêncio" da revista frente à assuntos ocorridos durante a ditadura militar, a *Manchete* se colocou como um ator simbólico que construiu, e não apenas refletiu, o que deveria ser lembrado do seu tempo.

1.2 O Grupo Bloch e a revista *Manchete*: uma breve abordagem

A história da revista *Manchete* poderia ser descrita a partir do ano de 1952, quando sua primeira edição foi lançada em 26 de abril, na então capital brasileira Rio de Janeiro. No entanto, a figura de Adolpho Bloch, fundador da revista, é de extrema relevância para compreender a operação mercadológica editorial, principalmente em seus anos iniciais, pois foi também através da cortesia e poder de convencimento do dono que a *Manchete* teve diversos de seus espaços publicitários vendidos a empresários (Bloch, 2008).

Seu Adolpho, como era comumente chamado por seus funcionários, chegou ao Brasil com sua família aos 13 anos de idade, em 1922, fugido da perseguição aos judeus que ocorreu na Ucrânia, seu país natal, em decorrência da Revolução Russa. A ocorrência é definida como fundamental na construção da opinião anticomunista que Adolpho teve durante sua vida, o que se refletiu nas publicações da revista *Manchete*.

Antes da chegada no Brasil, a família Bloch trabalhava no ramo de gráficas. Ao se estabelecerem no Rio de Janeiro, os irmãos Adolpho, Boris e Arnaldo Bloch viveram da impressão de cartazes, folhetos, embalagens e revistas vendidas pela cidade. Ao aproveitarem os subsídios concedidos pelo governo brasileiro,[17] em 1951, adquiriram uma máquina rotativa *Webendorf*, a primeira *offset* do país. Assim, durante quatro dias da semana imprimiam publicações de outras empresas, como as mais de 30 revistas e gibis infantis que eram encomendadas, principalmente, pela Rio Gráfica de Roberto Marinho e a Brasil-América de Adolpho Aizen; os outros três dias da semana passaram a ser utilizados para a impressão da *Manchete*.

A revista foi desde o início um sonho ambicioso de Adolpho. Ainda em 1950, quando

---

imparcialidade e profissionalismo técnico, mesmo quando suas escolhas editoriais mostravam alinhamentos ideológicos.

[17] "Em 1951, o presidente Getúlio Vargas baixou um decreto permitindo que as gráficas e as editoras importassem máquinas com subsídios e sem direitos alfandegários". NASCIMENTO, Greyce Falcão do. "Aconteceu, virou Manchete": O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16642/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Greyce%20Falc%C3%A3o%20do%20Nascimento%20.pdf >. Acesso em: 13 mar 2025. p. 28.

a editora tinha sua sede na rua Frei Caneca, centro da cidade do Rio de Janeiro, Adolpho Bloch se viu cansado de ser gráfico e desejava, então, editar uma revista no gênero da *Paris-Match* (Paris, 1949,-), revista ilustrada francesa de grande prestígio. De uma conversa com o seu primo Pedro Bloch, escritor e médico, surgiu o título por se entender que caso o "seu nome aparece na manchete isso significa que você é notícia!" (*Manchete*, Edição Especial 30 anos, p. 16, 1982). Assim, Adolpho Bloch mandou registrar o título, dando início ao que viria a ser uma das maiores revistas de grande circulação do país.

Naquele período, a revista *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro, 1928-1975) se destacava no mercado de revistas ilustradas em cores e liderava em números de tiragens semanais. Lançada por Assis Chateubriand em 1928, dos Diários Associados, a *O Cruzeiro* chegou a uma tiragem de 750 mil exemplares na publicação de falecimento de Getúlio Vargas, em 1954, recorde somente quebrado três décadas depois pela revista *Veja*.

A pretensão de disputar espaço nas bancas frente à condição de liderança de *O Cruzeiro* ficou explícita desde a primeira edição da *Manchete,* quando o jornalista Henrique Pongetti, um dos criadores e primeiro diretor-responsável da revista que viria a ter papel relevante nas futuras decisões editoriais, escreveu:

> Depois de trinta anos de trabalho como gráficos, resolvemos condensar numa revista semanal os resultados da nossa experiência técnica, convocando, para aproveitá-la, uma equipe de escritores, jornalistas, fotógrafos e ilustradores de primeira ordem. *Manchete* nasce no momento exato em que nos consideramos aparelhados para entregar ao Brasil uma revista de atualidades, correta e modernamente impressa. Em todos os números, daremos páginas a cores – e faremos o possível para que essas cores se ponham sistematicamente a serviço da beleza do Brasil e das manifestações do seu progresso (*Manchete*, n° 1, p. 3, 1952).

Assim, a *Manchete* se apresentou como uma "revista de atualidades, correta e modernamente impressa", enfatizando um caráter progressista e à serviço do Brasil. Ainda, na primeira edição, a direção prosseguiu:

> O Brasil cresceu muito, suas mil faces reclamam muitas revistas, como a nossa, para espelhá-las. *Manchete* será o espelho escrupuloso das suas faces positivas, assim como do mundo trepidante em que vivemos e da hora assombrosa que atravessamos. Neste momento, os fatos nacionais e internacionais se sucedem com uma rapidez nunca registrada. Os jornais nunca tiveram uma vida tão curta dentro das vinte e quatro horas de um dia. Este é o grande, o sonhado momento dos fotógrafos e dos repórteres excitados para colher o instantâneo, o irrepetível. Depois virão os historiadores. E agora

prossiga leitor... (*Manchete*, n° 1, p. 3, 1952)

Aqui, é enfatizado que o crescimento do país, a densidade dos fatos e a rapidez da veiculação de informações que ocorriam na década de 1950 não eram acompanhadas pelas revistas estabelecidas no mercado, em evidente alusão à *O Cruzeiro.* Para isso, surgiu a *Manchete* com a proposta editorial de servir de "espelho escrupuloso" da positividade que havia no país. Nota-se, para além de um discurso desenvolvimentista, um desejo de se destacar como periódico moderno, colorido e que captaria o instante presente, antes mesmo de se tornar história. A posição da revista estava imersa em uma atmosfera cultural de aceleração das notícias e da história.

A ênfase na utilização das "cores" chama atenção. Isso decorreu de a *Manchete* seguir um modelo editorial que valorizava o fotojornalismo, especialmente a fotorreportagem.[18] Para se ter ideia, as fotografias ocupavam em média 70% das páginas e os textos costumavam se inspirar na fotografia principal de cada matéria. Nessa perspectiva de proposta editorial, Louzada compreende que:

> [...] o fotojornalismo é, portanto, a relação da imagem fotográfica com o texto escrito, sendo que nas revistas ilustradas a fotografia ocupa mais espaço e tem mais importância que o texto, cuja função básica é complementá-la (Louzada, 2004, p. 28).

Assim, no que tange às ilustrações, como constatado para Ana Maria Mauad (1999), é possível identificar na história das publicações ilustradas brasileiras duas principais fases editoriais que aconteceram na primeira metade do século XX. A primeira, iniciada em 1900, foi marcada pela presença de textos ficcionais, crônicas e por fotografias pequenas e independentes do texto. A segunda fase editorial teve seu começo em 1928, quando a revista *O Cruzeiro* foi lançada e marcada pela ênfase na notícia, na interpretação dos fatos nacionais e internacionais e na utilização das grandes fotografias.

Em outras palavras, a publicação da *O Cruzeiro* tornou-se um marco no cenário de revistas ilustradas no Brasil, pois foi capaz de introduzir novas técnicas de impressão e de ajudar

[18] De acordo com Monteiro (2016), dentro da fotojornalismo há dois principais gêneros tradicionais no que diz respeito aos tipos de imagem que circulam na imprensa: "a *fotografia de atualidade* estrita (predominante nos grandes jornais de circulação diária), determinada pelo imediatismo informativo, e a *fotorreportagem*, em que a fotografia recebe um tratamento mais interpretativo, sequencial e narrativo (mais comum nas grandes revistas de circulação semanal)." MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.8, n.17, p.64 - 89.jan./abr.2016

na redefinição do perfil do mercado editorial, cada vez mais atento por informações atualizadas, vide o desejo de "colher o instantâneo", como frisado no texto publicado na edição inaugural da *Manchete.*

Compreendendo o tamanho e a popularidade da revista *O Cruzeiro*, Adolpho Bloch sabia da importância das imagens coloridas e de qualidade como forma de impulsionar as vendas de sua revista. Para contextualizar, naqueles anos a televisão ainda era em preto e branco, pelo menos até 1974, e havia uma porcentagem alta de analfabetismo[19] e baixa escolaridade no país. Logo, as imagens grandes, coloridas e inéditas seriam um ponto chave para a conquista do público leitor e, consequentemente, de anunciantes. Por isso, Adolpho Bloch tratou de contratar agências estrangeiras que vendiam material fotográfico de alta qualidade, mantendo negócios com sucursais em Paris e Nova York.

Mas, ainda assim, o tamanho da revista *Manchete* não se comparava à grandiosa *O Cruzeiro*. Enquanto a primeira era lançada com 32 páginas em preto e branco, quatro páginas de encarte central a quatro cores, e quatro páginas a duas cores, a concorrente dos Diários Associados não saía às bancas com menos de 118 páginas (Louzada, p. 60, 2004), tendo em média 70 anúncios por edição. Frente ao sucesso da *O Cruzeiro,* após dezessete edições semanais, a *Manchete* e encontrava praticamente falida, com poucos anúncios e leitores.

No entanto, o projeto de Adolpho e seus colaboradores permanecia. Sobre isso, Henrique Pongetti relatou:

> Não podendo competir com o volume de matéria da revista dominante eu só poderia tomar um caminho jornalístico: as reportagens originais, as fotos de impacto, a grande colaboração literária, a alta caricatura, os serviços fotográficos exclusivos das agências estrangeiras. Muito menos, mas muito bom. Bossa, bossa e mais bossa. Bossa, modéstia à parte nunca me faltou, mas bossa sem dinheiro bota a gente na situação de comprar o refugo fotográfico nas agências secundárias e de solancar dia e noite para escrever – como escrevi – quarenta por cento dos primeiros números. Meu recurso era entregar as fotos mais sugestivas a amigos de boa-vontade e talento, confiando no seu tirocínio profissional. […] (Pongetti, 1977).

Como se pode observar, a *Manchete* apostou em uma boa seleção de fotos, na

[19] "[...] o objetivo do novo periódico era fazer com que até os analfabetos pudessem "ler" os artigos por meio da narrativa visual, independente dos textos das reportagens.". ALVES, Fabiana Aline. O fotojornalismo e os olimpianos modernos: o caso de Costa e Silva na revista *Manchete* (1966-1969). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39., 2016, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3151-1.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

criatividade dos jornalistas e no preparo do *layout* das páginas como possibilidade de ascensão no mercado de revistas. Qualidade no lugar de quantidade, como procurou relatar Pongetti. Para isso, alguns dos melhores fotógrafos do país chegaram a ser contratados, como Jean Mazon, então famoso por suas fotografias publicadas em *O Cruzeiro*, Darwin Brandão, Gil Pinheiro, Gervásio Baptista, Fúlvio Roiter e Jader Neves. Para os textos, alguns dos nomes em destaque foram Antônio Callado, Carlos Drummond de Andrade, Ciro dos Anjos, Fernando Sabino, Guilherme Figueiredo, Joel Silveira, Lígia Fagundes Teles, Orígenes Lessa, Otto Maria Carpeaux, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga. A aposta em escritores demonstra a pretensão de investimento de Bloch na revista *Manchete.*

A partir da edição n° 25, Henrique Pongetti passou a ser cronista principal e foi substituído no cargo de diretor-responsável por Hélio Fernandes, ex-diretor de *O Cruzeiro* e convidado pelo próprio Adolpho Bloch a fazer parte do editorial da revista. Com experiência e olhar diferenciado sobre a produção de revistas semanais, Fernandes foi responsável pela transformação definitiva da *Manchete* em uma revista de atualidades.

Hélio Fernandes ignorou a regra de haver somente mulheres na capa, que seguia *O Cruzeiro*, e passou a alterná-las com fotografias de figuras viris, como Eisenhower ou Stálin, um vivo, outro morto. Também apostou em reportagens menores e mais vibrantes, com fotografias grandes e textos de alta qualidade discursiva, por vezes sensacionalista, com chamadas intensas (Bloch, 2008, p. 176).

Naquele contexto, a *Manchete* passou a ter maior força no cenário de revistas brasileiras, atingindo a primeira centena de milhares e chamando a atenção de novos colaboradores e anunciantes. Hélio Fernandes permaneceu na direção até a edição nº 84, de outubro de 1953, quando foi substituído por Nélson Apel de Quadros. Anos mais tarde, em 1957, quem assumiu o cargo foi Nahum Sirotsky, diretor da revista *Visão* (RJ,1952-1993) e que tinha trabalhado na imprensa dos Estados Unidos. Contando com a experiência no moderno jornalismo americano, Sirotsky produziu uma fórmula para a *Manchete* baseada numa "mistura" das revistas *Time* e *Life*.

> [...] buscando a informação completa e objetiva "devidamente interpretada de forma a que seu significado para o leitor ficasse evidente". Esta proposta jornalística parte da premissa de que é dever da imprensa prestar um serviço de informação e de educação do leitor, propagando o comportamento que considera adequado. Esta linha editorial também embute a concepção de que o leitor não domina os conceitos e informações publicados senão por intermédio dos meios de comunicação (Silva, 2004, p. 62).

Dessa forma, a *Manchete* se encontrava com uma linha editorial mais própria e com maior popularidade no cenário de revistas de variedades, propondo deixar a marca de uma revista em sintonia com os eventos nacionais e internacionais, com coberturas exclusivas que demonstrassem a agilidade na produção e a rapidez na divulgação das informações, muito característica de uma busca pela aceleração da circulação de notícias e do que considerava "grandes eventos" da história.

Nesse sentido, a *Manchete* usava de estratégias para estar à frente das concorrentes na divulgação de notícias que considerava "históricas", como quando conseguiu o primeiro furo jornalístico ao ser a primeira revista do mundo a publicar em capa o resultado das eleições presidenciais americanas de 1952. A cobertura acelerada aconteceu devido ao editorial preparar com antecedência uma edição para cada candidato que, ao sair o resultado, daria condições de agilizar a impressão da edição. Embora hoje a estratégia seja muito comum no jornalismo, naquela época o artifício era uma novidade. Isto trouxe à *Manchete* o mesmo sucesso em outra edição, quando o papa João XXIII foi eleito às 16 horas em Roma e, cinco horas depois, a revista circulava no Brasil com o resultado da eleição.

Outras conquistas se seguiram na história da revista, como as descritas por Adolpho Bloch (*Manchete*, Edição Especial 30 anos, p. 19, 1982) de que a *Manchete* foi a primeira revista do mundo a publicar em cores a chegada do homem à Lua, além de ser, até 1982, a revista semanal que imprimia o maior número de páginas em cores e com qualidade no mundo. Foram elementos como esses que contribuíram para a *Manchete* se tornar a segunda revista semanal mais importante do país até a década de 1990 (Pádua, 2013, p. 221).

A revista *Manchete* não divulgava de maneira recorrente o número das tiragens de suas edições em espaços fixos, como no expediente ou no sumário editorial, o que foi observado em poucas edições extraordinárias. As informações sobre circulação eram mencionadas de forma pontual em matérias ou textos institucionais, geralmente para destacar o alcance da revista em momentos específicos. Para se ter ideia, nos anos de 1980, a revista *Manchete* não era impressa em menos de 200 mil exemplares (Bloch, 2008, p. 256), mas algumas edições sobressaíram a este número. Foi o caso da "Edição Histórica" da inauguração de Brasília, lançada em 21 de abril de 1960, que teve tiragem de 760 mil exemplares, esgotada em dois dias.[20] A edição que cobriu a visita do Papa João Paulo II no Brasil, em junho de 1980, foi um sucesso de vendas. Com uma medalhinha comemorativa no encarte, a edição vendeu cerca de 2,5 milhões de

[20] Revista *Manchete*. Edição especial "Manchete 30 anos", op. cit., p. 19. Embora, de acordo com o sobrinho-neto de Adolpho Bloch, Arnaldo Bloch, essa edição teria contado com 500 mil exemplares (Bloch, p. 200, 2008).

exemplares, recorde da revista *Manchete*.

A ascensão da revista coincidiu com o declínio da *O Cruzeiro* que, em 1958, teve um impacto com a transferência de dezessete de seus jornalistas para a *Manchete* por divergirem da postura ética do proprietário (Nascimento, 2015, p. 31). O investimento em equipamentos e instalações foi simultâneo à reformulação da política editorial que ocorreu em 1956. A mudança abrangeu todos os setores da publicação, transformando a paginação e atualizando o texto, com o objetivo de fornecer ao leitor elementos necessários à compreensão dos acontecimentos.

O sucesso editorial da *Manchete* explica a relevância da Editora Bloch, que investiu em revistas para os mais diversos públicos ao longo das décadas. Para se compreender, na década de 1970, a empresa possuía em seu catálogo revistas como "Fatos e Fotos", "Manchete Esportiva", "Jóia", "Sétimo Céu", "Enciclopédia Bloch", "Domingo Ilustrado", "Amiga", "Desfile", "Pais e Filhos", "Ele & Ela", "Geográfica Universal", "Carinho", "Mulher de Hoje", "Tendência", "Incrível", "Agricultura de Hoje" e "Medicina de Hoj*e"*. Esses títulos foram capazes de guinar os rumos da Editora Bloch, que passou a ter grande influência no cenário da comunicação brasileira. Ainda assim, a *Manchete* seguia sendo o carro chefe da empresa.

Para se ter noção da virada da Editora Bloch, em 1968, a empresa construiu o Parque Gráfico no bairro Parada de Lucas, à beira da Avenida Brasil, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O local ocupava 60 mil metros quadrados de terrenos comprados do editor José Olímpio, e abrigava

> [...] modernas e grandes máquinas de impressão nos sistemas de rotogravura e de *offset*, amplas seções de guilhotina, fábricas de tintas e resinas, depósitos de papel e filmes, seções de acabamento, embalagens, expedição e serviços geral, oficinas de manutenção industrial, depósito de cilindros, seções de rotofilmes e fotolitos com máquinas operadas eletronicamente, além de restaurantes, ambulatório e escola. (Revista *Manchete*. Edição especial 30 anos, p. 37, 1982).

Naquele espaço foram produzidas mensalmente milhões de exemplares de revistas, álbuns, livros, cartilhas, material didático, enciclopédias, folhetos e diversos produtos gráficos, a partir do trabalho de dois mil funcionários. As máquinas de impressão eram das mais modernas para a época, de acordo com a própria revista *Manchete*. A rotativa Albert Frankenthal TR-4, de impressão em rotogravura, tinha a capacidade para imprimir 64 páginas a cores na velocidade de 30 mil cadernos por hora. Havia quatro Albertinas, também da marca alemã Frankenthal e máquinas italianas Cerutti*,* rotativas de última geração capazes de imprimir 42 mil exemplares por hora a quatro cores e que faziam não somente a impressão de todas as

publicações da Editora Bloch, como também "[..] milhares de trabalhos para clientes externos, de rótulos de cerveja e bilhetes de loteria a cartazes de campanha eleitoral" (Bloch, 2008, p. 18). O complexo industrial de Parada de Lucas, acrescido com outro parque gráfico adquirido pela empresa, em Água Grande, constituíram o maior parque gráfico da América Latina no final da década de 1960, com 100 mil metros quadrados.

No mesmo ano de construção do Parque Gráfico no bairro Parada de Lucas, em 1968, foi inaugurada a nova sede da editora, que publicava pelo selo Bloch Editores. A nova sede ficava na rua do Russel, no bairro da Glória, zona Sul do Rio de Janeiro. Com vista para o mar, as obras foram projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer (*Manchete*, Edição Especial 30 anos, p. 2, 1982) e, pelo tamanho da empresa, a transferência da administração e da redação da revista para a nova sede teve que ser feita por etapas sendo, primeiramente, construído um prédio e depois outros dois décadas mais tarde. Contabilizando mais de 26 mil metros quadrados, a empresa dos Bloch se instalou em um moderno prédio de 12 andares.

Para além das instalações da Bloch Editores, os prédios também contavam com a Galeria Manchete, instalada no segundo andar do prédio e que abrigava quadros e esculturas de artistas nacionais, como Cândido Portinari e Antônio Bandeira (*Manchete*, Edição Especial 30 anos, p. 44-64, 1982). Era um dos desejos de Adolpho Bloch, que colecionava obras de arte. O museu servia de *foyer* para o Teatro Adolpho Bloch, inaugurado em 1973 com a peça "O Homem de La Mancha*"*, com Bibi Ferreira, Paulo Autran e Grande Otelo, sob direção de Flávio Rangel.[21] O prédio, projetado por Oscar Niemeyer em estilo modernista e integrado pelo paisagismo de Burle Marx[22], era ocupado por 430 lugares (*Manchete*, Edição Especial 30 anos, p. 2, 1982).

Adolpho Bloch chegou a investir em outros teatros, quando foi convidado pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, general Floriano Peixoto Faria Lima, para assumir a presidência da Fundação dos Teatros do Estado do Rio de Janeiro (FUNTERJ).[31] Como presidente, Bloch idealizou reformas em teatros históricos como o Municipal, o João Caetano e o Salão Assírio, bem como a construção do Teatro Villa Lobos. Segundo o próprio empresário, "o preço da [...] passagem pela Funterj foi a necessidade de uma nova válvula mitral" (*Manchete*, Edição Especial 30 anos, p. 19, 1982), isto é, sua atuação na área cultural não teria sido motivada por interesses financeiros senão pelo desenvolvimento da própria cidade e país. O grupo Bloch também investiu no campo da educação, doando ao Estado do Rio de Janeiro

[21] BIOGRAFIA DE ADOLPHO BLOCH. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120319012544/http://www.fortunecity.com/lavender/tomatoes/792/bloch4.htm. Acesso em: 03 out. 2025.
[22] TEATRO ADOLPHO BLOCH. "O Teatro". Disponível em: https://teatroadolphobloch.com.br/o-teatro/. Acesso em: 03 out. 2025.

duas escolas: a Escola Joseph Bloch, em Parada de Lucas, e Ginda Bloch, em Teresópolis, nomes dados em homenagem aos pais de Adolpho Bloch que, como ele mesmo escreveu, foi feito um trabalho "para expressar em concreto o amor que tenho pela minha cidade e pelo Brasil" (*Manchete*, Edição Especial 30 anos, p. 19, 1982).

Percebe-se, nesses investimentos introjetados sob a figura de Adolpho Bloch, que o Grupo Bloch se aproximava do seu público-leitor para além das páginas da revista *Manchete*. Como observado em textos que trataram de sua personalidade, o próprio Adolpho Bloch era assíduo nas matinês de quinta-feira do teatro acoplado ao edifício *Manchete*, em uma plateia repleta de senhoras da classe média urbana carioca. Costumava ser cortês com o público[23] e, nisso, é possível compreender uma figura situacionista e diplomática, que se alternava entre luxuosos jantares com autoridades do cenário político e um assento numa matinê em meio ao público. Foi, portanto, essa personalidade que deu vida à *Manchete*, em que o sucesso do Grupo Bloch pode também ser visto a partir do seu modo de lidar com o cenário político de cada momento em que sobreviveu.[24]

Como escrito, o público da revista *Manchete* se fazia principalmente pela classe média urbana. As edições costumavam circular nas grandes cidades do país, com foco na cidade do Rio de Janeiro, o que não significou sua inexistência em locais mais distantes dos grandes centros. O contexto brasileiro dos anos de 1950 e 1960, marcado pelo pleno desenvolvimento econômico e pela industrialização acelerada amparados na cultura do *American Way of Life*, deu sentido ao consumo da classe média por revistas ilustradas, que divulgava a vida de artistas de *Holywood* enquanto as páginas eram emolduradas por centenas de anúncios publicitários dos mais variados produtos de beleza e eletrodomésticos de última geração.

As maiores novidades estadunidenses poderiam ser vistas, desejadas e até compradas através dessas revistas. O fato de a *Manchete* ser lançada aos sábados diz muito sobre seu público e sua função como vitrine deste estilo de vida, representado pela família de classe média que poderia desfrutar em seu final de semana das páginas coloridas recheadas de novidades mundiais e anúncios publicitários. Servia aos olhos.

---

[23] "Caiu forte temporal na cidade e não havia condução para elas. Bloch mandou preparar sanduíches, serviu refrigerantes e providenciou carros que as levassem até em casa. Para ele, nunca foi visto pessoas tão gratas a um empresário teatral." BIOGRAFIA DE ADOLPHO BLOCH. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120319012544/http://www.fortunecity.com/lavender/tomatoes/792/bloch4.htm. Acesso em: 30 jul. 2025.

[24] "Mas, fora isso, *Manchete* não enfrentava os militares: ao contrário, chegou a apoiar o plano de governo pós-golpe. Isso levou à estabilidade que permitiu à revista, em novembro de 1968, sua transferência, da rua Frei Caneca, para aquela que seria sua sede definitiva." BRASIL, Bruno. Manchete. BNDigital – Biblioteca Nacional Digital, Brasília, 04 fev. 2019. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/manchete/. Acesso em: 01 ago. 2025.

Como uma revista de variedades, a *Manchete* trazia colunas e reportagens sobre moda, futebol, arte, ciências, literatura e política, em sua maioria, voltadas ao que acontecia no mundo na semana do lançamento. Como parte de uma composição mais fixa e recorrente na trajetória da revista *Manchete*, destacaram-se seções como “O leitor em Manchete”, espaço destinado à publicação de cartas selecionadas dos leitores, geralmente acompanhadas de respostas da redação. As cartas, em geral, tinham elogios ou sugestões às edições publicadas. Além disso, “Conversa com o leitor” era o título do editorial da revista, assinado pelo editor da edição. A seção “O mundo em Manchete" dava cobertura aos acontecimentos internacionais, reunindo notícias e imagens de destaque sobre política, cultura, conflitos e curiosidades ao redor do mundo, não costumando ser uma seção extensa. Um pouco mais tarde, apareceu "O Brasil em Manchete", que seguia a mesma lógica da seção descrita anteriormente que, nos anos de 1980, apareceu como “O Mundo”, porém, se dedicava aos acontecimentos de âmbito nacional. Outra seção perene, "Notícias que valem Manchete", reunia notas curtas e pontuais sobre acontecimentos variados, funcionando como um apanhado rápido e acessível de curiosidades e fatos relevantes do momento, como uma “vitrine do mundo” no momento.

Assim, deve-se destacar que a *Manchete* contava com colunas assinadas por cronistas, escritores, chargistas e redatores recorrentes. Para se ter ideia, Henrique Pongetti, um dos fundadores da revista, por muitos anos manteve uma coluna de crônicas titulada com seu próprio nome. “Claudius”, geralmente nas últimas páginas da edição, se tratava das charges de humor do cartunista e humorista Claudius Ceccon, que trabalhou para a *Manchete* durante 15 anos. Rubem Braga, Paulo Mendes Campos e Carlos Heitor Cony foram alguns dos que participaram como colunistas da revista, além do próprio Adolpho Bloch que, por vezes, redigia uma coluna própria sob o título “Adolpho Bloch escreve”.[25]

Ao longo das décadas, a revista também se destacou por suas coberturas de Carnaval,[37] seja de rua ou de salão, que traziam fotografias com cores intensas e pessoas alegres, sorridentes. Outro assunto recorrente na *Manchete* foram os concursos de misses, que costumavam receber até mais de uma capa por mês.[38] As coberturas dadas aos concursos convergiram com o que a revista, por muitos anos, lançou como capas: mulheres demonstrando beleza e sensualidade em consonância com padrões estéticos de diferentes épocas.

Este perfil de capa pode ser percebido em pesquisa realizada por Giovanna Nascimento

---

[25] “Além do editorial, Adolpho escrevia uma coluna semanal chamada “Adolpho Bloch escreve”. Nesse espaço ele expunha sua opinião sobre diversos assuntos, principalmente sobre a causa dos judeus, a economia brasileira e onde fazia duras críticas ao comunismo. Parte de sua aversão ao regime foi fruto de todo sofrimento vivido por ele e sua família durante a Revolução Russa de 1917” (Nascimento, p. 37, 2015).

Alves (2023, p. 22). Ao analisar 155 edições da revista *Manchete*, a autora constatou que 46 trouxeram em suas capas fotografias femininas que se encaixavam no padrão de beleza da época. Das 104 capas da revista *Manchete* lançadas em 1968 e 1969, a maior parte contou com pessoas famosas (Silva, 2003, p. 75). Naquele contexto, ressalta-se a recorrência de um estereótipo que buscava evidenciar o otimismo e a alegria, o colorido e um Brasil disposto ao progresso. Personalidades foram alinhadas às representações de um país de futuro promissor e, principalmente, para configurar capas e uma redação que muito explicam como a revista *Manchete* lia seu público e vice-versa.

Figura 1 - Capas da Revista Manchete dos anos 1965 e 1966.



Fonte: Revista *Manchete*, ed. 666 (23 jan. 1965); ed. 688 (26 jun. 1965); ed. 722 (19 fev. 1966); ed. 720 (05 fev 1966). Disponível em: Biblioteca Nacional Digital.

Isso pode ser mais bem compreendido pela perspectiva de Roger Chartier (1988), para quem as representações não são simples reflexos do real, mas modos pelos quais se dá sentido ao mundo, por meio de esquemas cognitivos, simbólicos e linguísticos. As capas da *Manchete* não apenas ilustravam o que havia de "bonito" ou "importante", mas davam forma a uma visão de mundo específica, voltada a reforçar valores desejáveis ao seu público, sobretudo a classe média urbana em ascensão.

Nesse sentido, as novidades tiveram pouquíssimo espaço nas capas da revista (Silva, 2003, p. 75). Ou seja, partiu-se da premissa que o repetível e o esperado tranquilizava o leitor e, assim, construiu uma imagem da revista de positividade perante as coisas do mundo para seu público. Sobre este perfil, na primeira edição lançada em 1952, Henrique Pongetti defendeu uma revista que olhasse para o "lado positivo" do país,[26] muito característico na configuração das capas coloridas e em busca de um padrão que servisse seu público principal, a classe média urbana. Assim, o que parecia familiar ou esperado era uma forma de moldar o olhar e o entendimento sobre os acontecimentos e os sujeitos envolvidos com a produção, o consumo e a leitura da revista.

Naquele cenário, a *Manchete* faturou muito nos anos de 1970. Com o novo parque gráfico recém-inaugurado no bairro Parada de Lucas, a Bloch Editores imprimia outros títulos variados, como *Jóia, Fatos & Fotos* e *Sétimo Céu,* além de ter no seu rol de contratados figuras da grande literatura e do jornalismo da época, como Clarice Lispector, Fernando Sabino e Carlos Heitor Cony. Mas não só a empresa de Bloch crescia em plena ditadura militar brasileira. Outras grandes empresas e veículos de comunicação passaram a se destacar, como foi o caso da Editora Abril e das Organizações Globo. Em grande parte, a situação de crescimento do mercado de comunicação decorreu do chamado "milagre econômico", entre 1970 e 1974, quando o grande mercado publicitário brasileiro foi favorecido por isenções fiscais, crédito subsidiado e controle do acesso ao papel-jornal importado. Dessa forma, o mercado tinha o governo como um dos maiores anunciantes.

No decorrer da década de 1980, a empresa finalmente se viu sem dívidas e não imprimia menos que 200 mil exemplares da *Manchete*. Para se ter ideia:

---

[26] "Manchete será o espelho escrupuloso das suas faces positivas, assim como do mundo trepidante em que vivemos e da hora assombrosa que atravessamos". Revista *Manchete*. Edição 001. 26/04/1952. p. 03. Texto escrito pela Direção da Manchete. Conversa com o leitor. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=3. Acesso em: 10 mar 2025.

> Consolidada como revista da família brasileira, depois de consumida nos lares, Manchete ganhava vôo próprio e era repassada e lida também no barbeiro, no cabeleireiro, no dentista, na maternidade, na sala de espera das clínicas de aborto e nos puteiros, numa época em que o fenômeno *Caras* era distante e os revistões ainda dominavam, no mundo inteiro, o mercado de semanais ilustradas. (Bloch, 2008, p. 257).

Como escreveu o jornalista Arnaldo Bloch, sobrinho-neto de Adolpho Bloch, era chegada a "era do marketing" (2008, p. 258) e seria necessário que a empresa entrasse em outros ramos se não quisesse ficar para trás. Numa tentativa extensa de convencer Adolpho Bloch à olhar para projetos mais modernos, os sobrinhos buscaram formas de investir em alta tecnologia e pesquisas qualitativas, assim como fazia a Editora Abril. Como primeiro passo, a empresa entrou na mídia radiofônica, com a aquisição da Rádio Federal, em Niterói-RJ, intermediada por Arnaldo Niskier. Com os anos, a rádio tornou-se a Manchete AM.

No entanto, o maior passo dado pelo Grupo Bloch no ramo radiotelevisivo ocorreu em 1981, quando o presidente João Baptista Figueiredo anunciou a abertura, para nove canais divididos em duas redes, de concorrência para exploração dos canais das falidas tevês Tupi e Excelsior. Na disputa estavam, para além dos Bloch, o Grupo Silvio Santos, o Jornal do Brasil e o Grupo Abril.

A partir de forte pressão (Bloch, 2008, p. 258) [27] exercida sobre membros do governo federal e o próprio presidente da República, a *Manchete* ganhou as concessões sob suspeita de favorecimento político, demonstrando que, como vencedor, oferecia "segurança" e "descompromisso político" em sintonia com os interesses da ditadura militar brasileira. Deve-se observar que, anteriormente, Bloch havia prestado favores a João Baptista Figueiredo quando de sua disputa no processo de indicação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) para concorrer à presidência, como a impressão de materiais de divulgação, incluindo kits biográficos e fotográficos de Figueiredo (Pádua, 2011, p. 162).

Assim, no dia 5 de junho de 1983, com três de suas cinco emissoras próprias estabelecidas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, além da afiliada *TV Pampa* de Porto Alegre, o Grupo Bloch lançou a Rede Manchete. Nos dois anos até a inauguração da rede de TV, o grupo se organizou para compras de programações de altíssimo nível em adaptações de grandes obras literárias, investindo, numa viagem inicial para Nova York, 50 milhões de dólares em equipamentos e títulos de programação (Bloch, 2008, p. 262).

[27] Segundo o autor, Oscar Bloch, sobrinho de Adolpho Bloch, era muito benquisto nos meios militares e chegou a procurar o general Otávio Medeiros para convencê-lo de que o regime deveria retribuir à *Manchete* os serviços de propaganda prestados ao Brasil pela Editora Bloch durante a ditadura militar.

A proposta era ser uma emissora moderna, jovem, com jornalismo forte e programação direcionada para as classes A e B.

O primeiro comercial da Rede Manchete foi dos óleos Lubrax, seguido da fala de Adolpho Bloch e uma saudação ao presidente João Baptista Figueiredo. No outro dia, na cidade do Rio de Janeiro, falou-se muito da estreia da nova emissora, principalmente por ter superado a popularidade da Rede Globo com a transmissão do filme "Contatos imediatos do terceiro grau", de Steven Spielberg.[28]

Além do majestoso edifício-sede no Russel, o Grupo Bloch deu um salto decisivo com a construção do Complexo de Televisão de Água Grande (CTAG), em Irajá, Zona Norte do Rio de Janeiro. Inaugurado em 1985, o CTAG foi o primeiro centro de produção integrado da América Latina, concentrando oficinas, cenografia, cenários, camarins e quatro estúdios monumentais, o maior do país até os anos de 2000. O complexo permitiu à emissora produzir novelas, shows e programas de auditório com níveis de qualidade técnica incomuns para a televisão brasileira da época. Enquanto as equipes de jornalismo permaneciam na sede do Russel, todas as produções dramatúrgicas e de entretenimento passaram a ser geradas no centro de produção.

Sob o slogan "Televisão de Primeira Classe" e "a tevê do ano 2000", a Rede Manchete dispunha de uma programação que, de fato, buscava atender aos setores ditos mais privilegiados da sociedade brasileira. Em seu jornalismo, destacou-se o "Jornal da Manchete", um telejornal com um cenário futurista e duração superior à média dos concorrentes. Além do jornal televisivo de destaque, a emissora apresentou "O Mundo Mágico", programa que contou com artistas nacionais e internacionais; a icônica programação infantil que lançou Xuxa e trouxe os primeiros tokusatsus japoneses ao Brasil, como Jaspion e Changeman. A consolidação da Rede Manchete ocorreu com grandes produções, como as novelas "Dona Beija" (1986), "Pantanal" (1990) – considerada um marco da teledramaturgia nacional –, "Ana Raio e Zé Trovão" (1990) e "Xica da Silva" (1996).

A partir de 1984, a TV Manchete também se destacou pelas coberturas exclusivas de desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, o que foi considerado uma recompensa dada pelo presidente João Figueiredo, numa espécie de "toma lá, dá cá". Antes, os desfiles eram fotografados e lançados por páginas a fio na revista *Manchete*; agora, apareciam

[28] Para os detalhes sobre a noite de inauguração da emissora, a exibição do comercial inaugural da Lubrax, o discurso de Adolpho Bloch e os índices de audiência do filme Contatos Imediatos do Terceiro Grau, ver: Rede Manchete: a história da TV Manchete. Manchete.org. Disponível em: https://manchete.org/historia/a-historia-da-tv-manchete/. Acesso em: 19 ago. 2026.

exclusivamente no canal da *Manchete*, ofuscando a maior emissora daquele momento, a Rede Globo.

Com evidente cortesia, Adolpho Bloch havia feito um acordo estratégico com o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. A proposta era de que enquanto a *Globo* não investisse pesado em revistas, a TV Manchete ficaria longe das telenovelas, o que não aconteceu. Entretanto, no que tangeu ao Carnaval, quando Marinho soube que a *Manchete* transmitiria os desfiles com exclusividade, procurou propor uma solução compartilhada com seu Adolpho, porém, sem resultados. Dessa forma, no carnaval de 1984, a TV Manchete chegou aos 90 pontos de audiência, deixando a marca de sua presença no cenário televisivo brasileiro e as habilidades com que seu dono e funcionários tinham de conquistar seu espaço.

No entanto, após uma década de inovações e sucessos, a Rede Manchete passou a enfrentar graves dificuldades financeiras. Ao longo dos anos de 1990, o alto custo das produções, a queda de audiência e o desequilíbrio entre gastos e receitas foram gerando a insustentabilidade da emissora. Mesmo com programas ainda prestigiados, como a novela "Xica da Silva", a rede teve atrasos salariais, cortes de investimentos e perda de anunciantes. Em 1992, Bloch tentou se desvencilhar do canal de TV com uma venda que não se consumou devido ao comprador não quitar os pagamentos previstos, o que o obrigou a retomar a emissora.

Três anos mais tarde, em 1995, Adolpho Bloch faleceu em São Paulo, aos 87 anos de idade. É possível perceber seu desgosto com o caminho dos negócios, quando preferia investir nos impressos ao invés na televisão. A partir da transcrição de suas palavras feitas pelo seu sobrinho-neto Arnaldo Bloch, que preservou o sotaque, é possível identificar sua preferência pelas revistas:

> Eu tinha comprado cinco máquinas na Itália. Cinco Cerutti de última geraçón. Eram 42 mil exemplares por hora, quatro cores, nón é verdade? Se lembra da editora? Ieu tinha 30 milhóns limpos. Mas eles queriam a televisón. Um mês antes da licitaçón ieu estava em Nova York e o sujeito, um tal de Norman Alexander, me convidou pra ir ao escritório da rua 45. A fábrica era uma coisa louca, de alumínio, para latas de refrigerante e cerveja. Era uma novidade, uma revoluçón, e ele, o Norman, queria abrir um escritório de representaçón no Brasil. Aqui as latas eram aquelas merdas, de folhas de flandres. O alumínio era material do futuro. Pedi uma semana para responder, mas, quando voltei, o general [João Baptista Figueiredo], o puto dos cavalos, já estava fazendo tudo e entramos na concorrência da tevê. Se ieu pegasse as latas hoje seríamos bilionários. Mas o que é que ieu ia fazer? O Jaquito queria a televisón. O Oscar queria. Ieu nón queria. Mas fiz. Hoje acordo e nón quero nem ver a luz do sol. (Bloch, 2008, p. 260)

A partir de seu falecimento, a situação da Rede Manchete e da Bloch Editores se tornou ainda mais insustentável. Assim, em 1998, a emissora foi vendida ao Grupo TeleTV, que pretendia reestruturá-la sob o nome de TV!, tentativa que não teve sucesso. O encerramento definitivo das atividades da Rede Manchete ocorreu em 10 de maio de 1999. Em 2000, com a falência da Bloch Editores, a revista 'Manchete" deixaria de circular pela sua editora original, tendo sua última edição, a de nº 2519, lançada em 29 de julho daquele ano.

A revista foi arrematada em leilão pelo empresário e jornalista Marcos Dvoskin, que a relançou em 2002 com edições especiais, sem periodicidade fixa. Em 2025, o empresário e jornalista Marcos Salles adquiriu os direitos da publicação da marca e anunciou seu relançamento. Até então, duas edições foram lançadas com periodicidade bimestral, disponíveis para leitura *online* e gratuita via o próprio *website* da empresa. Além disso, a proposta é que a *Manchete* esteja presente num formato multiplataforma, com conteúdo no *site*, redes sociais e *YouTube.* A nova proposta está voltada ao público carioca e tem como temáticas a cultura, política, turismo e gastronomia do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a Bloch Editores e seu carro-chefe, a revista *Manchete*, encerraram suas atividades como um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação do país. Última grande revista ilustrada do Brasil, a *Manchete* marcou época e, a partir de suas estratégias editoriais e gráficas, viveu um lugar longevo na história da imprensa brasileira.

1.3. Uma revista "vendida": *Manchete* e o situacionismo político

> [a revista Manchete] ocupava um nicho de mercado promissor, desdobrando-se em leque de publicações periódicas propícias à publicidade e ao imaginário de novos consumidores. No tripé desse sucesso compareciam o apoio do governo, através de JK; o surto de investimentos na propaganda e na publicidade; a longa experiência gráfica e o empenho do seu proprietário. (Martins; Luca, 2006, p. 90).

Ao longo das décadas, alguns fatores contribuíram para a expansão e a consolidação da revista *Manchete*. O surto de investimentos na propaganda e na publicidade (Martins; Luca, 2006, p. 90), principalmente nos anos 1950, quando a revista surgiu, foram marcados por uma modernização e a noção do consumo como forma de lazer. O discurso, como Ana Cristina Teodoro da Silva escreveu (2003, p. 38), deixou de atingir apenas o coletivo, num sentido ligado ao progresso e à modernidade e passou a existir também na intimidade do consumidor. A classe média, público da *Manchete*, ao ser compreendida como uma classe que consome mais, tornou-

se sinalizadora para investimento na propaganda e publicidade que buscavam, ainda que de um modo introspectivo, oferecer ao leitor a possibilidade de acesso e de acúmulo de bens de consumo, relacionando a ideia de democracia com a liberdade de consumir. A revista *Manchete*, em seu estilo de fotorreportagem, estava inserida naquele contexto.

A longa experiência gráfica e o empenho de Adolpho Bloch (Martins; Luca, 2006, p. 90) também foram fatores decisivos para consolidar o projeto editorial da revista. O proprietário e sua família traziam o conhecimento técnico adquirido no ramo gráfico nos anos de 1930, na Ucrânia, o que possibilitou dar à *Manchete* um caráter mais sofisticado e que se aproximasse do padrão das revistas ilustradas estrangeiras. As cores atraentes, os títulos chamativos e as fotografias de grande qualidade eram características contundentes de uma revista semanal. No entanto, para ultrapassar o sucesso da concorrente *O Cruzeiro*, *Manchete* precisaria de artifícios próprios para atrair mais leitores e anunciantes.

Para se ter ideia de algumas estratégias, nas capas das edições lançadas em 23 de janeiro de 1965 e 5 de fevereiro de 1966 (Figura 1), nota-se uma desconexão entre o título de destaque e a fotografia. Ambas trouxeram títulos voltados à política nacional: "Entrevista exclusiva: Costa e Silva. "Eu não quis a ditadura"" e "Quem é Castelo Branco?", que são "enfeitados" por mulheres que seguiam o padrão de beleza feminino da época.

Artifícios deste tipo foram muito utilizados pela revista *Manchete* nas décadas de 1950 e 1960, como argumenta Ana Cristina Teodoro da Silva (2003, p. 75-80). Primeiro, chama-se a atenção do leitor através da aura da pessoa famosa, da "beleza da mulher". Os títulos explicam aquilo que o leitor vai encontrar ao ler a revista, não havendo necessariamente ligação entre imagem e título. A imagem serve quase que unicamente para atrair o leitor, não necessariamente para informá-lo, diferente da revista "Veja", que nos anos de 1960 procurou conectar o conteúdo da imagem da capa com o título principal, a fim de que a própria imagem informasse sobre a leitura e não deixasse dúvidas para o leitor. A desconexão de imagem e título como característica na composição e estética nas capas da *Manchete* tenderam a perder este predomínio no mercado de revistas semanais a partir dos anos de 1980.

Outra estratégia recorrente de *Manchete* foi o uso de títulos chamativos, marcados pelo exagero e pelo emprego de superlativos. Expressões como "o mais belo", "as maiores [...]" ou "os melhores [...]" eram recorrentes nas capas e reportagens a fim de captar e manter a atenção do leitor. A revista também costumava reforçar o caráter moderno de suas matérias através de termos que a associassem ao novo e ao colorido. Assim, a revista foi capaz de construir um perfil de estratégias próprias que garantiriam seu sucesso como revista semanal e de variedades.

Além das características apontadas nas páginas da revista *Manchete*, algo recorrente

foram títulos voltados à política nacional. Nas capas das revistas anteriormente apresentadas, de edições publicadas nos dois anos após o golpe de 1964 (Figura 1), apareceram nomes de presidentes do período da ditadura militar brasileira e, não coincidentemente, expostos em modos "suavizados". Para Costa e Silva, existiu uma tentativa de dissociá-lo do autoritarismo, como se sua participação no regime tivesse sido relutante ou até mesmo forçada; para Castello Branco, uma manchete que apresentou o presidente como alguém digno de ser conhecido, humanizado, de modo que sua biografia ou figura pública fosse uma curiosidade ao futuro que se vislumbrava para o leitor.

Entrevistas e redações como aquelas não foram raras nas páginas da *Manchete* pois, numa concorrência com dezenas de publicações e, pouco mais tarde, com a TV, temas como política e economia precisavam de seu espaço para ajudar a manter o veículo com bom trânsito na esfera do poder (Pádua, 2011, p. 139).

Roberto Carlos, Ted Kennedy, De Gaulle, os doutores Barnard e Zerbini,[29] Jânio Quadros, Fidel Castro e Juscelino Kubitschek foram algumas das personalidades que receberam capas individuais na revista *Manchete*. O último, em especial, foi retratado com frequência ao longo dos anos da revista, tendo recebido tempos mais tarde, em 2001, uma edição especial com título um tanto quanto sensacionalista, que contou sobre sua vida e trajetória: "Edição de Vida e Obra do Grande estadista JK (100 anos)". Aqui, enfim, visualizamos o último fator que teria contribuído para o sucesso da revista Manchete: o apoio do governo, através de JK (Martins; Luca, 2006, p. 90).

Desde sua candidatura em 1955, Juscelino Kubitschek foi acompanhado de perto pela revista *Manchete*, a partir da vontade do próprio Adolpho Bloch, que via no então presidenciável um ícone de progresso e otimismo nacional. Com a construção de Brasília essa visão tornou-se ainda mais direcionada para uma oportunidade editorial e comercial.

> A capital não pode ficar mais no Rio", disse. Depois, um coronel o chamou para mostrar fotos da construção de Brasília. Ao ver o retrato épico com as multidões de candangos fazendo crescer uma cidade no cerrado, Adolpho sentiu o sangue ferver, como numa apoteose operística. A obra de Juscelino seria, dali em diante, sua pauta permanente. (Bloch, 2008, p. 200)

Adolpho Bloch logo tratou a construção de Brasília como um catalisador para as

[29] Médicos pioneiros no transplante de coração. A *Manchete* também se destacou na divulgação científica e médica, abordando temas como saúde, tecnologia e avanços científicos. Sobre isso, vide: CARDOSO, José Leandro Rocha; ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Aconteceu, virou manchete. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n.41, p. 243-264, 2001.

vendas de sua revista por considerar que, devido a compreensão de que a nova capital estaria sendo uma fonte de inflação nacional, a imprensa pouco retratava sobre a cidade. Após a publicação de uma pequena reportagem feita pelo jornalista Justino Martins sobre Brasília, seu Adolpho, que já mantinha admiração por JK, resolveu investir nessa perspectiva editorial. Enviou seus melhores jornalistas, como Murilo Melo Filho e Jader Neves, para acompanhar a construção no Planalto Central e produzir material atualizado semanalmente. Assim, a *Manchete* foi o primeiro veículo de comunicação da época a montar uma sucursal em Brasília.

A curiosidade do público trouxe um *boom* de tiragens, vendas e, não menos importante, publicidade, considerando que os anunciantes viram nessa empreitada uma oportunidade de, simultaneamente, apoiar o presidente e impulsionar suas vendas com o sucesso da *Manchete.*

Foi naquele contexto de otimismo da modernização e do desenvolvimento do Brasil, que a revista lançou sua primeira Edição Histórica, em 21 de abril de 1960, sem número e inteiramente dedicada à inauguração da cidade de Brasília. Com grandes fotografias da nova capital brasileira, a edição trouxe textos com teor de engrandecimento da figura de JK e, alguns, comparando o momento de "progresso" com o dito "fracasso" dos governos anteriores, conforme observou o jornalista Murilo Melo Filho:

> Ao longo de muitos anos, essa plateia fora empulhada com peças de enredo triste e pessimista. Ofereciam-lhe sempre montagens desoladoras. De repente, aquele Candango aparecera em cena. Vinha da zona de mineração, estava acostumado a confiar no lance das bateias e, através, delas, no futuro. [...] Olhou o pessimismo daquele público e resolveu falar-lhe em diálogos diferentes. Tomou emprestado de Voltaire a linguagem do otimismo, mudando-lhe apenas o nome: em vez de "Candide", sua obra teria uma denominação mais longa: "Desenvolvimento". (Murilo Melo Filho, 1960)

No entanto, os textos que acompanhavam as grandes fotografias pouco explicavam sobre os processos de construção de Brasília, sem grandes informações referentes aos gastos e problemas na empreitada. Observa-se que serviram muito mais como elogios ao governo e à imagem de Juscelino Kubitschek. Entre as 100 páginas da edição, destacaram-se reportagens sobre a construção de novas rodovias e a abertura de matas, emolduradas por anúncios publicitários relacionados à nova capital, como propagandas de lotes no entorno da cidade, piscinas e, também, a saudação da empresa transnacional suíça do setor de alimentos e bebidas, Nestlé, às 3.567 crianças que habitavam Brasília.

Assim, o sucesso de *Manchete* e sua virada nos anos de 1960 se relacionam diretamente com o apoio dado ao governo JK (Louzada, 2004; Martins; Luca, 2006, p. 90;

Pádua, 2013) e à amizade que nasceria entre Adolpho Bloch e o então presidente, visto que, com o entusiasmo do dono da revista frente às obras de Juscelino Kubitschek, este não haveria de ficar indiferente com sua ajuda. Logo, ambos selariam uma parceria para além das edições lançadas que, ainda assim, refletiriam diretamente na forma como JK seria retratado pela revista.

Para se compreender melhor o papel dessas publicações na construção da imagem pública de Kubitschek, o famoso slogan "50 anos em 5" somente ganhou notoriedade quando Bloch ouviu a frase em um dos discursos do presidente e mandou imprimir dez mil cartazes com os dizeres. Sobre a proximidade entre os dois, o então presidente chegou a ter um escritório no prédio da editora, onde preparava sua biografia e escrevia pequenos artigos para a *Manchete.* Além disso, diariamente, caminhavam juntos na orla de Copacabana até o falecimento de Juscelino Kubitscheck, em 1976. Com a ocorrência, o corpo de JK foi velado na sede da Editora Bloch, no Rio de Janeiro, antes de seguir para Brasília, onde foi sepultado.

Diferente da concorrente *O Cruzeiro*, a *Manchete* não fez publicações sobre o endividamento externo, aumento da inflação e o alto custo de vida com que a classe média e os trabalhadores daquele período precisaram lidar (Louzada, 2004, p. 156). Os problemas do governo e da administração JK foram silenciados pela *Manchete*, que preferiu produzir capas, páginas e redações sobre a nova capital brasileira, um presidente otimista, simples e que amava o Brasil, um país que sob a perspectiva da revista se tornara urbano, moderno e industrial, num tom um tanto quanto ufanista. A composição de seções da *Manchete* apresentou qualidades que preencheram o imaginário vendido, semanalmente, em suas páginas ilustradas.

Figura 2 - Capas da revista *Manchete* sobre a inauguração de Brasília.



Fonte: Revista *Manchete*, capas das edições de 21 abr. 1960 e 7 maio 1960. Biblioteca Nacional Digital.

O apoio da revista não era apenas político, mas representava um ideal que Bloch e seu editorial simbolizaram anos antes, desde a primeira edição. A ideia de demonstrar um Brasil em progresso, jamais em crise, revela o *modus operandi* da revista *Manchete* e, anos mais tarde, explica sua relação com os governos da ditadura militar brasileira.

Embora o governo JK tenha representado o período de maior proximidade entre a revista *Manchete* e o poder executivo, quando chegou a atuar como um veículo de propaganda "oficial", no contexto da ditadura brasileira a revista manteve estratégias similares de alinhamento com os governos militares. Em estudo sobre a revista *Manchete* no contexto do governo Médici, Ricardo Martins (1999) defende que a publicação se configurou como um aparelho ideológico de Estado durante a ditadura militar. [30]

> [...] apesar de *Manchete* ter manifestado, desde o final do segundo governo Vargas, uma tendência a apoiar os grupos que ocupavam o poder, foi no período militar e, mais intensamente durante o governo Médici, que *Manchete* incorporou integralmente a ideologia do Estado militar, justificando o autoritarismo político como forma de viabilizar o "desenvolvimento do país", constituindo-se de fato num Aparelho Ideológico de Estado da Informação, disseminando integralmente a ideologia elaborada pelo grupo castrense que ocupava o poder de Estado. À semelhança da assessoria "oficial" de relações públicas (Aerp), vimos que *Manchete* atuou no período em questão como um órgão de comunicação nitidamente estatal, tal o seu grau de identificação ideológica com o regime. (Martins, 1999, p. 184)

Assim, apesar de a revista ter tido sempre uma versatilidade para se adaptar aos grupos que detinham o poder de Estado, foi durante a ditadura militar que essa linha editorial se tornou mais evidente. Deve-se lembrar que, antes mesmo do golpe de 1964, a revista demonstrava sua capacidade de proximidade com aqueles que ocupavam o poder, visto que eram comuns almoços privativos entre João Goulart, então presidente da República, e que propunha as reformas de base que tanto desagravam os setores mais conservadores da sociedade brasileira.

Os encontros de Adolpho Bloch com Jango reforçaram os laços entre a revista e o núcleo do governo, demonstrados, oficialmente, quando o proprietário da Bloch Editores integrou a comitiva da viagem do presidente da República aos Estados Unidos, além de terem sido

[30] O autor defende que, diferente de revistas como *Veja* e *Visão*, a *Manchete* se configurou como um Aparelho ideológico do Estado durante a ditadura militar. Baseado em Althusser (1980), o autor utiliza o conceito de Aparelho Ideológico de Estado que se define como "um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas" (p. 43, 1980), diferenciando o aparelho repressivo de Estado que pertence ao domínio público do Aparelho ideológico de Estado, comum na esfera privada. Assim, a partir de publicações que evidenciavam um "país do futuro" e relacionavam o autoritarismo político com o "milagre econômico", a *Manchete* teria incorporado integralmente a ideologia do Estado militar de maneira igual ou até mais evidente que os próprios órgãos oficiais do regime.

vizinhos no Edifício Chopin, em Copacabana.

O polêmico comício da Guanabara, que João Goulart fez junto à Leonel Brizola, no dia 13 de março de 1964, poucos dias antes da instauração do golpe militar, foi um dos temas centrais da edição n° 623, lançada no dia 28 de março daquele ano. A reportagem, feita pelos melhores fotógrafos da *Manchete* naquele período, saudava as reformas propostas por Jango como necessárias para o futuro do país.

O apoio já havia sido dado na edição anterior, [31] quando o reformismo agrário foi tratado como "uma ideia irreversível" que nenhuma força poderia deter (*Manchete*, n° 622, 1964, p. 92). Assim, através de fotografias de alta qualidade e títulos em tom de júbilo, a *Manchete* manteve até o último momento antes do golpe uma cobertura enaltecedora e simpática a Jango, quando em duas edições seguintes a revista festejou a chegada dos militares ao poder através da Edição Extra, n° 625, e de uma Edição Histórica, sem número.

Para se ter ideia do situacionismo da revista, um mês após o golpe militar, uma reportagem mostrou o então presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, quando ainda era um "simples pracinha" (*Manchete*, n° 629, 1964, p. 4), demonstrando uma trajetória em defesa da nação desde cedo. Após a Copa do Mundo de Futebol de 1970, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, foi retratado como o "presidente-torcedor" ao posar com os jogadores campeões, em plena campanha do slogan "Brasil: ame-o ou deixe-o" (*Manchete*, n° 951, p. 4, 1970). No governo do general Ernesto Geisel, *Manchete* o retratou como um pai de família ao lado de sua esposa (*Manchete*, n° 1144, 1974); e, ao fim, o general João Baptista Figueiredo apareceu como um chefe de Estado jovial, a partir do que a revista considerou "fotos sensacionais" (*Manchete*, n° 1418, 1979).

Beneficiando a imagem pública dos presidentes militares e seus governos, *Manchete* estaria cumprindo uma função comercial ao tentar preservar sua circulação e influência no campo político. Ao mesmo tempo, o alinhamento político aos governos da ditadura militar brasileira deu condições para a revista manter certa imunidade diante da

---

[31] "O govêrno do Sr. João Goulart assumiu uma posição histórica ao enfrentar o problema da injusta distribuição da propriedade territorial no Brasil para realizar de forma democrática e cristã a reforma agrária, hoje reclamada pelas fôrças armadas, pela Igreja e pela esmagadora maioria do povo brasileiro, como condição de paz social e de progresso econômico. A conscientização dêsse problema tomou conta da opinião pública de todo o país: o reformismo agrário é hoje uma idéia irreversível, cuja marcha nenhuma fôrça pode mais deter. Coube ao atual govêrno a tarefa de criar a atmosfera dentro da qual as reformas serão executadas para adaptar as estruturas brasileiras ao ritmo de desenvolvimento já alcançado." Revista *Manchete.* Edição 622. 21/03/1964. O Exército da Produção. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pesq=&pagfis=55425. Acesso em: 04 de junho de 2025.

censura, diferente de outros veículos de grande circulação, como a revista *Veja* (Biluczyk, 2021) e o jornal *Última Hora* (Nascimento, 2015), que passaram pelo controle dos órgãos oficiais de censura.

A censura enfrentada pela *Manchete* esteve mais relacionada com questões de moral e dos bons costumes, considerando que o periódico costumava abordar temas como sexualidade e estampar capas com mulheres seminuas. Em 1978, uma edição foi apreendida por ordem de um juiz de menores que considerou obscena a matéria sobre um centro de meditação indiano (Pádua, 2011, p. 162). Entretanto, no que tange à censura em decorrência de críticas diretas aos governos militares, a revista *Manchete* seguiu ilesa.

Para Arnaldo Bloch (2008), sobrinho-neto de seu Adolpho, essa versatilidade em se adaptar aos mais variados contextos políticos tinha relação com o medo do tio-avô de perder tudo, devido aos traumas que vivenciou em sua infância quando sua família precisou fugir da Ucrânia rumo ao Brasil.

> Na esfera da política nacional, o tom das crônicas (e da cobertura da *Manchete*) continuava a ser de elogio fácil ao governo militar, o que faria da revista, nos anos de chumbo, sinônimo de órgão informal de propaganda do regime, expansor de otimismo acrítico. Apesar disso, Adolpho não podia ser considerado um mero e venal bajulador. O pânico de perder tudo numa virada de regime, herdado do Zeide, em muito contribuía para a perpetuação dessa subserviência pragmática. (Bloch, 2008, p. 251)

No entanto, Ricardo Martins (1999, p. 186) defende que o posicionamento da *Manchete* durante o período da ditadura militar brasileira "não pode ser entendido como sendo fruto de uma contingência 'necessária' ou 'natural' requerida por aquele momento histórico", mas como uma escolha do próprio editorial em assumir e se integrar ao sistema de propaganda do Estado, ainda que de forma não-oficial. Para o autor,

> (...) havia a possibilidade de fazer imprensa no Brasil mantendo uma postura relativamente neutra; ou seja, a proibição e a censura impostas à sociedade brasileira e que recaíam principalmente sobre manifestações de qualquer espécie contrárias ao regime não justificam necessariamente atitudes de apoio ao processo desencadeado pelo golpe político militar de 1964" (Martins, 1999, p. 186).

Nesse sentido, a revista *Manchete* manteve uma postura tão alinhada à lógica oficial dos militares que sua adesão aos governos, primeiramente, inseriu o periódico em um ambiente

de produção editorial em que se trabalhava nos moldes dos próprios órgãos estatais de comunicação e, segundo, explica que essa linha editorial não pode ter sido somente uma tentativa de "subserviência pragmática" (Bloch, 2008, p. 251) ou de sobrevivência no campo da imprensa brasileira. Ao contrário, tratou-se de um apoio direto à ditadura militar brasileira.

Reconhecer esse posicionamento "situacionista" da *Manchete* nos permite compreender melhor as edições extraordinárias publicadas pela revista durante a ditadura militar brasileira. Isto é, se a *Manchete* manteve relações próximas com os governos do regime militar, torna-se necessário observar como esse apoio apareceu em suas páginas. Dessa forma, no Capítulo 2 desta dissertação, serão analisadas as representações de nação, progresso, desenvolvimento e futuro presentes nas edições extraordinárias, numa tentativa de entender como a revista produziu e difundiu expectativas de futuro em um dado tempo presente, o que contribuiu para a defesa política da ditadura militar brasileira.

CAPÍTULO 2

O FUTURO PRESENTE EM *MANCHETE*

2.1. As edições extraordinárias de *Manchete*

> E este número também será guardado pelos leitores como documento histórico.
>
> Justino Martins, *Manchete*, abril de 1964, p. 3.

Para além das edições semanais regulares, a revista *Manchete* lançou edições consideradas singulares ao longo de suas quase cinco décadas de produção e circulação. Após um mapeamento das edições,[32] foi possível demarcar quatro tipologias de edições, aqui tradadas como edições extraordinárias e denominadas pela *Manchete* como "Edição Histórica", "Edição Extra", "Edição Especial" e "Edição Suplemento".

Considerando essas categorias, propõe-se delimitar a análise das edições extraordinárias, especificamente as publicadas durante os anos da ditadura militar brasileira. Para isso, é relevante compreender as características identificadas em cada tipologia, diferenciando-as entre si e observando seus critérios editoriais. A partir desse grupo de edições, com base nas contribuições teóricas de Reinhart Koselleck (2006; 2013) e François Hartog (2013), analisa-se as experiências temporais inseridas pela revista, a fim de se atentar para as articulações entre passado, presente e futuro, bem como para os horizontes de expectativa e os regimes de historicidade.

As edições extras tiveram como objetivo tratar de acontecimentos considerados urgentes ou de grande repercussão que não poderiam esperar o lançamento da próxima edição semanal, sendo consideradas pela *Manchete* como indispensáveis de serem publicadas de imediato. Sem dúvida, a lógica tinha uma finalidade mercadológica, pois quanto mais rápida fosse a divulgação da notícia, maior o protagonismo e a agilidade da revista para lidar com as ocorrências e transformá-las em notícias. Como Henrique Pongetti salientou, a *Manchete* tinha o desejo de "colher o instantâneo, o irrepetível" (*Manchete*, n° 1, 1952, p. 3).

As edições extras não eram lançadas, necessariamente, em dias diferentes do ciclo regular da revista, disponibilizada ao público aos sábados. Assim, eram publicadas juntamente com edições regulares com o mesmo número da edição inédita ou da anterior, neste caso quando lançada em data diferente da edição regular. Um exemplo deste tipo de publicação foi a

[32] Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/. Acesso em: 18 ago. 2025.

Edição Extra n° 625, publicada em 11 de abril de 1964 (Figura 11), que trouxe a cobertura do golpe de 1964 com a manchete "As fotos da revolução". A edição foi lançada em um sábado, juntamente com a edição regular de mesmo número que trouxe como reportagem principal "O drama da Marinha", uma cobertura à insubordinação de marujos e fuzileiros navais no governo João Goulart (*Manchete*, n° 625, 1964, p. 12-18).

Outro exemplo foi a Edição Extra, n° 1164, publicada em 9 de agosto de 1974, com a chamada "O fim de Nixon", em referência à renúncia do então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que estampava a capa da edição (*Manchete*, n° 1164, 1974). A edição, entendida como "urgente" pelo editorial da revista *Manchete*, foi lançada em uma sexta-feira, um dia antes da edição regular que trouxe diversas manchetes na capa, sob a fotografia de uma mulher jovem. Embora as edições extras tivessem um tema central nas capas, o conteúdo interno não se restringia aos acontecimentos de destaque e os sumários eram semelhanças com os das edições regulares, seguindo as seções fixas da revista. Assim, não se tratava de edições temáticas, mas de publicações que preservavam a continuidade editorial. Isso pode ser reforçado pelas edições extras terem sido comercializadas com os mesmos preços das edições regulares, não rompendo com a lógica mercadológica.

Ao longo dos anos, as edições extras demonstraram o quanto a revista *Manchete* estava atenta ao mercado e aproveitava os sucessos imediatos de temas para alavancar suas vendas. Foi o caso da Edição Extra de março de 1960, sem número sequencial, que teve como tema as festas de Carnaval pelo Brasil e não apresentou as seções regulares em seu sumário (*Manchete*, Edição Extra, 1960). Como explicado no editorial daquela edição pelo diretor Justino Martins, tratava-se de aproveitar o interesse imediato do público para ampliar sua circulação e vendas em decorrência da edição anterior, que trouxe o Carnaval brasileiro como tema relevante e ter tido tiragem de 300 mil exemplares esgotados em menos de 24 horas. [33] Deve-se observar que, entre os anos de 1964 e 1985, foram publicadas três edições extras que, embora pouco frequentes, desempenharam papel estratégico na lógica comercial da *Manchete*.

Outra tipologia de edições extraordinárias foram as "Edições "Especiais". No recorte temporal desta pesquisa, essas edições apareceram a partir de 1968, com a "Edição Especial -

[33] "Nossa edição da Quarta-feira de Cinzas, num total de 300 mil exemplares, esgotou-se em menos de 24 horas. Três dias depois, lançamos o presente número EXTRA, com uma completa cobertura do Carnaval no Rio e nos Estados. Para realiza-lo, manuseamos cerca de 5 mil fotografias das quais selecionamos as que nos pareceram mais expressivas dessa euforia coletiva que é o carnaval. O leitor poderá admirar, pois, nestas páginas, o que a adorável Kim Novak considera como "a maior festa popular do mundo". E eu também. J. M" . Justino Martins. "Conversa com o leitor." Revista *Manchete*, Edição Extra, março de 1960, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=36956. Acesso em: 20 ago. 2025.

Retrato do Brasil", sem número sequencial, dia e mês publicado. Ao longo de 204 páginas, a edição se dedicou às fotografias das principais cidades do país, prometendo apresentar uma "[...] imagem plástica do nosso país – desde o extremo norte equatorial até o longínquo sul das verdes planícies; desde a imensa costa atlântica até os confins hispânicos da América" (*Manchete*, 1968, p. 4). Este formato de publicação foi seguido na edição "Progresso do Brasil", lançada em 1969, mais cara que as edições regulares publicadas ao longo do ano.[34] Com fotografias grandes, alguns textos e legendas, a proposta foi divulgar o progresso do país através do desenvolvimento de cidades brasileiras.

É possível que este formato tenha feito sucesso entre os leitores pois, em 1970, a *Manchete* lançou a "Edição Especial – Retrato de São Paulo", sob a mesma premissa das edições especiais anteriormente citadas, mas com foco na cidade de São Paulo em 228 páginas. Anos depois, em 1974, a cidade do Rio de Janeiro ganhou uma edição similar e, em 1978, o estado de Minas Gerais teve uma edição com o título de "Segundo polo industrial do Brasil".[35] A Amazônia apareceu em duas edições: a primeira em fevereiro de 1973, com 228 páginas e, a segunda, em junho de 1983, com o título "Amazônia Espetacular".

Em 1973, a *Manchete* lançou uma edição especial dedicada a Portugal, com anúncios e publicidades daquele país. O editorial adotou um tom cordial e diplomático, com ênfase na "amizade histórica, definitiva e irreversível" entre os dois países, reforçando o caráter de aproximação diplomática em sintonia com a viagem, naquele ano, do então presidente Médici para Portugal.

> [...] Não malbaratamos as lições recebidas e temos sido dignos da herança que Portugal nos legou: preservamos o idioma, a religião, as tradições, a generosidade, a grandeza, os costumes e os exemplos. A gratidão brasileira, levada pelo Presidente Médici na sua viagem a Portugal e retratada nas páginas desta Edição Especial de Manchete, devolve aos portugueses em reconhecimento, lealdade, correção e ternura toda uma influência que foi decisiva na nossa formação. O Portugal de hoje e o Brasil de sempre estão mais unidos do que nunca pela ponte de uma amizade histórica, definitiva e irreversível, lançada sobre a imensidão atlântica. (Murilo Melo Filho, 1973).

A partir de 1970, a *Manchete* iniciou uma espécie de edição especial anual. A proposta

[34] No ano de 1969, a média de preço de uma edição regular da revista *Manchete* foi de NCr$2,50, enquanto a edição "Progresso do Brasil" foi vendida pelo valor de NCr$6,00.
[35] Esta edição foi um suplemento da edição n° 1393, mas foi denominada pela revista *Manchete* como "especial". Preferimos manter a denominação dada pela editora.

era trazer um compilado de fotografias e textos sobre os setores mais desenvolvidos economicamente a cada ano, retratando o Brasil em todas as páginas. Os títulos não seguiram um padrão fixo, sendo, à exemplo, em 1970, "Brasil 70", seguido de "Brasil 71", "Brazil 1972", "Brasil 73", "Brasil Futuro - 1975-1979" e "1976 Brasil". Algumas destas edições tiveram suas versões publicadas em inglês, além da exclusiva edição "Brazil New Horizons – Export special edition" (1973).

Apesar do número de edições especiais publicadas na década de 1970, que tiveram como foco a valorização do Brasil em plena ditadura militar brasileira, era prática comum da *Manchete* mostrar o país como uma "vitrine" aos leitores estrangeiros. Para se ter ideia, em 1960, a revista publicou *"JK awakes the giant"*, edição em inglês que apresentou um compilado de matérias que haviam sido publicadas sobre Brasília e o presidente Juscelino Kubitschek.

Em comum, as edições especiais publicadas entre os anos de 1960 e 1970 tiveram como premissas projetar, nacional ou internacionalmente, a imagem de um país moderno e em plena transformação, através de um discurso desenvolvimentista, assim como observado no editorial da edição especial de 1973:

> A felicidade de publicar uma edição como esta, só é comparável à dos próprios brasileiros em verificarem, nas páginas que se seguem, a grandeza do país que constroem.
> Eles estão tendo a oportunidade de assistir à transformação de uma velha estrutura, superada e quase inviável, numa nação aberta, moderna e progressista.
> O *Brasil-73* é o retrato de um país que busca recuperar o tempo perdido. A atual geração brasileira sabe que terá de fazer, nos próximos 20 anos, quase tudo quanto as nações agora já desenvolvidas levaram 200 anos para construir. O esforço dessa recuperação está sendo feito através de uma fórmula simples, baseada no bom senso, no talento, na imaginação, na criatividade e no espírito latino ágil, flexível e versátil, que soube pular abismos e fogueiras para retirar da adversidade os motivos de redenção. Os números obtidos são a resultante certa de componentes eficazes.
> Viabiliza-se a possibilidade de construir, em pleno Trópico, uma nova sociedade. (Murilo Melo Filho, 1973, p. 6-7).

No trecho constata-se um discurso ufanista que dialogava diretamente com o ideário do governo Médici, em plena vigência do que veio a ser chamado de "milagre econômico". Ao lado do slogan oficial "Brasil: ame-o ou deixe-o", esse tipo de publicação contribuía para sustentar a imagem de um país em constante progresso, ainda que a representação ocultasse a repressão política e as desigualdades sociais ocorridas durante a ditadura militas brasileira. Nesse sentido, a revista *Manchete* apareceu como expressão de uma resposta ao seu próprio

tempo presente.

Para além das edições especiais citadas, a *Manchete* publicou outras edições com conteúdo diversificado, como a "Edição Especial - Lançamentos 73" (1973), focada nas novidades de automóveis; "Manchete 30 anos" (1982), edição comemorativa aos 30 anos de existência da revista, com entrevistas de Adolpho Bloch e grandes fotografias das sedes e parques gráficos da Bloch Editores; "A epopéia do Tri" (1970), denominada "Edição Sonora", acompanhada de um disco compacto com a narração dos 19 gols do Brasil por Valdir Amaral e Jorge Curi; "Edição Especial - O adeus a Tancredo" (1985), última e única edição especial não temática por não abordar apenas o tema da capa, o falecimento do presidente da República Tancredo Neves, mantendo um sumário muito similar ao das edições regulares. Assim, foram identificadas 22 edições especiais publicadas nos anos de ditadura militar brasileira.

As chamadas edições suplemento da revista *Manchete* constituíram um tipo específico de publicação extraordinária, as quais identificamos 11 edições publicadas durante os anos de ditadura militar. Essas edições complementavam edições regulares, mas possuíam características próprias. Apesar do nome sugerir um acréscimo aos temas e informações da edição principal, na prática as edições em forma de suplementos tinham características de cartilhas ou folhetos especiais, se tratando de material adicional.

Embora com conteúdo variado, geralmente, os suplementos se vincularam aos temas de relevância nacional, em especial relacionados à economia e às finanças do país. A primeira edição identificada foi "Amazônia: aqui começa a segunda descoberta do Brasil", lançada em 1967, que teve como tema o desenvolvimento econômico e social do estado do Amazonas. Mais tarde, em 1968, foi publicada a edição "Como preencher a sua declaração de rendimentos - Instruções para 1968", folheto com 64 páginas que ensinava ao leitor como declarar o imposto de renda. Na capa, estava sinalizado que a edição era suplemento da edição n° 834, não podendo ser vendida separadamente. Curiosamente, a edição n° 834, de 13 de abril de 1968, apresentou em sua capa o velório do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado pela polícia militar durante um protesto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, ao longo dos anos notabilizado como uma das ocorrências que passou a representar a resistência contra o Estado autoritário.

Em 1969, juntamente com a edição n° 885, a *Manchete* publicou a edição suplemento com o título "O Exército informa: o que fêz em 1968, o que está fazendo pelo Brasil". O suplemento mostrou, após um editorial assinado pela Comissão Diretora das Relações Públicas do Ministério do Exército, as realizações feitas pelo Exército no ano de 1968. Além dessa edição suplemento, outras foram publicadas, como "Edição Financeira", suplemento da edição n° 963, de 1970; "Edição Especial - Os incentivos da integração", suplemento da edição n° 983,

publicada em 1971; [36] "Norte do Paraná - a nova explosão do Progresso", suplemento da "Edição da Independência", de 1972; "Espanha 74 - A grande feira comercial", suplemento da edição n° 1152, de 1974; e "Welcome asta to Brazil", suplemento da edição n° 1228, publicada em 1975.

Dessa maneira, as edições suplementares mostram como a *Manchete* buscava diversificar sua presença no mercado editorial, indo além do caráter informativo semanal. Os materiais, distribuídos junto às edições regulares, ora tinham função prática, ao oferecer instruções financeiras e conteúdos de utilidade pública, ora cumpriam papel político, como no caso do suplemento produzido em parceria com o Exército. Isso demonstra a capacidade da *Manchete* de conciliar interesses editoriais, econômicos e políticos no contexto da ditadura militar brasileira.

Por fim, a revista *Manchete* publicou as chamadas edições históricas, as quais contabilizamos 10 edições. Esse tipo de publicação apresentou temas centrais de conteúdo das reportagens e matérias, em uma espécie de construção de narrativas históricas sobre determinados acontecimentos. Entretanto, as edições históricas se assemelhavam às edições extras por serem produzidas como respostas aos acontecimentos ocorridos no "calor" do momento, ou seja, no tempo presente da revista *Manchete*.

Antes mesmo da ditadura militar, a primeira edição histórica tratou da inauguração da cidade de Brasília, intitulada "Brasília - Edição Histórica", sendo publicada em 21 de abril de 1960, sem número sequencial, em uma quinta-feira. Custando Cr$50,00, tinha o valor de venda mais caro que o das edições regulares, que eram encontradas nas bancas por Cr$20,00. As matérias foram focadas em imagens grandes e coloridas da nova capital, com textos que elogiaram a figura do presidente Juscelino Kubitschek e sua gestão governamental. Em dos textos que a compôs, o jornalista Murilo Melo Filho observou:

> [...] a esta altura, [JK] já garantiu seu lugarzinho na História. Pois daqui a cem ou duzentos anos, quando as crianças estiverem estudando nas escolas o capítulo referente à mudança da Capital, seu nome estará sendo pronunciado com respeito e admiração. Não se falará das possíveis irregularidades, dos desconfortos iniciais, das naturais confusões. Estes detalhes não entram na História dos povos. Só a escrevem aqueles que sabem fazê-la com obras perenes. (Murilo Melo Filho, 1960)

[36] "Apesar do título 'Edição Especial', atribuído pela própria revista *Manchete*, optamos por classificá-la como uma edição suplemento.

Pelas considerações do jornalista, é possível perceber a tentativa de construção de uma narrativa histórica, ao ressaltar que JK havia garantido o "seu lugarzinho na história", ao mesmo tempo em que detalhes como "irregularidades" ou "desconfortos" do governo foram silenciados e "não entraram na história". Dessa forma, compreende-se uma intenção da revista em eternizar uma narrativa específica ao transformar acontecimentos do presente em símbolos da modernidade e do progresso nacional, selecionando e tensionando uma memória histórica aos seus leitores.

Algo muito similar pode ser visualizado na terceira edição histórica da revista *Manchete*, dedicada à cobertura do golpe militar de 1964 e publicada em Abril de 1964, custando Cr$200,00, sem número sequencial. Como na edição histórica inaugural, o predomínio das fotografias grandes predominou, como as imagens que deram cobertura à "Marcha da família com Deus pela liberdade", passeata civil ocorrida no Rio de Janeiro. A ênfase nas figuras políticas, especialmente o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, demonstrou a posição da revista *Manchete* em relação ao golpe militar, entendido como um ato necessário na conjuntura política da década de 1960, assim como acreditava Justino Martins escreveu (*Manchete*, Abril de 1964, p. 03), de que a *Manchete* serviria como "documento histórico" para futuras gerações compreenderem o significado do que a revista considerou uma "revolução".

Apesar disso, as edições históricas não seguiram um padrão fixo. Um exemplo foi a segunda edição histórica com o título "Carnaval do IV Centenário", lançada em 20 de março de 1965, com número sequencial da edição n° 674. O assunto principal da edição foi as festas e as comemorações do carnaval daquele ano, muito embora não tenha sido o único foco da revista. Ainda assim, mesmo nas matérias e reportagens sobre o carnaval, não se percebeu textos que referenciaram o evento como "histórico", mas sim, matérias acompanhadas de imagens grandes e coloridas do público carnavalesco, das fantasias e alegorias, com legendas que explicaram sobre as escolas de samba, as homenagens e os temas das fantasias. Assim, depreende-se que a referida edição se utilizou do conceito "histórico" mais como motivação mercadológica visando a atenção do leitor e colocando o carnaval daquele ano como um evento especial devido à comemoração dos 400 anos da cidade do Rio de Janeiro.

Ademais, as edições históricas que se seguiram ao longo da ditadura militar brasileira tiveram como títulos e temas "A vitória de Israel" (1967); "O homem conquista o espaço" (1969); "A glória do Tri" (1970), "João de Deus: o triunfo da fé" (1980), "O Brasil de Tancredo" (1985); "Tancredo - A vitória da democracia" (1985') e "Tancredo Neves - O mártir da democracia" (1985). Dessas, a edição "O Brasil de Tancredo" foi a única sequencial com o

número da edição 1718, não sendo exclusiva sobre o tema de capa.

Para além dessas, em 1972, a revista *Manchete* publicou uma edição comemorativa dos 150 anos de independência do Brasil, intitulada "Edição da Independência - 150 anos de Progresso". A *Manchete* não chegou a atribuir como "Edição Especial" ou "Edição Histórica" a publicação que marcou a efeméride, porém, em legenda de fotografia publicada na edição n° 1068, em que Adolpho Bloch presenteia o primeiro-ministro de Portugal, Marcelo Caetano, com um exemplar da revista, considerou-se a "edição histórica de *Manchete*". Por isso, optou-se por enquadrá-la como uma das edições históricas a serem analisadas.

No editorial da "Edição da Independência", assinado pelo jornalista e escritor, Zevi Ghivelder, ficou evidente que a *Manchete* procurou demostrar "[...] que o nosso recente passado parece remoto, e que o distante futuro está cada vez mais próximo" (*Manchete*, 1972, p. 5), numa evidente alusão de valorização do progresso e desenvolvimento do Brasil pela revista. Isso permite compreender a intenção da revista em construir uma narrativa na qual o presente era constantemente ressignificado como memória histórica, ao mesmo tempo em que projetava expectativas para o futuro.

Dessa maneira, a *Manchete* buscou, através de suas edições históricas, estabelecer uma narrativa de acontecimentos por meio de imagens fotográficas associadas a textos jornalísticos, destacando temas de suposto interesse nacional que resultaria numa compreensão que é histórico, a partir do lugar social, político e econômico da revista e, por fim, permearia o que deveria ser lembrado como marco na trajetória do Brasil. Ao privilegiar certos acontecimentos e personagens, a revista se posicionou como um mecanismo contribuinte daquele tempo presente, selecionando, interpretando e projetando o que poderia ser reconhecido em suas páginas como história.

2.2. "Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?": nação e futuro em *Manchete*

> "Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Possuir uma glória comum no passado, uma vontade comum no presente. Ter feito grandes coisas conjuntamente, desejar fazê-las de novo – essas são as condições para a existência de uma nação" (Ernest Renan) – (*Manchete*, Edição Especial Brasil 76, 1976, p. 9).

Nos intercursos da historiografia ainda é complexo estabelecer uma definição para nacionalismo, ainda que este conceito seja basilar para os estudos da história das sociedades

modernas. Para Benedict Anderson (2008), o nacionalismo e os Estados são os formadores da nação, e não o contrário. Nessa perspectiva, uma das operacionalidades centrais do nacionalismo é a de justamente dar um "corpo" à nação, a de produzir a ideia de um povo que tenha uma identidade única e em comum, ainda que esses indivíduos jamais se conheçam pessoalmente. A nação seria uma "comunidade imaginada" (Anderson, 2008, p. 32) a qual seria sustentada pelo "fio da tradição" (Hartog, 2013, p. 172).

Eric Hobsbawn (1997), por sua vez, para auxiliar na compreensão deste processo de construção identitária, utiliza-se da noção de "tradição inventada" e, assim, a define como:

> um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. (Hobsbawn, 1997, p. 9).

Este conjunto de práticas e valores apresentados como heranças históricas são, na realidade, formulações relativamente recentes (Hobsbawm, 1997a, p. 9), que se mantêm para fortalecer sentimentos de coesão nacional. A frase escolhida pela revista *Manchete*, não de maneira coincidente, para compor o editorial da "Edição Especial Brasil 76", demonstra esse movimento ao afirmar que "uma nação é uma alma, um princípio espiritual" e que, "possuir uma glória comum no passado" e "uma vontade comum no presente" são condições para a existência de uma nação (*Manchete*, Edição Especial 1976 Brasil, 1976, p. 09). Isto é, a revista *Manchete* acreditou ou, ao menos buscou transmitir para seus leitores, na ideia de que a nação brasileira seria sustentada ora por uma continuidade histórica em comum no passado, [37] ora por um projeto em comum de futuro, este construído em diálogo com o discurso nacionalista e amplamente difundido no tempo presente da ditadura militar brasileira. Nas páginas da revista, passado, presente e futuro foram articulados em torno de um projeto nacional compartilhado.

Mas, o discurso nacionalista não obrigatoriamente precisava se dar a partir de referências diretas aos governos da ditadura militar. Em 28 de setembro de 1968, a *Manchete* lançou a "Edição Extra - Portugal Chora Salazar" juntamente com a edição regular, de mesmo preço (NCR$2,00), porém, com uma diferença considerável no número de páginas. Enquanto a edição regular contou com 200 páginas, e edição extra tinha somente oito páginas. O fato que levou a publicação da edição foi o afastamento de Antonio de Oliveira Salazar, então ditador fascista português, ocorrido no dia anterior, em 27 de setembro de 1968. O afastamento de

[37] Este tópico será mais bem delineado no Capítulo 3 desta dissertação.

Salazar, em decorrência de um acidente vascular cerebral, foi tido como indispensável de ser publicada de imediato, como se percebe no sentido mercadológico das edições extras da *Manchete.*

A matéria principal da breve edição foi escrita pelo famoso jornalista David Nasser, que se tornou emblemático ao produzir matérias, em especial com o fotógrafo Jean Manzon, para a revista *O Cruzeiro* entre 1943 e 1975. Na matéria em questão, Nasser escreveu com o seu característico tom superlativo e hiperbólico, assim como o de *Manchete*, em seu último encontro com o ditador português. Inspirado no fascismo italiano de Benito Mussolini, Salazar seria, segundo a edição, perdoado pela história "na sua generosidade e na sua compreensão". A justificativa deste perdão teria sido a vontade de Salazar de construir um futuro para sua pátria.

> "O que sei é que nós, os brasileiros da geração de Vargas, não podemos julgar a Portugal da geração de Salazar. O tempo está a vir, o tempo do juízo certo. Não creio, nem de longe, que o sereno julgamento da história há de apontar Salazar como um exemplo a ser seguido pelos povos livres. Mas não poderá dizer que êle não soube ensinar ao seu povo como não ser escravo de ninguém" (*Manchete*, Edição Extra, 1968, p. 7)

Este tipo de discurso muito se assemelha ao que foi escrito sobre Juscelino Kubitschek na edição histórica sobre a inauguração de Brasília, em 1960. À história de JK, não foram negadas as "possíveis irregularidades"; à de Salazar, não foi negado sua falta de exemplo a ser seguido. Mas, ainda assim, *Manchete* contribuiu para uma narrativa de que a história, quase como num processo natural das transformações do tempo humano, poderia apaziguar tais afirmações.

A tradição e o nacionalismo puderam ser observados em frases de grande efeito escritas no decorrer do texto de David Nasser. Antonio Salazar, que trouxe elogios à Carlos Lacerda e Castelo Branco na entrevista, foi tido como um homem inteligente, mas comum; "um grande homem e [...] um homem de coração" (*Manchete*, Edição Extra, 1968, p. 7). Nota-se uma tentativa de, como visto em Anderson (2008), aproximar o político do leitor, do povo, num intuito, ainda que indireto, de produzir a ideia de um povo com identidade única, em comum acordo com seus representantes. Nesse sentido, considerando o enfoque da *Manchete*, indaga-se sobre o porquê do afastamento de Salazar do governo português ter sido relevante para a revista ao ponto de se publicar uma edição extra "às pressas", em sua memória.

O questionamento nos traz possíveis respostas. Dentre algumas, a figura marcante de Adolpho Bloch, fundador da revista *Manchete*, pode ter influenciado diretamente a escolha

editorial de determinados temas, capas e reportagens de edições extraordinárias. A breve reportagem "Uma noite portuguesa" (*Manchete*, n° 1045, 1972, p. 120) [38] retratou o jantar de luxo promovido pela Bloch Editores e pela empresa de aviação portuguesa TAP para apresentar uma edição especial da revista "Desfile" dedicada à Portugal. O jantar, oferecido no edifício sede da *Manchete*, foi feito às vésperas da chegada do então primeiro-ministro Marcelo Caetano, [39] sucessor de Antonio Salazar no Estado Novo português. Edições mais tarde, Adolpho Bloch apareceu presenteando o primeiro-ministro com a "Edição da Independência - 150 anos de Progresso". Nota-se, portanto, uma proximidade entre o fundador da revista *Manchete*, com seu perfil de "figura situacionista" com Portugal, ora com sua cultura, ora com seus representantes e regimes políticos.

Além disso, a condição de Adolpho Bloch como imigrante judeu constitui um elemento que merece ser considerado em determinadas temáticas que ganharam destaque nos editoriais da revista *Manchete*. A exemplo, a Guerra dos Seis Dias, ocorrida em 1967, foi escolhida como tema para a "Edição Histórica - Oriente Médio 1967 - A vitória de Israel" (1967), com reportagens e artigos dedicados exclusivamente ao conflito. Embora não tendo sido possível perceber uma relação direta entre a trajetória pessoal de Adolpho Bloch com a escolha do evento para se destacar em uma edição histórica,[40] não é improvável que a relevância atribuída pela *Manchete* à vitória israelense no efêmero conflito tenha dialogado com sensibilidades presentes nos editoriais da revista, vide a importância e presença do fundador nas escolhas dos editoriais de edições publicadas.

Para o historiador Carlos Fico (1997), a história do Brasil foi interpretada por leituras ora otimistas, ora pessimistas que, elaboradas por meio da sociedade ou da intelectualidade, projetaram expectativas em relação ao país de acordo com as circunstâncias do seu tempo presente, sem deixar de dialogar com leituras e narrativas do passado. Assim, desde o período oitocentista, houve no Brasil a tentativa de construir uma certa imagem sobre o país apoiado em um "sentimento de nacionalidade". Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, esse projeto ficou ainda mais evidente, pois a partir da seleção de documentos para a construção de uma história nacional, a interpretação sobre o país, recém independente naquele tempo presente, tendeu para o enaltecimento da elite, a unidade territorial

[38] Esta edição é acompanhada da edição suplemento "1972 - 1822 Uma bandeira do Brasil em cada porto do mundo".
[39] A própria viagem do primeiro-ministro tinha um forte apelo diplomático, já que ele teria vindo ao Brasil para participar das comemorações do sesquicentenário da independência e da trasladação dos restos mortais de Dom Pedro I.
[40] Muito pelo fato de que esta edição não foi encontrada digitalizada na Hemeroteca Nacional Digital e em demais acervos consultados e, por isso, não foi possível a análise de maneira completa da edição.

brasileira, a afirmação de heróis no processo de independência e o engrandecimento da pátria. O sentido de nação foi construído sob um "passado de glórias".

Não muito diferente ocorreu um século mais tarde, quando no Estado Novo (1937-1945) a ideia nacionalista da cultura brasileira ganhou sua dimensão oficial, fundamentada a partir da valorização da mistura racial, da crença no caráter benevolente do povo e do enaltecimento do trabalho sob os princípios da coesão e cooperação (Fico, 1997, p. 34). Aqui, as riquezas naturais que foram exaltadas no Brasil oitocentista, deram lugar ao povo como catalisador central na modernização do país. A superação do atraso se daria através e unicamente do povo, que teria superado os conflitos raciais, sendo o "povo propriamente brasileiro" aquele "pacífico e bom".

Dessa forma, quase como em uma soma aritmética, os governos da ditadura militar brasileira puderam extrair o seu melhor resultado: do Brasil oitocentista, a exaltação das riquezas naturais e vastidão do país; do Estado Novo, a apologia ao trabalho do povo brasileiro, este unido e capaz de, finalmente, modernizar um país tão grande e diverso como o Brasil. O resultado não teria sido outro. Sob uma atmosfera desenvolvimentista dos governos militares, a revista *Manchete* colaborou para reafirmar a imagem nacional, ora pela valorização da natureza tropical investida pelo IHGB, projetada nos grandes empreendimentos nacionais dos anos 1970 e 1980, ora pela força e mão de obra de trabalho dos brasileiros, dentro e fora das grandes obras investidas pelo regime militar.

O compromisso da revista com a política desenvolvimentista dos militares ficou evidente na reportagem intitulada "Um plano em função do homem", que compôs a "Edição Especial - Brasil Futuro - 1975-1979", publicada em 1974. A *Manchete* apresentou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II), lançado durante o governo do presidente Ernesto Geisel, como uma iniciativa voltada à valorização da população, afirmando que o objetivo principal seria o de valorizar o status do homem brasileiro. Ao longo da reportagem foram destacados os programas voltados à infraestrutura econômica e tecnológica do país, tratando de projeções econômicas, metas de crescimento e estimativas de geração de empregos, prevendo-se, até 1977, um Produto Interno Bruto (PIB) de 100 bilhões de dólares e, para o ano de 1979, o crescimento do setor secundário, que deveria "corresponder a mais de 8 milhões de trabalhadores, respondendo o mesmo setor pela criação de quase metade dos novos empregos urbanos" (*Manchete*, Edição Especial, 1974, p. 35-40).

É importante ainda levar em consideração o modelo de fotojornalismo adotado pela revista *Manchete*, em que as imagens poderiam dizer tanto quanto ou até mais que os textos jornalísticos. A centralidade atribuída à figura das classes trabalhadoras brasileiras como

participantes diretas do desenvolvimento nacional pode ser visualizada na utilização de fotografias de trabalhadores, em primeiro ou segundo plano, envolvidos em ambientes industriais, do campo, da saúde e da tecnologia nacional.

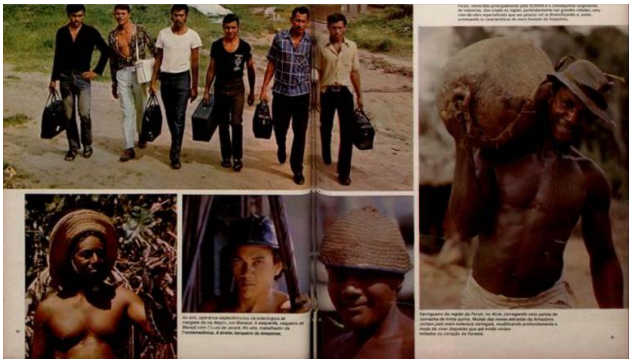
Figura 3 – Reportagem "Um plano em função do homem", 1974.



Fonte: Revista *Manchete*, Edição Especial - Brasil Futuro 1975-1979, 1974. Biblioteca Nacional Digital.

Figuras 4 e 5 – Reportagem "Em cada homem um herói", 1974.





Fonte: Revista *Manchete*, Edição Especial - Amazônia, 1974. Biblioteca Nacional Digital.

Naquele contexto, trabalhadores aparecem como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional, quase como protagonistas na construção do futuro do país, um futuro projetado e idealizado nacionalmente e, enfim, despertado nas páginas da revista *Manchete*. As dificuldades encontradas pelos trabalhadores brasileiros são visualizadas como parte do processo de luta por um futuro melhor do país, uma espécie de justificativa para conquistar o esperado, ou seja, a modernização e o desenvolvimento do Brasil.

Isto pode ser mais bem visualizado, a exemplo, na reportagem "Em cada homem um herói", que compôs a "Edição Especial - Amazônia", lançada em 1973. A reportagem retrata a

diversidade de atividades de trabalho dos amazonenses, dentre tantas, a pesca, a caça, a produção da borracha, o garimpo, a abertura de matas para compor a obra da Transamazônica e o artesanato. Os rostos dos trabalhadores aparecem, assim como dos trabalhadores urbanos, com semblantes marcados pelo esforço. Apesar do cansaço e das dificuldades que são rapidamente citadas, o encorajamento tido através da superação do atraso e da mobilização da força de trabalho nacional é colocado em primeiro plano dentro das reportagens sobre o assunto, construindo algo semelhante à concepção de que os indivíduos compartilham o mesmo destino e o mesmo futuro na "comunidade imaginada" proposta por Benedict Anderson (2008, p. 32).

Dessa forma, a narrativa construída pela revista articulava os esforços em um tempo presente com a promessa de melhorias em um tempo futuro, assim como demonstrado na "Edição Especial - Brasil Futuro (1975-1979)". Em suas páginas recorreu-se, em grande parte, aos ideais de um futuro ainda não existente, permitindo pensar em um chamado futuro presente, ou seja, o futuro que ainda não ocorreu, mas que repercute e aparece no tempo presente, sendo moldado pelas condições e horizontes dos que o produz. Conforme disposto em seu editorial:

> O Brasil e suas perspectivas nos próximos cinco anos desfilam inteirinhos nas centenas de páginas que se seguem. Como será o Brasil nesse quinquênio? Quais as suas possibilidades? Até que ponto os fatores externos poderão alterar os rumos brasileiros?
> Embora a futurologia seja hoje uma ciência tão falível como qualquer outra e sujeita à influência de muitos imprevistos, o II Plano Nacional de Desenvolvimento buscou balizar o caminho do país dentro de bases realistas. Pois, apesar de tudo, a ciência econômica ainda pode oferecer elementos para previsões seguras. Mesmo sem subestimar os riscos da crise internacional - que a todos atinge porque é dotada de vasos comunicantes - o Brasil parece consciente das suas potencialidades para superar essa crise a médio prazo: não lhe faltam espaço, clima, mão-de-obra, estabilidade e riquezas.
> O Brasil Futuro, que está sendo construído hoje, tem todos os motivos para crer e confiar. Como se verá a seguir. (Murilo Melo Filho, 1974)

O texto, assinado pelo diretor da *Manchete*, Murilo Melo Filho, que chegou a trabalhar com Carlos Lacerda em seu jornal "Tribuna da Imprensa", abriu a edição especial com duas perguntas ao leitor: "Como será o Brasil nesse quinquênio? Quais as suas possibilidades?". Desde as primeiras linhas, a revista convidou quem lê à, senão projetar, ao menos pensar sobre como haveria de ser o futuro próximo.

Nessa perspectiva, a partir do conhecimento e da consciência da "história em si" que se abre a possibilidade de pensá-la através de suas categorias. Reinhart Koselleck (2006, p. 308) apresenta o "espaço de experiência" e o "horizonte de expectativa" como duas categorias

históricas adequadas para a compreensão do tempo histórico pois, além de entrelaçarem passado e futuro, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político. O tempo histórico seria ditado, de forma sempre diferente, pela tensão entre expectativas e experiências (Koselleck, 2006, p. 313). Tanto esta quanto aquela não existiria historicamente sem a outra categoria, sendo interdependentes e indissociáveis.

O "espaço de experiência", aqui identificado somente por "experiência", pertence ao passado que, chamado pelo autor de passado atual, se concretiza no presente através de múltiplas formas, como as memórias, os vestígios e as permanências. Seria, por fim, os acontecimentos que podem ser lembrados; a recordação (Koselleck, 2006, p. 308). Já a "expectativa" perpassa pela dimensão do futuro, sendo antecipado a partir dos medos, desejos, certezas e esperanças humanas. Para Koselleck,

> horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada (Koselleck, 2006, p. 311).

A "expectativa" corresponde àquilo que, em determinado presente, é tencionado para um futuro, seja a partir de elaborações mais racionais – como a "ciência da futurologia" proposta no editorial da revista *Manchete* –, ou de maneiras inconscientes do próprio comportamento humano que, de todo modo, influenciam diretamente nesta tentativa de criar prognósticos e de descobrir o futuro, conforme observado por Reinhart Koselleck (2006).

Assim como a instância da experiência, a expectativa também se realiza no presente, seja enquanto "agora", seja como um presente passado, que já ocorreu. Mas a presença do passado é diferente da presença do futuro, não somente por se tratar de instâncias distintas, mas por, paradoxalmente, ambas possuírem um elemento em comum: são respostas do tempo em que são formuladas, são construções de determinados presentes. A exemplo disso, a noção de progresso, que é frequentemente associada à expectativa, não é inerente ao pensamento das sociedades, mas uma construção da modernidade que moldou uma concepção moderna de tempo, pois até meados do século XVII, as projeções de futuro se orientavam para o pós-morte, fruto do poder simbólico e social da Igreja Católica no Ocidente, muito embora Koselleck tenha constatado que o conceito de progresso também está atrelado à instância da experiência (Koselleck , 2006, p. 311).

Na edição especial de 1974, ao se questionar como será o Brasil nos próximos anos,

lançou-se no coletivo o questionamento de futuro de uma nação, uma espécie de convite para pensar um horizonte de expectativas a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em que se propôs balizar "o caminho do país dentro de bases realistas". Dessa forma, a *Manchete* fomentou em seus leitores, mais especificamente, o que seria do Brasil entre os anos de 1975 e 1979. Linhas à frente, a resposta apareceu como tentativa de tranquilizar: o Brasil seria bem desenvolvido por ter "espaço, clima, mão-de-obra, estabilidade e riquezas".

A forma de convocar leitores para lidar com o futuro dialoga com o proposto por François Hartog (2013, p. 140-141). O historiador francês definiu como regime de historicidade moderno uma perspectiva de compreensão do tempo marcada ora pelo futurismo, ora pelo presentismo. Para Hartog,

> O século XX aliou, finalmente, futurismo e presentismo. Se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista do que presentista, terminou mais presentista do que futurista. Foi futurista com paixão, com cegueira, até o pior, hoje todos sabem. Futurismo deve ser entendido como a dominação do ponto de vista do futuro. Este é o sentido imperativo da ordem do tempo: uma ordem que continua acelerando ou se apresentando como tal. A história é feita então em nome do futuro e deve ser escrita do mesmo modo.

Nesse sentido, um regime de historicidade é tido como a expressão de uma ordem dominante do tempo. Essa ordem dominante não é instaurada de um dia para outro, mas de uma maneira lenta e que perdura por muito tempo, tendo em si interferências e interconexões com outros regimes de historicidade perceptíveis (Hartog, 2013, p. 139). Um regime de historicidade não acaba para outro iniciar logo em seguida, mas, aos poucos, possibilita espaços para que outros apareçam e estabeleçam interseções. O regime de historicidade moderno, como visto, é caracterizado pelo futurismo/presentismo, ambos presentes nas páginas das edições da revista *Manchete*, sobretudo em suas edições especiais.

Embora a ideia de *historia magistra vitae*, isto é, a concepção da história como mestra da vida e fornecedora de exemplos do passado, tenha sido deslocada no regime de historicidade moderno, ela não foi inteiramente superada. Nesse contexto, a função da história deixou o caminho único de "ensinar pelo passado" e passou a projetar, catalisado pelo sentimento do futurismo, um destino coletivo com um horizonte de expectativas (Hartog, 2013, p. 175).

O futurismo diz respeito a esse ponto de vista que se faz do futuro, enquanto ainda presente: não é o futuro, mas a tentativa de prevê-lo, emoldurá-lo e estampá-lo em frases, fotografias grandes e coloridas. Uma temporalidade marcada pelo apego com o que ainda não existiu e, neste caso, que caminha em conjunto com um discurso de progresso e

potencialidade nacional.

Mas o futurismo proposto por Hartog não necessariamente tem características nacionalistas e progressistas. Ele se refere, antes, a um regime de historicidade que tem a tendência de transformar o futuro em futuro anterior e de, enquanto presente, olhar para si como já histórico, já passível de ser narrado. Ao defender que, "embora a futurologia seja hoje uma ciência tão falível como qualquer outra", a *Manchete* faz uma bifurcação em sua concepção de tempo pois, mesmo afirmando que não há confiabilidade na futurologia, ela não deixa de projetar o futuro do Brasil ao apostar no II PND como superação da crise internacional que também atinge o país "porque é dotada de vasos comunicantes" (*Manchete*, Edição Especial, 1974, p. 7*)*.

Numa espécie de "visão do futuro", uma cena que envolveu o então presidente general Ernesto Geisel, foi descrita na edição especial:

> Quando, a 15 de março próximo, o presidente Ernesto Geisel entregar a faixa ao seu sucessor, que será o 5° governo da revolução, estará entregando um país embalado na trilha de um desenvolvimento seguro. [...] O futuro governo concluirá a execução deste II Plano Nacional de Desenvolvimento e já terá de cuidar da elaboração do III PND para execução durante o quinquênio 1979-1984. (*Manchete*, 1974, p. 56)

Ao ponderar sobre uma entrevista concedida pelo presidente francês François Mitterrand, em 1994, sobre como seria após o fim de seu mandato, Hartog possibilita identificar algo similar ao demonstrado pela edição especial da *Manchete*. Para o autor, dentro do regime de historicidade moderno no século XX, a "economia midiática do presente não cessa de produzir e de utilizar o acontecimento" (Hartog, 2013, p. 149-150), mesmo quando o acontecimento não o é, não aconteceu. Afinal, o modo de produção capitalista, marcado pela aceleração e pela busca por inovação, tornou-se intrínseco ao mercado da imprensa.

Ao produzir um futuro que ainda não existia, supondo que Geisel entregaria um país em pleno desenvolvimento a seu sucessor que, por sua vez, finalizaria o II PND e faria a elaboração do III PND, a revista *Manchete* buscou demonstrar segurança para ser a primeira na informação, procurando anunciar, novamente, o "irrepetível". Nessa perspectiva, não haveria, por fim, nada melhor do que anunciar como ocorrido o que ainda não teve lugar (Hartog, 2013, p. 150), na lógica do regime de historicidade moderno.

Em outro editorial da revista *Manchete*, na "Edição Especial - Progresso do Brasil", lançada em 1969, o diretor Murilo Melo Filho escreveu:

> [...] Ambas as edições se inserem no contexto de uma mesma e indeclinável filosofia de nossa empresa: a de que vale a pena acreditar no Brasil, como Nação, como Gente, como Povo, independente de credos, raças, ideologias e cores políticas. Ao longo destas centenas de páginas que se seguem – prestigiadas pelo que existe de melhor no comércio, na publicidade, na empresa e na indústria brasileiras, aí está o país de alto a baixo: um painel de potencialidade brasileira retratada na futura Hidrelétrica de Foz do Iguaçu (foto), um corte vertical em sua ossatura, uma lição de fé no Brasil de hoje e uma imbatível mensagem de esperança, de otimismo e de confiança no Brasil de amanhã. (Murilo Melo Filho, 1969, p. 5).

Aqui, é possível perceber um discurso que procurou mobilizar um presente para a construção de um futuro ou, relacionando ao futurismo proposto por Hartog (2013), um horizonte de futuro que orientaria a ação no presente. A expectativa de um futuro escrevendo o presente. A revista acredita no país independente dos "credos, raças e ideologias" que nele há; homogeneíza o povo ao dizer que independente das diferenças socioculturais, existe algo que os une, isto é, a noção de uma nação, de um país. Na concepção do editor da *Manchete*, essas diferenças estavam todas superadas, pois havia um bem comum: o futuro do Brasil.

A título de exemplo, na mesma edição especial de 1969, observamos um anúncio publicitário da empresa de calçados "São Paulo Alpargatas S.A", com o seguinte texto ao lado de uma criança calçando um tênis grande, em uma evidente mensagem de quem deseja crescer e ocupar o papel de adulto no futuro do país:

> PAPAI, O QUE É BRASIL?
> Crianças.
> Vinte e cinco milhões de crianças fazem perguntas. É a inocência, a sêde de saber.
> E o Brasil responde.
> Com melhores índices econômicos.
> Mais energia, melhores transportes, educação, saúde, tudo. Na resposta à inocente questão, o Brasil encontra apoio da Indústria.
> De indústrias como a São Paulo Alpargatas que calça essas crianças. Que veste essas crianças. Que oferece tôda uma variedade de produtos que continuarão participando da vida dessas criaturas quando já estiverem crescidas. Quando já estiverem participando de um progresso maior. E tiverem seus pensamentos interrompidos pelas doces vozes de outras milhares de crianças:
> "Papai, o que é o Brasil?"
> (Publicidade São Paulo Alpargatas S.A, revista *Manchete*, 1969, p. 25).

Sob o título "Papai, o que é Brasil?", o anúncio serve também, ou até mais, como propaganda de um desenvolvimento nacional, para além da venda de um produto. A figura de

uma criança, que aparece em fotografia na publicidade, funciona como uma representação do futuro da nação, enquanto o desenvolvimento econômico, representado por elementos ao longo do texto, aparece como intrínseco a esse futuro "promissor".

Em outra edição especial publicada em 1971 e intitulada "Brasil 71", a "São Paulo Alpargatas S.A", anunciou seu produto "Conga" com uma mensagem de confiança:

> Você nunca provou Vatapá. Não sabe de cor um samba de Noel. Nunca viu um profeta do Aleijadinho. Ainda não usou um produto da Alpargatas.
> Afinal em que país você vive?
> Desculpe. Mas não é brasileiro quem está por fora da realidade brasileira.
> Dessa maravilhosa mistura de passado e futuro.
> Desse país que cresce sem perder a sua brasilidade.
> Que se industrializa. Com a mais avançada tecnologia.
> Exemplo disso é a São Paulo Alpargatas.
> Com suas 8 fábricas.
> Seus 8 mil empregados.
> Seus produtos de qualidade internacional, que calçam e vestem brasileiros desde o norte até o sul.
> Suas ações de alto índice de liquidez. Seus 10.000 acionistas. Suas exportações. Sua fé neste país.
> Confesse, amigo: você também acha genial ser brasileiro. Então, bote Conga no pé e saia por aí.
> Batendo numa caixa de fósforos e cantando as nossas glórias (*Manchete*, Edição Especial, 1971, p. 30).

A partir de elementos culturais associados à identidade nacional, o anúncio propôs ao leitor um sentimento de pertencimento à nação, numa espécie de memória coletiva (Halbwachs, 2004). [41] A memória nacionalmente compartilhada tinha uma visão otimista da nação, do seu passado e do seu futuro sendo constantemente fundidos para fazer crescer a brasilidade. Na mensagem, ser brasileiro significaria reconhecer a "excelência" do espaço de experiência do Brasil, criando um horizonte de expectativas com destaque para a industrialização, a tecnologia e o crescimento empresarial. Portanto, significaria manter a tradição e a modernização em um mesmo sentimento para a construção de um bem comum: o desenvolvimento do país.

Ademais, o movimento percebido nas páginas da revista é de tensionar o coletivo em um indivíduo que, cedo ou tarde, conduz a um, como observado por Hartog (2013, p. 173),

[41] Para Maurice Halbwachs, a memória coletiva se trataria de uma coletânea de assuntos e vivências que marcam determinado grupo, sendo a origem principal para a memória individual, aquela que se teria por si só no 'eu'. A memória coletiva pode ser explicada através dos lugares de memória e dos pontos coletivos dos espaços habitados. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004;

"trabalho de si sobre si", ou seja, a um esforço de autoformação em que a própria sociedade procura moldar seus comportamentos, valores e expectativas de acordo com o futuro que lhes é prometido, a fim de corresponder à imagem da nação idealizada.

Como observado por Ana Cristina Teodoro da Silva, ao analisar imagens em capas e seções de revistas brasileiras,

> Os governos militares usaram a grande mídia para a promoção do Brasil, pátria que deveria ser amada e que tinha o destino traçado de vir a ser grande potência. Represas, rodovias e a Transamazônica eram notícias nas páginas das revistas e nas emissoras de televisão, imagens acompanhadas de músicas e cores patrióticas. (Silva, 2011, p. 122)

Nesse sentido, o movimento proposto pela *Manchete* induz a responsabilidade do povo pelo sucesso ou fracasso do projeto nacional esperançado. Ao depender de uma experiência temporal compartilhada, a própria noção de nação está introjetada na imaginação histórica da revista em função de sua posição política e de manutenção do poder, direta ou indiretamente.

2.3. O "Brasil Potência" nas páginas da *Manchete*

> É nas situações difíceis que você precisa ser otimista.
> Otimista a gente precisa ser todo dia.
> Ou melhor: em cada momento acreditar que é possível resolver problemas, esclarecer dúvidas e sempre dar mais um passo em frente.
> Do contrário, a vida fica sem graça, parada.
> É por isso que o Banco Mercantil do Brasil é um banco otimista. [...]
> Otimismo não se acha na rua.
> Otimismo se conquista nas vitórias do dia a dia.
> Procure uma das agências do Banco Mercantil do Brasil e veja como é bom encarar a vida com otimismo.
> Banco Mercantil do Brasil S.A.
> Um banco otimista (*Manchete*, Edição Especial, 1978, p. 29).

Em publicidade do Banco Mercantil do Brasil S.A, publicada na "Edição Especial - Minas 1979", em 1978, a instituição financeira apresentava o otimismo como um sentimento necessário no cotidiano do leitor, uma postura para "todo dia". O anúncio se concentrou, sobretudo, na defesa de uma visão esperançosa do presente, em que as dificuldades poderiam ser relativizadas, ultrapassadas, em nome de expectativas, sempre positivas, sobre um futuro em comum.

A sustentação de um projeto editorial caro, com centenas de páginas coloridas e de grande circulação nacional, a revista *Manchete* manteve sua circulação através de publicidades de grandes empresas. Como constatado, empresas interessadas em associar suas marcas a ideias de crescimento econômico, modernização e desenvolvimento encontravam na revista um espaço para dialogar com um público que comprava esse tipo de discurso pela revista. Isto é, não era a *Manchete* quem determinava o conteúdo dos anúncios ou, vice versa, os anunciantes que reproduziam de forma consciente a linha editorial. De maneira conjunta, editores e anunciantes coexistiam em contexto de confiança, progresso, superação e expectativa positiva em relação ao futuro nacional, baseando-se em um otimismo fortemente fomentado pelos governos militares.

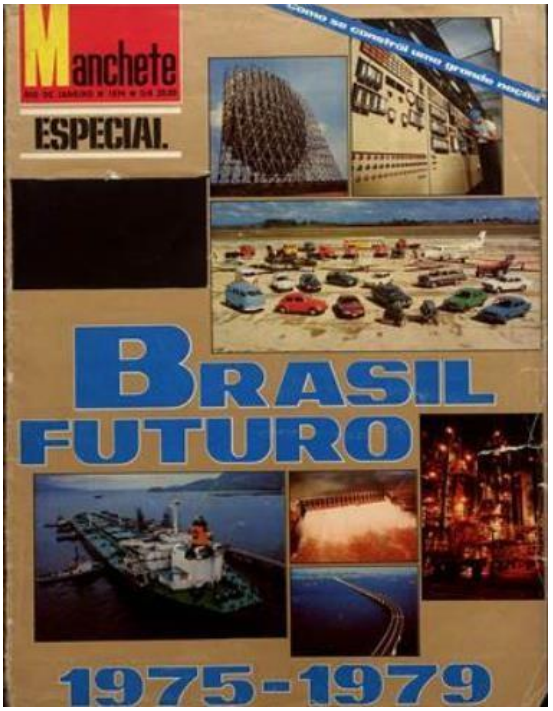
Portanto, a ditadura militar brasileira soube se utilizar da herança otimista do país lançada desde a criação do IHGB, seja através da reafirmação da natureza brasileira, seja através da imagem criada sobre o povo brasileiro. O otimismo, especialmente nos anos 1970, foi atualizado pelo discurso de um "Brasil potência", um país que se desenvolvia tanto pela produção do aço, do petróleo, da eletricidade e da construção de estradas, quanto pela grandeza da Amazônia, da beleza do Planalto Central e da singularidade do Sertão nordestino.

A capa da "Edição Especial - Brasil Futuro (1975-1979)" foi composta por algumas fotografias que caracterizaram um período de euforia criado pela propaganda dos governos militares, como grandes obras de infraestrutura, plataformas de petróleo, usinas hidrelétricas, fábricas e uma frota de veículos novos, o que sugeriu modernização, crescimento econômico e soberania nacional. A tonalidade azul do título da edição, escrito em letras maiúsculas, combinou com uma faixa na lateral direita com a frase: "Como se constrói uma grande nação". O fundo dourado da capa demonstrou uma sofisticação diferenciada da edição especial, com 337 páginas que, se comparada com as edições semanais regulares, teve quase o dobro do tamanho.

Na mesma edição especial, uma matéria de 12 páginas tratou da construção de usinas hidrelétricas, como as projetadas nos rios Paraná e Tocantins, respectivamente, a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, na divisa do estado do Paraná com o Paraguai, e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará, que se tornaram provas pujantes do alinhamento da revista com o projeto de desenvolvimento da ditadura militar. Como parágrafo inicial da matéria, a *Manchete* informou aos leitores que o Brasil se aproveitou de sua natureza exuberante. Favorecido pela natureza, que fez correr em seus territórios caudalosos cursos d'água, o Brasil estava se servindo, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, da construção de grandes usinas hidrelétricas, que aos poucos demonstravam em suas turbinas o imenso

potencial hidráulico do país. (*Manchete*, 1974, p. 117).

Figura 6 - Capa da Edição Especial Brasil Futuro 1975-1979 (1974)



Fonte: Revista *Manchete*, Edição Especial *Brasil Futuro 1975-1979*, 1974, capa.

Logo adiante, a revista apresentou uma justificativa deste aproveitamento da natureza em território nacional, admitindo a agressão aos meios naturais para poder desenvolver o Brasil, com a construção da Usina Hidrelétrica de São Simão, no rio Paranaíba, na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás. Para a *Manchete*, o desaparecimento do famoso Canal de São Simão sob as águas do Paranaíba era medida razoável para a geração de "2.500.000 Kw" (*Manchete*, 1974, p. 130). Os números referentes à capacidade energética das diversas usinas em construção foram reiteradas ao longo da edição especial, de maneira que o progresso pudesse ser vislumbrado não somente por meio das imagens, mas através de textos e dados técnicos referentes às obras.

O chamado "milagre econômico", período de acelerado crescimento da economia brasileira que se consolidou nos anos finais da década de 1960, a partir de 1968, até a metade da década de 1970, teria sido uma das principais justificativas do regime autoritário instaurado no Brasil e, neste caso, do intenso aproveitamento dos recursos naturais do país. No entanto, para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

> O argumento de que teria havido um "milagre" econômico durante a ditadura militar e bastante conhecido. E também muito manipulado, com a motivação de justificar o autoritarismo. As realizações econômicas no período da ditadura são apresentadas por seus defensores como um grande serviço prestado ao país. Em certos discursos, é como se fossem uma compensação pelo regime autoritário que os brasileiros tiveram de suportar. Nas versões elogiosas aparecem apenas os dados brutos de crescimento, sem levar em consideração os aspectos sociais do processo e tampouco os desequilíbrios econômicos gerados pela expansão rápida" (Motta, 2021, p. 222).

Expressões como "grande", "potencial", "gigantesco" foram comumente utilizados nas edições especiais da revista *Manchete* para se referir às obras dos governos militares. A estratégia da revista não foi exclusiva durante a ditadura militar, mas compunha um mecanismo do projeto editorial de valorizar, através do exagerado uso de adjetivos e superlativos. Para Ana Cristina Teodoro da Silva:

> Nas capas a imagem é utilizada para chamar a atenção, e os títulos dizem o que há nas reportagens internas. Dentro da revista as imagens e os textos são grandiloquentes, sendo que se entende a fotografia como registro fidedigno do real. [...] Os títulos são marcados pelo exagero e pela presença de nomes próprios que situam o tempo e o espaço; são marcados também pelo forjar do universal através da frase sem sujeito; pela presença de palavras associadas ao novo e ao colorido." (Silva, 2003, p. 75-76).

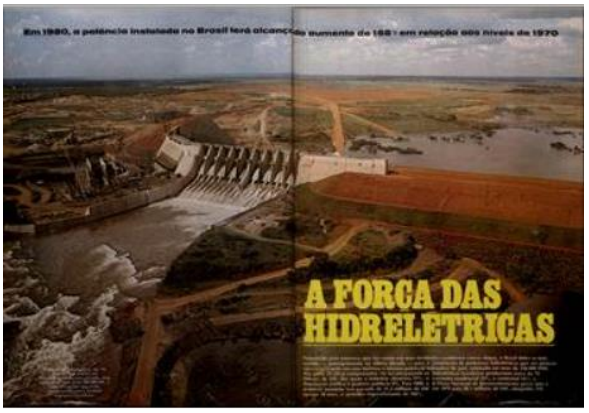
Junto às palavras, as fotografias exprimiam uma grandiosidade das construções, a iniciar pelo tamanho das imagens que cobriam quase todas as páginas, como de costume do padrão de fotojornalismo adotado pela revista *Manchete*. Apesar deste comprometimento da imprensa com a modernização do país não ter sido exclusivo dos anos de 1960 e 1970 (Silva, 2011, p. 50), foi naquelas décadas que um tempo futuro marcado pelo progresso ganhou maior densidade ao se articular diretamente com o discurso desenvolvimentista promovido pelos governos militares.

Dessa forma, Carlos Fico considerou que:

> Foi através da imprensa e da própria voz onipalrante de ideólogos e presidentes-generais que as leituras sobre "valores" brasileiros se espessaram. Assim, é visível o toque épico das imagens apresentadas pela imprensa (sobretudo a imprensa bajulatória, como a *Manchete* – mas não exclusivamente) à época da posse de presidentes, sintetizando o que seria "o Brasil" que tal ou qual general iria encontrar. (Fico, 1997, p. 36).

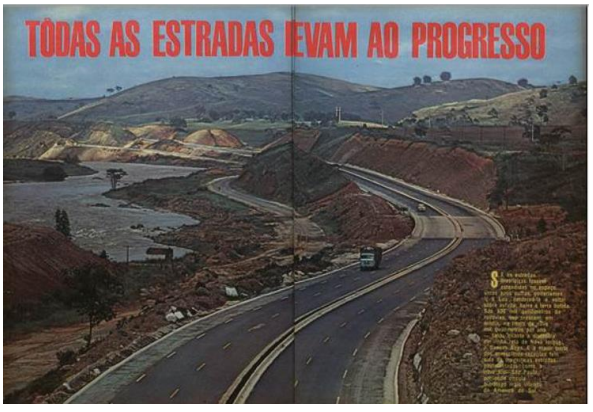
Enquanto os projetos megalomaníacos eram, senão construídos, idealizados pelos governos militares, a revista *Manchete* dava cobertura ostentando as projeções e realizações sob forte cunho patriótico e o nacionalista. Foi o que aconteceu acerca da fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, decretada pelo presidente Ernesto Geisel em 12 de julho de 1974, pela Lei Complementar n° 20, e implantada a partir de 1° de março de 1975, sem consulta pública. Na edição da *Manchete* que tratou do assunto, a fusão dos dois estados foi compreendida "pelo potencial de transformação e de progresso" que geraria, como "mais um fator para que o intenso processo de mudança e modernização do Brasil" sem que fossem "atingidas as suas características básicas e a sua inconfundível fisionomia nacional." (*Manchete*, Edição Especial, 1974, p. 13).

Figura 7 - Reportagem "A força das hidrelétricas" na Edição Especial Brasil Futuro 1975-1979 (1974)



Fonte: Revista *Manchete*, Edição Especial *Brasil Futuro 1975-1979*, 1974, p. 117-118.

Figura 8 - Reportagem "Todas as estradas levam ao progresso" na edição Especial Progresso do Brasil (1969)



Fonte: Revista *Manchete*, Edição Especial Progresso do Brasil, 1969, p. 28-29.

Figura 9 - Reportagem “Aqui começa a idade do aço”, na Edição Especial Brasil 71, n° 1.000 (1971).



Fonte: Revista *Manchete*, Edição Especial Brasil 71, 1971, p. 78-79.

A Amazônia também foi um dos temas recorrentemente noticiados pela *Manchete*, principalmente a partir da construção da rodovia Transamazônica, anunciada durante o governo de Emílio Garrastazu Médici em 1970. Fazendo parte do Programa de Integração Nacional (PIN) que, de acordo com a revista, “iria ao mesmo tempo socorrer o Nordeste e conquistar a Amazônia”, a abertura da rodovia se daria num total de 4,223 quilômetros, cortando os estados da Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. (*Manchete*, Edição Especial, 1973, p. 30).

A grande empreitada, anunciada dez dias depois de uma viagem do presidente Médici ao Nordeste, foi justificada como resposta principal ao problema da seca na região. Como anunciada pela *Manchete*, a Transamazônica serviria não somente como via de transporte, mas como meio de ocupação e desenvolvimento. A ideia central do governo federal era deslocar nordestinos atingidos pela fome e pela seca para ocuparem áreas não povoadas no Norte. De um lado, o esvaziamento de uma região com problemas sociais causados pela seca; de outro, o povoamento de uma área vasta e com grandes possibilidades de desenvolvimento econômico. (*Manchete*, Edição Especial, 1973, p. 30).

Denominada de “Futuro celeiro do mundo” (*Manchete*, 1973, p. 16), parafraseando o geógrafo e naturalista Alexander von Humboldt quando se referiu à bacia amazônica no século XIX, a Amazônia era entendida como um espaço estratégico na política desenvolvimentista da ditadura militar e a construção da rodovia Transamazônica era vista como “uma obra síntese dos pressupostos do regime, uma vez que congrega em si as três principais tarefas das quais os militares se prontificaram desde o golpe de 1964, que são: a integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional” (Menezes, 2007, p. 6, 64).

Na “Edição Especial - Amazônia” da revista *Manchete*, publicada em fevereiro de

1973, foi composta por 228 páginas com o objetivo de abordar a abertura da Transamazônica, bem como as questões sociais e logísticas que surgiram a partir do início da obra. Para o jornalista Murilo Melo Filho, ao se referir à construção da rodovia como uma "grande vitória", os resultados elementares do empreendimento estariam na ocupação do território, através do povoamento e das agrovilas instaladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e no desenvolvimento econômico de espaços beneficiados com a rodovia, a partir da criação de polos exportadores nos portos fluviais da região.

Alinhada ao discurso desenvolvimentista e nacionalista da ditadura, a edição especial ponderou sobre as expectativas do futuro do Brasil, ainda que de maneira indireta, utilizando das ideias associadas ao lema "integrar para não entregar", promovido durante o governo Médici. O lema expressava a preocupação de que a ocupação e integração da Amazônia ao restante do território nacional seria necessário para evitar pressões de outros países e, então, assegurar a soberania brasileira sobre a região. Sobre o tema, Murilo Melo Filho defendeu que:

> "O país, porém, estava diante de uma seca, com todos os tons de calamidade pública, a exigir decisão urgente e ação rápida. O elenco de opções em 1970 não era tão farto que permitisse muitos adiamentos e protelações. Foi dito, então, que se Cabral tivesse de fazer estudos de viabilidade não conseguiria descobrir o Brasil. E a nação inteira passou a convencer-se de que era preciso integrar urgentemente a Amazônia, para não ter de entregá-la. Esta foi, na verdade, uma controvérsia que não tinha fôlego para se prolongar indefinidamente. Bastou que chegasse Altamira o primeiro *bulldozer*, para cessarem as oposições: o fato já era consumado e qualquer resistência a ele seria simplesmente inócua, inútil e ineficaz. (Melo Filho, Murilo. A grande vitória. *Manchete*, Edição Especial, 1973, p. 30-31.)

Por isso, ao mesmo tempo em que o jornalista procurava justificar a "decisão urgente e ação rápida" do governo Médici para o início das obras, a fim de tranquilizar o leitor diante da logística improvisada e do financiamento feito para a construção da rodovia, a edição especial da *Manchete* tratou a abertura da Transamazônica como uma medida inevitável e necessária. De maneira anacrônica, a referência a Pedro Álvares Cabral no texto aparece para explicar que o *modus operandi* não era novidade na história do país e, por isso, o leitor não precisava se preocupar com as medidas que estavam sendo tomadas para a realização do empreendimento.

A recorrência à linguagem exagerada, romantizada e ufanista da revista *Manchete* fez da chegada da máquina *bulldozer*, utilizada na abertura da estrada, um símbolo de desenvolvimento com o objetivo de encerrar as críticas e oposições à construção da

Transamazônica. Essa característica da linguagem editorial de solucionar os problemas, ora exaltando as obras, ora ocultando informações, como de gastos, acidentes e problemas de logística, é bastante perceptível nas páginas da edição especial da revista.

Chegou-se ao ponto de justificar o problema do desaparecimento de algumas profissões na Amazônia em decorrência do avanço das máquinas na abertura das matas, como o caso de caçadores de onças, pelas consequências "positivas" da "abertura de novas estradas e a implantação de uma infraestrutura industrial", que iria impulsionar na Amazônia a criação de "milhares de novos empregos nos próximos quatro ou cinco anos" (*Manchete*, Edição Especial, 1976, p. 53). Assim, de acordo com a revista, os problemas referentes à obra da Transamazônica eram poucos e, quando existentes, seriam superados pelos impactos da construção no desenvolvimento econômico da região.

Parecido com este modelo de desconsiderar os problemas para evidenciar as possíveis melhorias, o então ministro da Educação, coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, discorreu nas páginas iniciais acerca dos "mitos" encontrados na ocupação da Amazônia, como o avanço de fronteiras para tomada do território brasileiro, as terras improdutivas e a diminuição da produção mundial de oxigênio por conta do desmatamento. Frente a isso, Passarinho escreveu que as "metas", no lugar dos 'mitos', é que fariam a Amazônia ser integrada ao país cada vez mais desenvolvido (*Manchete*, Edição Especial, 1976, p. 10-11).

Nação e futuro, objetos do subtítulo anterior, também se encontram interligados às representações elaboradas pela revista das construções no "milagre econômico". Em "Edição Suplemento", denominada "Edição Financeira" da edição n° 963, lançada em 3 de outubro de 1970, com a fotografia da atriz estadunidense, Candice Bergen, e a manchete "Carlos Lacerda entrevista Roberto Carlos", a revista, que na edição suplementar com a redação dos jornalistas Nilson Lage, Ivan Alves e Fernando Pister Martins, explicou ao leitor que os "incentivos para a integração" das regiões Norte e Nordeste através do sucesso da Transamazônica se daria com os esforços de todo povo brasileiro, não somente do governo Médici, como é possível constatar no trecho a seguir:

> [...] para que isso ocorra, para que se elimine a defasagem entre as diversas regiões nacionais - umas em via de desenvolvimento e outras totalmente marginalizadas -, o govêrno federal teve que mobilizar recursos gigantescos, que advêm, principalmente, dos incentivos fiscais [...]. É o povo quem, através da destinação de quotas de seu impôsto de renda, cria o fundo dos incentivos fiscais e é o govêrno quem, através de cuidadosa programação econômica, os aplica na tarefa de enquadrar o Brasil no contexto de um desenvolvimento uno e harmônico" (*Manchete*, Edição Financeira, 1970, p. 66).

A construção da Transamazônica foi, portanto, apresentada como um empreendimento de interesse da nação e que deveria contar com o apoio de diferentes classes e setores sociais, tamanha as "oportunidades de negócios" que poderia oferecer. Para consolidar a rodovia, seria necessário o entendimento nacional de pagamento de impostos pela população e a administração dos tributos arrecadados na realização das obras. Justificando os investimentos destinados à "grande obra", a revista retratou o povo brasileiro como participante ativo do desenvolvimento do país, nos moldes da noção de uma "comunidade imaginada" proposta por Benedict Anderson (2008, p. 32). Os recursos mobilizados pelo Estado aparecem como investimentos necessários para "enquadrar o Brasil no contexto de um desenvolvimento uno e harmônico" (*Manchete*, Edição Financeira, 1970, p. 66), a partir de uma tentativa de aproximação do leitor com o governo Médici, equiparando a importância do povo com a dos administradores à frente das obras "grandiosas" da ditadura militar e, portanto, do futuro idealizado para o Brasil.

Figura 10 - Anúncio da construção da Escola Adolpho Bloch na rodovia Transamazônica (1973)



Fonte: Revista *Manchete*. Edição Especial Um novo Brasil Amazônia, 1973, p. 29.

Para além das propagandas alinhadas à política de integração nacional da ditadura militar, a revista *Manchete*, por meio da Bloch Editores, participou diretamente da construção

de uma instituição de ensino, denominada Escola Adolpho Bloch, na cidade de Altamira, estado do Pará. O projeto foi desenvolvido em parceria com o INCRA e contaria com estrutura para 320 alunos e oito séries. A escola teria "arborização dos pátios que circundam as salas, auditório para 200 pessoas, biblioteca, laboratório para aulas práticas" (*Manchete,* Edição Especial, 1973, p. 29). A proposta foi de inaugurar o projeto em setembro de 1973, sendo, segundo a própria revista, "os primeiros a construir uma Escola na Transamazônica" pois, também "foram os primeiros a acreditar nela [Transamazônica], desde 1965" (*Manchete*, 1973, p. 29). Assim, novamente, percebe-se a tentativa da empresa de, ao se situar no tempo como pioneira de um projeto educacional, estaria fazendo parte da história.

Dessa forma, a cobertura dada pela *Manchete* à Transamazônica nos permite identificar como a revista compartilhou, por interesses econômicos e políticos, expectativas de progresso do Brasil nos moldes do projeto desenvolvimentista da ditadura militar. Através das páginas da *Manchete*, o desenvolvimento, a integração territorial, o nacionalismo e as expectativas de futuro apareceram de uma maneira quase que uníssona aos preceitos dos governos militares, contribuindo para a difusão de uma leitura otimista sobre o tempo presente da ditadura militar e, junto a isso, sobre um futuro nacional, "esperado pelo Brasil".

Retornando à Reinhart Koselleck (2006, p. 313), o tempo histórico é sempre ditado pela tensão entre expectativas e experiências, sendo categorias interdependentes e indissociáveis. Assim, nos resta compreender como a revista interpretou, produziu representações do passado e construiu sentidos da experiência histórica brasileira. Para isso, foram escolhidos editoriais das edições extraordinárias publicadas durante a ditadura militar brasileira para se compreender o "passado presente" nas páginas da *Manchete*.

CAPÍTULO 3

O PRESENTE PASSADO EM *MANCHETE*

3.1. 1964: o Golpe "passado" como revolução

> "O reformismo agrário é hoje uma idéia irreversível cuja marcha nenhuma força pode deter" (*Manchete*, n° 622, 1964, p. 92).

Na edição nº 622, publicada em 21 de março de 1964, a revista *Manchete* divulgou uma enorme fotografia do então presidente João Goulart, que ocupou duas páginas e demonstrou "incondicional" apoio às reformas de base. Em apenas três edições posteriores, as reformas que pareciam irreversíveis foram silenciadas pelo tom comemorativo dado pela revista ao golpe militar de 1964, que depôs Jango.

Em comemoração ao feito dos militares, duas edições emblemáticas foram lançadas: a "Edição Extra", n° 625, com a manchete "As fotos da revolução", que acompanhava a edição regular de títulos variados, dentre os quais, o que deu cobertura à insubordinação de marujos e fuzileiros navais no governo João Goulart; e a "Edição Histórica" (Figura 12), sem número, publicada em abril de 1964, com manchetes variadas na capa, sendo, duas delas, relevantes para o que se pretende aqui compreender: "Um milhão de cariocas na marcha da liberdade" e "Mourão Filho, a história secreta da revolução". Tanto a edição extra como a edição histórica utilizaram fotografias de Carlos Lacerda, um dos líderes civis do golpe militar e, assim, os leitores passaram a ter disponíveis conteúdos alinhados a um tom de festejo ao evento.

Dessa maneira, em diversas páginas coloridas, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que na edição foi rebatizada de "Marcha da Liberdade", apareceu retratando um ambiente ufanista construído por textos que promoviam o espírito único e nacional. Fotografias em cores vibrantes, retratos de forte apelo emocional, entrevistas e reportagens que traziam a vida pessoal de ex-presidentes, como Eurico Gaspar Dutra, e governadores das forças civis que apoiaram o golpe, como Carlos Lacerda, do estado da Guanabara, e Magalhães Pinto, do estado de Minas Gerais, constituíram as páginas exaltadas em favor do que a *Manchete*, convencionalmente, denominou de "revolução".

Figura 11 – Edição Extra, 1964



Fonte: Revista *Manchete*, Edição Extra, 1964. Biblioteca Nacional Digital.

Figura 12 - Edição Histórica, abril de 1964.



Fonte: Revista *Manchete*, Edição Histórica: abril de 1964. Biblioteca Nacional Digital.

Com 48 páginas, a Edição Histórica divulgou um arsenal de fotografias ao longo de, pelo menos, 41 páginas ocupadas por grandes fotografias acompanhadas de pequenas legendas ou breves textos jornalísticos. Para isso, sua produção editorial contou com uma equipe de 31 colaboradores, constituída por repórteres, jornalistas e fotógrafos para, enfim, apostar no tom visual e imagético que o modelo de fotojornalismo da revista *Manchete* almejava.

Como visto no capítulo antecedente, diferentemente das edições históricas, as edições extras não eram exclusivamente temáticas, o que explica a presença de algumas seções fixas da *Manchete* na Edição Extra que deu cobertura ao golpe militar, enquanto a Edição Histórica se

circunscreveu apenas às causas e consequências do ocorrido em 31 de março de 1964. Além disso, como demonstrado, foi possível observar uma tentativa de memorialização acerca dos eventos retratados nas edições históricas, o que remete à noção de um presente "já histórico, como já passado" (Hartog, 2013, p. 150). Para além das intervenções no tempo presente que projetaram um futuro desejado, *Manchete* se utilizou daquele tempo para torná-lo, enquanto presente, um "futuro passado". Nesse sentido, no instante de ocorrência do golpe militar, a revista não necessariamente recorreu a um passado, mas o elaborou à medida que o golpe acontecia.

Esse "imediatismo do acontecimento" (Nora, 1988), inserido no contexto do monopólio das narrativas dos meios de comunicação, tem relações estreitas com a chamada "história imediata". Portanto, é a "imediatação da comunicação que impõe o desenvolvimento da história imediata, sinais de bruma de uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima" (Lacouture, 1990, p. 238), o que ajuda a compreender a busca recorrente de *Manchete* por, para além de interpretar os acontecimentos de seu tempo presente, atribuir-lhes um sentido histórico. Por isso, as análises foram focalizadas na "Edição Histórica" publicada em abril de 1964 que, como a própria denominação sugere, conferiu a um acontecimento do seu tempo presente um sentido histórico.

A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que consistiu em diversas manifestações organizadas entre março e junho de 1964 por setores militares e conservadores, foi um dos temas de destaque da "Edição Histórica", "noticiada com grande entusiasmo pela revista" (Nascimento, 2015, p. 88). A marcha ocorrida na cidade do Rio de Janeiro no dia 2 de abril de 1964, posteriormente conhecida como "A marcha da Vitória", abriu a série de fotos e reportagens produzida pela revista *Manchete*, que não economizou nos elogios e nas frases superlativas para caracterizar o movimento conservador e anticomunista, como é possível observar:

> DEUS FAMÍLIA E LIBERDADE
> A "Marcha da Família com Deus pela liberdade" transformou-se, no Rio, numa verdadeira homenagem às forças armadas, ao ser anunciada a presença do General Olímpio Mourão Filho, de destacada atuação nos recentes acontecimentos. [...]. A incalculável multidão concentrou-se ao lado da Candelária, com imagens, terços, bandeiras e cartazes anticomunistas. E dali deslocou-se para a Esplanada do Castelo, onde renovou a impressionante demonstração de fé católica e de confiança no Brasil. O mais impressionante espetáculo cívico até hoje registrado no Brasil foi totalmente organizado pela Campanha da Mulher Pela Democracia. Nem o tempo chuvoso impediu que os cariocas dessem o testemunho público de seu amor às liberdades públicas e de seu espírito sinceramente cristão. (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 4).

Como demonstrado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000), o anticomunismo no Brasil não surgiu em 1964, mas se formou ao longo de décadas a partir da coexistência de elementos católicos, nacionalistas e militares evidenciados em momentos de crises políticas. Apesar disso, o auge do ideário anticomunista ocorreu na reação conservadora de 1964, provocado ora por motivações internas, com o surgimento de movimentos sociais como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP) e as Ligas Camponesas; ora externas, como o decurso da Revolução Cubana que movimentou as disputas na América Latina entre os blocos liderados pela União Soviética e Estados Unidos (Motta, 2000, 286-289). Juntas, também colaboraram para consolidar a noção do comunismo como uma ameaça interna no Brasil em 1964, orientada por valores morais e religiosos tão presentes no imaginário de partes da sociedade brasileira do período.

A "incalculável multidão" descrita pela revista, também caracterizada em uma das manchetes de capa como "Um milhão de cariocas na marcha da liberdade", diz respeito às cerca de 800 mil pessoas (Cordeiro, 2021, p. 3), que participaram da manifestação. Apesar disso, a *Manchete* não especificou quais parcelas da população participaram do ato, definindo, de maneira geral, como o "povo carioca" e dando a compreender aos leitores que se tratava de um movimento consolidado na sociedade brasileira, diferentemente do que abordou o jornal *Última Hora*, conforme observado por Nascimento (2015, p. 91).

A reportagem sobre a marcha na cidade do Rio de Janeiro-RJ foi uma das duas únicas da edição histórica que continha fotografias coloridas destacando-se em relação à outras páginas em preto e branco. Porém, não foram somente as cores que deram destaque à "Marcha da Vitória", mas especialmente os adjetivos escolhidos para descrevê-la, como frases hiperbólicas que conectavam o movimento ao sentimento cristão e patriótico, como é possível identificar no emprego de expressões como "testemunho público [...] de seu espírito sinceramente cristão" e "impressionante espetáculo cívico". Assim, a revista *Manchete* não se utilizou de um grande conjunto de informações técnicas para informar os leitores sobre o acontecimento, mas recorreu ao apelo ideológico orientado por valores morais e religiosos internalizados na população.

O mesmo tom elogioso e modelo de informações reduzidas pôde ser visualizados nas páginas que se seguiram, principalmente acerca da adesão civil e popular à deposição de João Goulart e a tomada de poder pelos militares. Na reportagem "São Paulo na hora da vitória", a revista *Manchete* apresentou diversas fotografias da população paulista em comemoração ao que se considerou a "vitória da revolução" entre o dia 31 de março e 1 de abril de 1964. As fotografias mostraram multidões predominantemente masculinizadas, em "pontos centrais da

cidade", como a Avenida São João, tomadas por "chuvas de confete, serpentina e papel picado" (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 35), ao mesmo tempo em que as legendas e textos confirmavam o sentimento de vitória e comemoração. As pessoas compondo as multidões fotografadas apareceram, em sua maioria, com semblantes de euforia e de alívio, empunhando bandeiras do Brasil, do estado de São Paulo e da Faculdade Mackenzie (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 33-34).

A comemoração reportada foi uma resposta ao que foi descrito na reportagem seguinte: "O front da Guanabara". Apostando em um fotojornalismo dramático, a reportagem descreveu o clima das quase 48 horas de cerco vivido pelo governador Carlos Lacerda e seus apoiadores no Palácio Guanabara, especialmente através de dois pontos importantes: o apoio da população civil e a atuação das Forças Armadas. No caso do apoio popular, a participação da população foi apresentada como totalmente voluntária, sem o pedido dos militares que, ao perceberem a manifestação popular, teriam assegurado o desfecho final do golpe em prol da população civil comovida com a figura de Carlos Lacerda e seus apoiadores (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 35). No entanto, a historiografia que trata o golpe como civil-militar (Dreifuss, 1981; Napolitano, 2014) tece destaques à articulação prévia de setores empresariais, políticos, civis e militares.

Em legenda à fotografia de uma mulher empunhando uma metralhadora, a revista *Manchete* escreveu que "Dezenas de senhoras, que provavelmente jamais lidaram com armas de fogo, empunharam metralhadoras para garantir a defesa do Palácio Guanabara" (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 40), o que demonstrou um apoio espontâneo no movimento por parte das mulheres. Páginas antes, *Manchete* afirmou que a "marcha" teria sido "totalmente organizada pela Campanha da Mulher Pela Democracia", a CAMDE, que para a historiadora Janaína Martins Cordeiro (2009), se tratou de uma campanha que integrava uma rede de grupos de direita organizados muito antes de março de 1964.

As imagens da população em meio aos tanques do Exército resumiram a dubiedade da reportagem: ora a população, certa do que defendia, como o anticomunismo e os valores cristãos, ora o Exército, que chegara quase como uma figura heroica para concluir aquilo que a população sozinha não foi capaz, tornaram-se personagens de um "futuro passado" representado na "Edição Histórica" da *Manchete*. Em meio a isso, tentou-se tranquilizar os leitores sobre a segurança do "movimento" dirigido pelos militares, considerada a chegada das tropas e dos tanques, para defender o Palácio da Guanabara, "a maior emoção de Lacerda". Dessa forma, a reportagem demonstrou, nitidamente, o alinhamento das forças militares, do governador Carlos Lacerda e da revista *Manchete*, como é possível identificar:

> O governo da Guanabara não fez qualquer apelo no sentido de recrutar voluntários, mas, mesmo assim, centenas de pessoas compareceram armadas ao Palácio Guanabara, espontaneamente, dispostas a defender a sede do Executivo carioca. Repetidas vêzes correram boatos de que tropas de fuzileiros estavam na iminência de atacar, fazendo o Guanabara viver momentos angustiantes. O sistema de segurança do palácio foi coordenado pelo General Salvador Mandim, sob a supervisão direta do Governador Carlos Lacerda. Durante a vigília, houve racionamento de água e de mantimentos. (*Manchete*, Edição Histórica,1964, p. 38).

Ao fim, as duas últimas páginas da reportagem trouxeram fotografias relevantes para se compreender a posição da revista *Manchete* frente ao golpe militar de 1964, com pessoas comemorando e sorridentes após a notícia de que as "últimas resistências" do governo federal e de João Goulart, que "desiludido de encontrar apoio, deixara o Rio". Uma das fotografias mostrou o governador Carlos Lacerda rodeado de "correlegionários" que o parabenizavam pela vitória do "movimento conservador e cristão", em uma reportagem finalizada com um teor triunfal (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 39-43).

É interessante observar que, ao longo da reportagem, a revista *Manchete* defendeu que não houve dúvidas de que o "movimento" somente teve êxito graças à intervenção militar, pois o apoio popular não ocupou condição central na ocorrência e a vitória foi "alcançada graças a coesão" das Forças Armadas. Além disso, contraditoriamente, o golpe que destituiu o presidente da República foi considerado um "ato democrático", por considerar que em todo seu percurso os militares e a "democracia" receberam "vivas" da sociedade brasileira. (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 43).

Junto a isso, a nomeação do evento como "revolução" deu vigor à narrativa abordada pela revista *Manchete*, que se utilizou do termo desde a capa da Edição Extra até as páginas da Edição Histórica. Em abril de 1964, no tempo presente do golpe militar, o que havia ocorrido ainda não estava cristalizado, porém, as disputas em torno da denominação do evento estava em curso, considerando que em história, "quando ainda se desenrolam os enfrentamentos nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória" (Reis Filho; Ridenti; Motta, 2004, p. 10 apud Pereira, 2009, p. 246). Para o historiador Reinhart Koselleck (2006, p. 68-69), o conceito moderno de revolução passou a propor um "novo horizonte de expectativa", já que deixou de conduzir às questões históricas anteriores, de um tempo passado, e passou a se relacionar com expectativas de um tempo futuro. A revolução serviria, enfim, como uma promessa de um novo

começo, anunciado no tempo presente, a exemplo, através de periódicos de grande circulação como a revista *Manchete*. Nessa "batalha de memória", a utilização do termo "revolução", ainda que em um tempo presente, não foi neutra, mas buscou legitimar a deposição de um presidente pela noção de um "novo horizonte" que poderia chegar.

Por fim, para compreender a deposição de João Goulart como democrática, sugeriu-se que a imagem do presidente teria que ser desmantelada e posta como "antidemocrática". Assim, a revista deixou justificado, ainda que nas entrelinhas, que o "movimento militar" originou a partir de uma "rebelião" que "Jango não quis ouvir", conforme apontado em entrevistas do General Olímpio Mourão Filho e do General Peri Constant Beviláqua. Para o general Olímpio Mourão Filho, responsável por ter precipitado o golpe militar a partir de Minas Gerais, a "revolução" era planejada desde setembro de 1962, contando com a articulação de alguns governadores. Ao ser questionado "por que se iniciou a revolução", o militar respondeu:

> Porque notei, nos quartéis, infiltração comunista. É verdade que o número de sargentos comunistas é reduzido, mas êles sempre fizeram tudo para contagiar a tropa. O Sargento Borges, agora prêso, estava preparado para eliminar-me, em São Paulo. Tinha um plano coordenado com a rebelião de Brasília, mas falhou. Em Santa Maria, descobri uma conspiração no III Exército: quarenta sargentos faziam pregação sistemática, liderados pelo hoje Deputado Garcia Filho (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 25).

Ao ser questionado se o ex-presidente era comunista, Mourão Filho esclareceu:

> Não acho que ele seja comunista. Mas creio que é uma espécie de Fausto. Vendeu sua alma ao diabo, sem receber Margarida em compensação. O ex-presidente cercou-se sempre da pior gente. Tentei aconselhá-lo, quando a situação se apresentava mais grave. [...] (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 25).

Não muito diferente, o general Peri Constant Beviláqua, ao tratar dos "líderes sindicais de tendência comunista", os viam como militantes que ganhavam prestígio por causa do Ministério do Trabalho. Para Beviláqua, o ex-presidente João Goulart não o teria ouvido quando foi alertado sobre "os perigos do favorecimento de comunistas no meio sindical", ainda em 1962, conforme trecho a seguir:

> Naquela ocasião, falei-lhe sobre a hipertrofia do "poder sindical" e sobre os graves perigos que nós, chefes militares de maior senso de responsabilidade, víamos nisso. Afirmei-lhe que o II Exército estava integrado na disciplina

> consciente, do soldado ao general, todos prontos a cumprir e a fazer cumprir a lei. Não lhe escondi que víamos com apreensão a atuação de órgãos extralegais, , PUA, CGT Fórum Sindical de Debates, etc. Fiz-lhe ver que considerávamos que a segurança do governo e da democracia devia e deve basear-se, precipuamente, nas forças armadas, isto é, na lealdade e na honra militar dessas forças. Disse-lhe, ainda, que não me parecia possível a coexistência pacífica do poder militar com o "poder sindical". Os recentes acontecimentos vieram confirmar o meu acerto (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 26).

Como se vê através da revista *Manchete*, ora a partir dos quartéis, ora a partir dos poderes sindicais, os generais entrevistados utilizaram o anticomunismo como regra sumária para justificar o golpe militar. Não necessariamente descreveram o ex-presidente João Goulart como um militante comunista, e sim como um político permissivo e irresponsável, que não seria mais capaz de garantir a democracia brasileira, pois para os militares "a segurança do governo e da democracia" devia basear-se, "precipuamente, nas Forças Armadas, isto é, na lealdade e na honra militar dessas forças" (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 26).

Assim, a destituição do presidente não foi retratada como uma violência cometida pelas Forças Armadas, mas como uma consequência inevitável das escolhas do próprio João Goulart. Para a revista *Manchete*, a deposição não foi apenas necessária como foi moralmente justificada, sendo tida como uma resposta ao não-rompimento de Jango com os setores da esquerda, conforme o general Peri Beviláqua, ao explicar que se João Goulart o tivesse ouvido, provavelmente se manteria no poder. (*Manchete*, Edição Histórica, 1964, p. 26).

Dessa forma, foi possível identificar uma imagem situacionista da revista *Manchete* a partir da rápida mudança de apoio para o então presidente João Goulart para edições mais tarde, Carlos Lacerda, figura importante no golpe militar de 1964. Esse apoio se apresentou em diversas estratégias utilizadas pelo periódico, entre elas o modelo de fotojornalismo dramático, a linguagem hiperbólica acerca dos eventos relacionado ao golpe e a utilização de termos específicos, como "revolução", que, em conjunto, demonstraram alguns dos sentidos de temporalidades da revista Manchete, isto é, um tempo presente já retratado como histórico e, ao mesmo tempo, voltado à um futuro esperado. Como se verá a seguir, não foi somente no contexto do golpe militar brasileiro em que a revista *Manchete* se relacionou com sentidos de temporalidades de modo a justificar o seu tempo presente: através da comemoração dos 150 anos de independência do Brasil, o periódico não mais recorreu ao "futuro passado", mas, enfim, a um "passado distante" brasileiro.

3.2. O "passado distante" em *Manchete* no sesquicentenário da independência

Em "A memória coletiva" (2004), o sociólogo francês, Maurice Halbwachs, se dedicou aos papeis da memória, em especial, por uma perspectiva social. Para o autor, as memórias existem sempre a partir da lembrança dos "outros", como um grupo, e a memória individual é, em síntese, o ponto de vista sobre memórias coletivas. Não haveria, assim, memórias individuais no sentido isolado e irrestrito, pois a memória se faz em um presente que está em constante construção e existência, portanto, sob percepções de coletividade que moldam identidades individuais. O conceito de "memória coletiva" tão logo seria tido como a coletânea de assuntos e vivências que marcam determinado grupo[42], sendo formada através das diversas memórias individuais, enquanto essas são formadas pela memória coletiva também, como num processo de "autoalimentação". A lembrança seria, assim, uma reconstrução do passado sob uma lente do presente.

Nessa direção, o historiador Pierre Nora (2012) tratou dos lugares de memória. Entendido, não necessariamente como espaço físico, o conceito de lugares utilizado pelo autor permitiu compreender as maneiras de preservação de memórias coletivas, como os monumentos, os museus e os arquivos. Além disso, foi incluída na categoria as celebrações de aniversários, os nomes de ruas e avenidas, os feriados que interrompem rotinas de trabalhos, as reportagens de jornais impressos ou televisivos avisando da ocorrência de uma catástrofe há uma semana em algum país não tão distante, a prestação de "um minuto de silêncio" em memória de vítimas antes do início de um evento esportivo e as frases rememorando trajetórias de pessoas conhecidas, como "se ele estivesse vivo, hoje faria 90 anos". Por fim, ainda na perspectiva de Nora (2012), a construção e preservação das efemérides, datas que se tornam comemorativas por relembrar determinados eventos históricos, tornaram-se na cultura contemporânea práticas culturais de memorização coletiva, evidenciando que "é o presente que cria seus instrumentos de comemoração". [43]

Para o historiador Rodrigo Bonaldo, as efemérides são consideradas:

> [...] datas que obrigam a lembrar o passado toda vez que deparamos com seus

[42] Grupo este que também teria como coletivo os lugares de memória e pontos coletivos dos espaços habitados. Essa ideia se liga com o conceito de mundanidade proposto por Paul Ricoeur. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

[43] NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. *In*: NORA, Pierre (dir.). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1992-1997. v. 3, p. 4696, *apud* BONALDO, Rodrigo Bragio. Um fardo do presente? O jornalista entre a história e a memória. *In*: MAGALHÃES, Marcelo *et al*. (orgs.). Ensino de história: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 283-284.

> múltiplos de cinco - 100 da origem das espécies de Darwin, 55 anos da Segunda Guerra Mundial, 20 anos da queda do Muro de Berlim… -, elas dispõem ocasiões comemorativas. Ao proporcionar oportunidades de lembrar coletivamente, fazem, na verdade, mais do que isso: atualizam o passado. (Bonaldo, 2014, p. 272).

Na ditadura militar brasileira, a efeméride que foi lembrada com o objetivo de fortalecer o patriotismo em pleno governo Médici foi a do ano de 1972, muito envolta pela dita "tradição da memória". A palavra "sesquicentenário" ganhou popularidade ao representar a comemoração dos 150 anos da independência do Brasil, em 7 de setembro. Incentivadas e financiadas pelo governo do general, as comemorações se deram muito antes do mês de setembro, estendendo-se em um ano repleto de festividades com grande participação popular.

Logo em abril daquele ano, o governo federal em parceria com a ditadura estadonovista portuguesa trouxe para o Brasil os restos mortais de Dom Pedro I a bordo de um navio vindo de Portugal. Após chegar na cidade do Rio de Janeiro-RJ em 22 de abril, o "Dia do Descobrimento", o caixão foi levado para todas as demais capitais brasileiras a fim de ser exposto para visitação pública. O percurso foi finalizado em 7 de setembro, quando ocorreu o sepultamento dos restos mortais na Cripta Imperial, na cidade de São Paulo-SP. Percebe-se, logo, um esforço do governo militar em dar unidade às comemorações do sesquicentenário, organizadas sob uma atmosfera de forte simbolismo, que envolveu diversos segmentos da sociedade brasileira ao longo do ano de 1972.

Para se ter ideia, não foram apenas figuras políticas e militares que acompanharam e participaram das comemorações. Escolas, empresas, diversos setores da sociedade civil e a imprensa também fizeram parte do rol de festejos acerca dos 150 anos de independência através de homenagens, eventos, publicidades e publicações sobre o assunto. O governo Médici chegou a elaborar um logotipo para as comemorações daquele ano, o qual estampou moedas, selos postais, propagandas, anúncios publicitários e capas de revistas semanais, incluindo a revista *Manchete* que, a exemplo, utilizou o logotipo para estampar a edição complementar da edição n° 1042, tendo como título "1822-1972 - Uma bandeira do Brasil em cada porto do mundo".

A edição, publicada em 29 de abril de 1972, trouxe na capa a fotografia do caixão que continha os restos mortais de Dom Pedro I sendo embarcado no porto de Lisboa, sob o título "D. Pedro I - a volta do libertador". As duas próximas edições mantiveram o evento como tema central de suas capas, respectivamente, reiterando a efeméride a partir das manchetes "O Brasil recebe D. Pedro" e "Brasil - Portugal, a união no Ipiranga".

Figura 13 - Logotipo do Sesquicentenário da independência do Brasil em publicidade da empresa TAP (1972)



Fonte: Revista *Manchete*. Edição da Independência, 1972, p. 57.

No contexto de comemorações, a Bloch Editores publicou três livros ilustrados sobre a história do Brasil, divididos em fascículos semanais vendidos nas bancas de jornais. A cada 16 fascículos, completava-se um volume e, então, o leitor poderia comprar uma "capa luxuosa" para encadernar os fascículos e constituir livros. Esta coleção chegou a render elogios de parlamentares para a Bloch Editores, como o proferido pelo senador Eurico Rezende, da ARENA-ES, que chegou a parabenizar a editora por "ofertar ao país um dos instrumentos mais úteis, valiosos e cativantes da celebração do sesquicentenário", conforme demonstrado no volume 8 da coleção "S - O Senado na história do Brasil" organizada por Ricardo Westin, Paula Pimenta e Moacyr Oliveira Franco, publicada pelo Senado Federal por ocasião da efeméride dos 200 anos da independência do Brasil, em 2023. Para o senador:

> Não se exalta nessa obra apenas o seu aspecto de didatismo literário, de valor gráfico ou de beleza ilustrativa. O que se deve acentuar também na iniciativa de Adolpho Bloch é o conteúdo cívico da publicação. A empresa Bloch Editores aquiesceu à cruzada empreendida pelo governo federal no sentido de reforçar, de tornar mais vivo, mais palpitante e mais refulgente o civismo, de modo a irrigar um grande sistema de vasos comunicantes por toda a alma nacional (Westin, 2023, p. 122).

O senador Guido Fernando Mondin, da ARENA-RS, também elogiou a Bloch Editores, enaltecendo o formato vendido por fascículos e tecendo críticas a outros tipos de impressos que estavam tomando conta das bancas de jornais e prestando um "desserviço" à cultura brasileira. O alinhamento do político aos projetos editoriais da família Bloch ficou

evidente, como é possível constatar no trecho a seguir:

> Detesto as histórias em quadrinhos, embora hoje estejam sendo consagradas. Acho que elas desserviram à instrução, à cultura brasileira, não obstante até o próprio Ministério da Educação esteja a louvá-las. Muito diferentes são essas publicações em fascículos. O seu texto é da melhor qualidade, muito cuidado e mesmo aprofundado, e se faz a simbiose da parte literária com a parte artística. Quero dizer que se está fazendo realmente cultura ao alcance de todos, mas não aquela cultura superficial. Tenho comigo variadas coleções formadas assim, com fascículos semanais. Entusiasmado, já estou hoje a começar uma nova coleção (Westin, 2023, p. 122-123).

Percebe-se, novamente, que as publicações da Bloch Editores não foram reconhecidas somente por leitores da sociedade civil, mas também por figuras políticas ligadas ao partido de sustentação da ditadura militar brasileira, que perceberam os esforços de divulgação e fortalecimento das comemorações da independência por parte da editora.

Neste ínterim de comemorações, a revista *Manchete* publicou a edição histórica [44] intitulada "Edição da Independência - 150 anos de Progresso" (1972), custando Cr$10,00 e contendo 338 páginas. A capa da edição trazia a imagem do Congresso Nacional, sendo contornada pela cor dourada, o que demonstrava a sofisticação do impresso. No editorial, que intitulou a edição como "Edição da Independência", o jornalista Zevi Ghivelder destacou o sentimento de confiança depositado no futuro do país. Para o jornalista, embora a independência completasse apenas 150 anos, o passado de um século e meio poderia ser percebido como distante ao se considerar as transformações do Brasil. O tempo passado, embora antigo, dava constantes demonstrações de que um futuro marcado pelo progresso estaria por vir. Nas primeiras páginas da edição histórica, a *Manchete* demonstrou que não utilizaria uma efeméride somente em função da memória a ser revisitada, mas como leitura de expectativas do futuro nacional, em uma evidente demonstração de que o conhecimento da história tinha função em um cronótopo de progresso. Ainda, para Ghivelder:

> Ao longo dos seus cento e cinquenta anos de emancipação política, o Brasil tem sido um constante desafio para o seu povo e um motivo de espanto para o mundo. Logo na primeira metade do século que vivemos, já se sabia que esta seria a terra do futuro. Na década de 60, quando o homem se alçou à conquista do espaço, nós já havíamos construído uma capital para as próximas gerações. Agora, continuamos descobrindo novas riquezas e rompemos florestas. Nesta Edição da Independência, procuramos mostrar a 90 milhões de brasileiros que

[44] Conforme discutido no Capítulo 2, a referida edição é tratada nesta dissertação como "Edição Histórica" por assim ter sido, posteriormente, denominada pela própria *Manchete*.

> o nosso recente passado parece remoto, e que o distante futuro está cada vez mais próximo (Ghivelder, 1972, p. 5).

Ao defender que os 150 anos de independência haviam conduzido o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento, a revista *Manchete* se utilizou do passado para justificar o tempo presente da publicação. Essa postura em relação ao tempo é percebida ao longo da edição através de uma série de reportagens que trataram do passado e das potencialidades futuras dos estados brasileiros e suas capitais, com destaque para as condições econômicas e sociais. Brasília, enquanto capital federal, representou o elo entre o passado e o futuro do Brasil, ao ser inserida em um contexto histórico de interiorização da administração desde tempos do reinado português de D. José I, quando o secretário de Estado, Marquês de Pombal, cogitara a mudança da capital da colônia, Salvador, para o interior (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 8).

Das abordagens de capitais e estados, Recife e Pernambuco foram tratados em sequência com a reportagem intitulada "Pernambuco - a jornada heroica para a prosperidade", que informou os leitores sobre o desenvolvimento do estado a partir da chegada do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, no ano de 1637, considerado a referência que consolidou o domínio holandês em parte da região nordestina. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) permeou a reportagem e ocupou, enquanto autarquia, um lugar estratégico na manutenção do desenvolvimento econômico de Pernambuco, pois teria estimulado as indústrias que foram "surgindo em toda parte" e alterado "a feição econômica da região (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 30-32).

Entre fotografias do estado daquele tempo presente e pinturas do século XVII, o texto jornalístico apresentou o passado pernambucano a partir de uma perspectiva econômica. Nos primeiros parágrafos, a exploração do pau-brasil foi apresentada como o momento em que a região passou a despertar "a cobiça dos europeus" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 34), com destaques ao embate entre os portugueses e os franceses sobre o domínio da região. Apesar das breves descrições da história, o texto da revista prezou pela prosperidade econômica, compondo as páginas com grandes fotografias de indústrias pernambucanas e lugares centrais das cidades de Recife e Olinda. Por sua vez, aspectos sociais e culturais ocuparam um espaço reduzido na matéria jornalística.

Nas páginas finais da reportagem, que totalizou 13 páginas, a revista *Manchete* organizou a abordagem histórica em três recortes temporais: 1822, 1922 e 1972. As datas carregavam o peso da construção de efemérides para fortalecer o "espírito patriótico" dos

brasileiros. Cada um deles serviu para situar o estado de Pernambuco em um momento específico da história do Brasil, respectivamente, o contexto da independência, o centenário da emancipação e, por fim, os 150 anos da independência, comemorados em plena ditadura militar. O primeiro recorte trouxe a afirmação de que "Pernambuco conquistou tacitamente sua independência antes do Ipiranga, fundada no sentimento nativista de seu povo", isto é, a população pernambucana possuía um "espírito de nacionalismo e nativismo" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 31-40) antes mesmo da Proclamação da Independência, tamanha a experiência atribuída às invasões holandesas e à posterior expulsão dos invasores.

Ao tratar do centenário da independência, em 1922, a reportagem deslocou-se para os primeiros sinais de modernização, com destaque para a expansão das atividades urbanas, como a ampliação de ruas em Recife e dos meios de transporte, tal qual os trens que ligavam partes do estado. Apesar "do declínio na importância econômica de Pernambuco para o resto do país" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 42), em decorrência, segundo a edição, da expansão cafeeira no Sul, o estado passava por um intenso processo de modernização, com melhores salários para o setor da lavoura e significativa produção de açúcar e algodão.

Por fim, na efeméride dos 150 anos da independência, em 1972, o elo entre o passado e o futuro em um tempo presente da ditadura militar atingiu o seu ápice ao apresentar um estado integrado ao projeto nacional de desenvolvimento que, "entre a tradição e o progresso", a disputa "terminou com a vitória do último". A demolição da Igreja dos Martírios, que deu lugar à avenida principal de Recife, resumiu a interpretação da revista *Manchete.* O aumento populacional, a infraestrutura turística e a industrialização do estado foram sobrepostas ao fato de que "a produção manufatureira de Pernambuco em 1970 foi 15 vezes menor que a de São Paulo", pois os "pernambucanos estão atentos a isso e se dispõem a vencer a distância que ainda os separa do pleno desenvolvimento" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 42).

Para o historiador e filósofo Jörn Rüsen, o sentido de uma história é medido a partir do seu "êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo" (Rüsen, 2001, p. 125). Nessa perspectiva, apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo, alguns momentos históricos serão "reutilizados" visando à manutenção nos tempos presentes das sociedades de um sentimento de continuidade e, portanto, de segurança.

Assim, o espírito de nacionalismo percebido em Pernambuco do século XIX serviu, também, como justificativa para o desenvolvimento do tempo presente de 1972, quase como uma estrutura "causa-consequência", expressada em frases como "se os pernambucanos foram resilientes e de espírito nacionalista no passado, assim são agora". O tempo presente da ditadura militar, sob o governo Médici, apareceu mais como o resultado de um percurso iniciado na

independência e que foi direcionado para um progresso em conjunto, ligado à economia e ao desenvolvimento industrial pernambucano. A efeméride de 1822 não serviu estritamente para uma "recomposição" do passado, mas como garantia de que o tempo presente era melhor, mais moderno e mais desenvolvido. Novamente, é o presente que cria seus instrumentos de comemoração e projeta o Brasil para o "futuro promissor".

A estrutura das abordagens em torno dos anos de 1822, 1922 e 1972 repetiu-se ao longo da edição nas reportagens dedicadas aos estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Guanabara, Sergipe, Ceará, Paraíba, Amazônia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo, Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Paraná. Outras características em comum foram observadas nas reportagens, então distribuídas em diferentes partes da edição.

A começar pelos títulos chamativos, que, como visto, fazia parte de uma estratégia recorrente da revista *Manchete*: "Alagoas, um horizonte de otimismo" (1972, p. 102), "Sergipe, a nova era da riqueza" (1972, p. 134), "Ceará, o trabalho e a coragem na terra do sol" (1972, p. 144), "Paraíba, um exemplo de esforço e perseverança" (1972, p. 153), "Espírito Santo, a arrancada para o futuro" (1972, p. 238), "São Paulo, a fonte da riqueza" (1972, p. 260), "Mato Grosso, um colosso no oeste" (1972, p. 322), "Paraná, o ritmo soberbo do crescimento" (1972, p. 328). Percebe-se a recorrência de expressões associadas ao progresso, ao trabalho e ao futuro, o que permite compreender que, segundo a *Manchete*, apesar das particularidades regionais, todos os estados integravam um mesmo projeto de desenvolvimento nacional, apresentado como realidade e horizonte comum durante o governo Médici.

A interpretação construída pela *Manchete* reiterou-se na forma como cada estado da federação foi relacionado ao processo de independência. Embora os acontecimentos de 1822 fossem distintos em cada dos entes federados, a revista procurou demonstrar que todos haviam desempenhado papel histórico na formação da história da nação. Dois exemplos foram os estados do Espírito Santo e do Ceará, em que se afirmou, respectivamente, que os capixabas "receberam com entusiasmo a independência" e que "cinco anos antes do Grito do Ipiranga, os cearenses já sonhavam com a independência política da Terra Brasileira" (1972, p. 150)

Assim, de maneira conjunta, as reportagens demonstraram que a independência teria sido um processo vivenciado pelas diferentes províncias brasileiras, cada qual com sua forma de participação e, ao fim, todas contribuintes de uma história nacional que convergiam para um encontro comum: a independência do país.

Ao tratar do ano de 1922, a revista *Manchete* mudou o enfoque textual, antes estruturado para inserir os estados da federação do século XX no processo de independência do

século XIX. A efeméride do centenário de independência foi envolta pelo tema da modernização do Brasil. As reportagens utilizaram dados econômicos, urbanos e administrativos para demonstrar as transformações ocorridas desde 1822, tentando demonstrar ao leitor uma modernização uniforme, apesar das particularidades de cada estado e região.

Além disso, ao se referir à capital paulista, a revista observou que com a chegada do progresso na cidade de São Paulo - SP, o passado foi apagado e vislumbra-se apenas o futuro. Para a *Manchete*, a capital de "São Paulo é somente presente e futuro. Poucos vestígios de seu passado podem ser vistos na cidade. O ontem não resistiu ao progresso." (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 262). Nota-se, a partir desse excerto, que a revista entendia o passado como a representação do atrasado e do frágil e, por isso, devia dar lugar ao que se desejava para livrar o país do passado colonial. O que se desejava no tempo presente, então ano de 1972, era um tempo futuro marcado pela prosperidade.

Quanto ao ano de 1972, o ponto comum entre todas as reportagens analisadas é que a revista evidenciou os números de crescimento, modernização, industrialização, infraestrutura e produção com o objetivo de representar o Brasil em pleno desenvolvimento. Isso fica mais evidente ao se observar que as fotografias de usinas, indústrias e cidades em 1972 ocupavam muito mais espaço do que as imagens de 1822 e 1922, chegando a cobrir páginas inteiras da edição.

A partir dessa análise de reportagens da "Edição da Independência", percebe-se que a *Manchete* fez usos do passado a fim de sustentar os argumentos políticos do seu tempo presente. Primeiramente, o Brasil de 1822 foi descrito como um país unido por um bem comum, neste caso, a independência. Segundamente, a intenção não foi focalizar as resistências e conflitos, mas comemorar os sucessos de um passado "rememorado". Pouco foi tratado sobre a escravidão, o país agrário, as relações conflituosas entre metrópole e colônia. Além disso, o período anterior à 1822 foi citado apenas quando alguma região teve uma experiência de confronto com a metrópole, entendida como ação que colaborou com a independência, essa sim, comemorada pela revista.

Esses argumentos adotados pela *Manchete*, que se configuram como parte do *modus operandi* da edição histórica, coincidem com o defendido por Carlos Fico (1997). Para o historiador:

> Muitos dos elementos que posteriormente, durante a ditadura militar pós-64, seriam utilizados pela propaganda política foram estabelecidos nessa época [do Estado Novo]: a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho, uma certa ideia de nação -

> baseada nos princípios da coesão e da cooperação. Pode-se dizer, então, que essas são matrizes ideológicas do Estado Novo que seriam retrabalhadas pela ditadura militar.
> [...] Nesse sentido, também se tentou, de todo modo, negar, ocultar, afastar ou recontextualizar aqueles traços que, entendidos como próprios ao povo ou ao país, eram, entretanto, vistos como negativos: a preguiça, a ignorância, a indolência, a sensualidade permissiva, enfim, feições temidas, especialmente pela elite letrada, do "caráter nacional" - e que, portanto, "causavam vergonha" (Fico, 1997, p. 34-36).

Por fim, os usos do passado referente ao centenário da independência serviram, também, para defender o tempo presente da *Manchete* na ditadura militar brasileira. Nas páginas da edição, observa-se que no ano de 1922 o país avançara por não ser mais uma colônia, estando em processo de modernização e deixando, aos poucos, de ser agrário para se tornar um país urbano, capitalista. A realidade descrita foi considerada muito melhor que a de 1822, contudo, muito longe de ser a nação defendida como "desenvolvida" no ano de 1972, quando se encontrava embalada pela então recente conquista, pela seleção brasileira, da Copa do Mundo de Futebol de 1970, e pelo dito "milagre econômico", com suas facilidades de consumo que perduravam durante o regime autoritário.

Além disso, na extensa "Edição da Independência" foi publicada uma reportagem de 16 páginas de autoria do jornalista Josué Montello e do membro do IHGB, Herculano Gomes Mathias, intitulada "Brasil - setembro, 1822". Na apresentação do texto, a revista *Manchete* esclareceu que Montello e Mathias produziram uma "reportagem histórica" com as declarações de D. Pedro nos dias de "surgimento da nação brasileira" sem, contudo, evidenciar algum "documento oficial" que tenha declarado o rompimento entre Brasil e Portugal. Conforme observado:

> Há 150 anos nascia à beira do riacho Ipiranga uma nova nação. Ao brado de "Independência ou Morte", proferido a 7 de setembro, antecederam e seguiram-se pronunciamentos e escritos de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil. Nenhum deles, porém, foi feito com a intenção de ser uma Declaração de Independência, tal como afirmaram muitas outras nações americanas ao se emanciparem politicamente. (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 163).

Na ocasião da efeméride dos 150 anos da independência do Brasil, o jornalista Josué Montello era conhecido por sua atuação na revista *Manchete* e no "Jornal do Brasil", além de ter trabalhado no governo do presidente Juscelino Kubitschek. Por sua vez, Herculano Gomes Mathias, membro do IHGB, atuava como Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação do

Museu Histórico Nacional e, anos mais tarde, veio a se tornar assessor bibliográfico da Bloch Editores. Ao longo da extensa reportagem com ricas ilustrações, procurou-se descrever como ocorreu o processo de separação política entre o Reino do Brasil e o Reino de Portugal e Algarves, tendo como mote central a seguinte indagação: "qual teria sido o documento "oficial" que confirmou a independência do Brasil?

Para isso, os redatores recorreram à diversos documentos de época, como a Carta Régia de 1808, a Carta de Lei de 1815 e as correspondências trocadas entre Dom Pedro I e Dom João VI ao longo de 1821 e 1822. A Revolução Francesa foi tida como um evento que teve relação com a independência brasileira pois, ora foi uma fonte inspiradora dos ideais autonomistas, ora impactou diretamente na vinda da Família Real portuguesa a transferir-se para o Rio de Janeiro com a invasão das tropas napoleônicas em terras lusitanas (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 174).

A chegada da Família Real foi considerada um momento que trouxe, para além do "alvoroço da cidade do Rio de Janeiro", muitas "medidas de ordem administrativa e política que iriam influir aceleradamente no amadurecimento da colônia para a sua autonomia" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 176). Pelo menos, três das medidas que promoveram transformações no Brasil foram citadas na "reportagem histórica". A primeira, foi a revogação do Alvará que proibia a existência de indústrias e manufaturas na colônia portuguesa, o que abriu um caminho de desenvolvimento importante que, para a *Manchete*, foi uma época de "plena Revolução Industrial". A segunda, foi a montagem de oficinas tipográficas que resultaram na criação da Impressão Régia do Rio de Janeiro, por D. João VI, e do Correio Braziliense, por Hipólito José da Costa. Por fim, a terceira medida, foi a "criação de instituições fundamentais, no plano da vida administrativa, da vida cultural, da vida social e da vida política. Surgiram, além da Impressão Régia, a Biblioteca Real, a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, o Museu Nacional" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 176). Como reiterado na "reportagem histórica", foi a partir dessas mudanças que o Brasil passou a viver "a grande experiência autonômica, que levaria naturalmente ao desfecho da emancipação política em 1822".

Entretanto, para além das consequências da transmigração da Família Real, outro fator foi considerado importante para a autonomia do Brasil: a figura heroica de Dom Pedro I. Desde as primeiras páginas da "reportagem histórica", Dom Pedro I foi retratado como aquele que se sacrificou em nome da pátria, que "com seu próprio sangue [...] formalizou sua aliança com os separatistas" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 166). Assim, o texto de Montello e Mathias destacou a permanência de Dom Pedro I no Brasil após a volta de sua família para

Portugal que, citado como o "Dia do Fico", foi entendido como um "ato de bravura pela nação brasileira".

Nota-se que, na "reportagem histórica", utilizou-se de um tom superlativo e hiperbólico tanto para se referir à história, quanto para se referir à imagem de Dom Pedro I. O recorrente uso de expressões elogiosas ao Príncipe Regente deu um tom quase que ficcional ao texto publicado, em uma possível tentativa de aproximar os leitores de uma história épica:

> No dia em que D. João VI retornou a Portugal, o Príncipe D. Pedro prometeu ao povo brasileiro cuidar da felicidade pública até que chegasse à Constituição que se votava em Lisboa. No ano seguinte, porém, ele fazia a independência do Brasil.
> [...] No momento em que D. João VI deixa o Brasil, D. Pedro passa a exercer em plenitude o seu papel de Regente. Na mesma data da partida do pai, dirige-se aos habitantes do Brasil numa proclamação em que já se pode sentir a força e a fibra de sua personalidade (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 177).

Dom Pedro I, como se observou, foi recorrentemente tratado como a figura que definiu o destino da nação durante o processo de independência. Não por necessidade, mas por uma suposta vontade genuína de "cuidar da felicidade pública" brasileira. Martirizado, a revista retratou Dom Pedro como aquele que desobedeceu "as ordens recebidas de Portugal" por ter uma "sensibilidade política" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 178) que o aconselhou a se envolver aos ideais separatistas e se tornar o libertador da pátria. O tom romantizado do texto alternou-se com retratos da Família Real e pinturas históricas, como a famosa tela "Independência ou Morte" (1888), de Pedro Américo. Portanto, a iconografia contribuiu, significativamente, para caracterizar o conteúdo da reportagem como épico e heroico.

Ainda, na tentativa de aproximar a figura de Dom Pedro I dos leitores idealizados da revista *Manchete*, os autores se esforçaram em demonstrar como um homem de hábitos cotidianos e populares, uma figura despojada e não tão distante de um povo que apresentava um perfil "antimonárquico", atuou por caminhos que levaram à independência, considerada como um processo esperado no contexto da história brasileira. Para isso, a "reportagem histórica" tomou como referência a obra "Casa-Grande & Senzala" (1933), do sociólogo Gilberto Freire:

> A propósito, escreve Gilberto Freire: "A presença, no Rio de Janeiro de um

> príncipe com poderes de rei; príncipe aburguesado, porcalhão, os gestos moles, os dedos quase sempre melados de molho de galinha, mas trazendo consigo a coroa; trazendo a rainha, a corte, fidalgos para lhe beijarem a mão gordurosa mas prudente, soldados para desfilarem em dia de festa, diante do seu palácio, ministros estrangeiros, físicos, maestros para lhe tocarem a primeira igreja, palmeiras imperiais à cuja sombra cresceriam as primeiras escolas superiores, a primeira biblioteca, o primeiro banco; a simples presença de um monarca em terra tão republicanizada como o Brasil, com suas rochelas de insubordinação, seus senhores de engenho, seus mineiros e seus paulistas que desobedeciam o rei distante, que desrespeitavam, prendiam e até expulsavam representantes de Sua Majestade (como os senhores de Pernambuco com o Xumbergas); que já tinham tentado se estabelecer em repúblicas; a simples presença de um monarca em terra tão antimonárquica nas suas tendências para autonomias regionais e até feudais, veio modificar a fisionomia da sociedade colonial; alterá-la nos seus traços mais característicos" (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 177).

Por fim, Josué Montello e Herculano Gomes Mathias adotaram as perspectivas do historiador Hélio Viana para responder à questão central da "reportagem histórica". Viana, citado mais de uma vez pelos autores, foi integrante da chamada "ala intelectual" da Ação Integralista Brasileira (AIB), [45] movimento ultranacionalista inspirado no fascismo italiano que alcançou maior projeção no cenário político nacional durante a década de 1930. Para o historiador e os redatores, a resposta de Dom Pedro I ao presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, em 12 de outubro de 1822, no ato de sua aclamação como Imperador do Brasil, teria sido o "documento" que confirmou a independência do Brasil. Ao final do texto, a proclamação de Dom Pedro I, conhecida como "Proclamação aos Paulistanos", escrita em 8 de setembro foi citada na íntegra, como outra opção importante a se considerar como "documento oficial" da independência brasileira. Assim, a longa reportagem da edição "Brasil - setembro, 1822", redigida por Montello e Mathias, defendeu uma história política de valorização da imagem heroica e romantizada de Dom Pedro I, muito mais por ações contadas convencionalmente desde 1822 do que, propriamente, pelo amparo em fontes históricas, o que não se distanciou do proposto pelo governo Médici nas comemorações da efeméride dos 150 anos da independência do Brasil.

A proposta do governo militar em fazer da comemoração do Sesquicentenário um grande festejo nacional tão logo foi utilizada pela imprensa, neste caso, considerada imperativa em um contexto que os meios de comunicação de massa assumiram o monopólio da história (Nora, 1988, p. 181) e jamais independente dos acontecimentos de seu tempo. Ao tratarem da

[45] OZELIN, Laura Duarte. Hélio Vianna em três faces: produzir, orientar e ensinar história no Brasil (1935-1959). 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2023, p. 9.

mitificação de D. Pedro I no Sesquicentenário da independência nas páginas das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, a historiadora Cristina Ferreira e o historiador Evander Ruthieri Saturno da Silva demonstraram, através das tramas imagéticas inerentes aos lugares de memória, os usos do passado pela ditadura militar brasileira. Para os autores:

> A reelaboração positiva em torno da imagem do imperador D. Pedro I evidencia os apelos em constituir lugares depositários de um passado heroico, celebrado por meio de festejos eivados de um caráter espetacular. Estas ações possuem o fito de marcar a lembrança e institucionalizar mitos, a partir das representações imagéticas simbolizadas pela figura do Imperador como ente personalizante de um passado coeso e legítimo, destituído de quaisquer máculas ou equívocos. (Ferreira e Silva, 2014, p. 370).

Especificamente na revista *Manchete*, em sua "Edição da Independência", não foram somente as reportagens, entrevistas e textos jornalísticos que propuseram uma imagem heroica de Dom Pedro I. Os anúncios publicitários também evidenciaram esse mecanismo e colocaram em cena a adesão do empresariado brasileiro, aqui destacado através do mercado editorial, aos eventos do Sesquicentenário na ditadura militar brasileira.

A aderência da classe empresarial às comemorações pode ser observada no anúncio veiculado pela Philips, empresa de "som-luz-imagem". Com a chamada publicitária "Poucos jovens tiveram 'carreira' fulminante como este", tendo abaixo um retrato do jovem Dom Pedro I, a história de vida pessoal do Príncipe Regente foi apresentada com forte apelo à sua morte "aos 36 anos, em plena juventude" e, em contrapartida, amenizada pelo que "viveu intensamente sua curta vida e ficou na história, antes de tudo porque amou [o Brasil]". Em sequência, o anúncio publicitário em homenagem ao "jovem que viveu pouco mas viveu muito" defende que a independência ocorreu devido às ações do "defensor perpétuo do Brasil", o colocando como o herói da pátria. Por fim, o anúncio destaca que a Philips, com seus "mais modernos e avançados equipamentos eletrônicos", em parceria com o governo do estado de São Paulo, homenageará Dom Pedro I, no dia 7 de setembro de 1972, nos jardins do Museu Paulista. (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 127). O anúncio publicado na "Edição da Independência" da revista *Manchete* atribuiu à Dom Pedro I uma posição de herói e, por isso, merecedora de todas as homenagens que ocorriam no Sesquicentenário, além de propor, por parte da Philips, uma imagem empresarial positiva e engajada nos "valores de amor à pátria" alinhados aos governos militares.

Essa mesma lógica é percebida no anúncio da empresa siderúrgica Villares com a

seguinte questão: “O terceiro homem da nossa independência, onde está ele?”. A pergunta é respondida tendo ao lado as ilustrações de Tiradentes e Dom Pedro I. O primeiro homem, inconfidente, é retratado como o que “teve um sonho e a capacidade de sofrer por esse sonho”. O segundo, proclamador da independência. recebeu o atributo de quem “teve a ousadia do gesto, sem temer as consequências”, o “arroubo do Palmares”, em referência ao líder quilombola, Zumbi dos Palmares, “sob a roupagem do Príncipe”, Dom Pedro I, que teria se atirado “ao futuro apoiado na única certeza de sua verdade pulsando num coração tão grande como a nação que se erguia com ele.” (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 100).

Em meio ao sentimento de patriotismo evidenciado no anúncio com as figuras de Tiradentes e Dom Pedro I, a pergunta sobre quem era “o terceiro homem de nossa independência” teve como resposta se tratar de quem estava lendo a mensagem, o leitor trabalhador. A resposta, que apareceu logo depois do destaque ao trabalho e “ousadia” de 90 milhões de brasileiros, buscou aproximar o trabalhador brasileiro, leitor de *Manchete*, à figura de Dom Pedro I, o herói “tão brasileiro como os brasileiros de hoje” (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 100).

Por fim, a aproximação entre leitores e figuras heroicizadas apareceu no anúncio veiculado pelo Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército (GBOEX), instituição de previdência e seguros para famílias de militares e população civil. Com o título “Brasil de Pedro a Pedro”, o texto relaciona o “proclamador da independência” com uma criança que precisa do amparo da seguridade de seus pais. A fotografia da criança, de nome Pedro, em 1972, encena a independência com espada de brinquedo e chapéu similar aos retratados no ato de rompimento de Brasil e Portugal, numa evidente linha de continuidade histórica entre Dom Pedro I e os jovens brasileiros da época. O texto publicitário incentivou que se continuasse “lutando para garantir a independência que suas famílias conquistaram” (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 153), sugerindo que o sentido de independência deveria ser preservado pelas novas gerações.

Essas conexões entre tempo presente e passado, dispostas em anúncios propagandísticos da revista *Manchete*, são significativas para a autoidentificação dos leitores como parte de uma história nacional e de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008, p. 32). A partir desses mecanismos, alavancados pelo mercado publicitário, buscou-se o engajamento da sociedade civil no projeto desenvolvimentista da ditadura militar sob a perspectiva de pertencimento dos brasileiros de 1972 às origens da nação brasileira, como se “a paixão e a luta do Príncipe Regente” pelo Brasil fosse vivenciada pelos brasileiros do tempo presente.

Em outras peças publicitárias foram evidenciados alguns dos ideais defendidos pela ditadura militar brasileira, como a integração, segurança e desenvolvimento nacional calcados na força e mão de obra do trabalho dos brasileiros, estes unidos em sacrifício por um bom futuro coletivo. Como breve exemplo, a partir da frase do presidente Médici, "é tempo de construir" e da associação entre a energia elétrica e a "energia" para trabalhar, respectivamente, a empresa CONSTROL S.A e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica intensificaram a importância do esforço dos brasileiros para, enfim, se construir o futuro da nação (*Manchete*, Edição da Independência, 1972, p. 68).

Figura 14 - Publicidade da empresa CONSTROL S.A (1972)



Fonte: Revista *Manchete*. Edição da Independência, 1972, p. 68-69.

Figura 15 - Publicidade da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (1972)



Fonte: Revista *Manchete*. Edição da Independência, 1972, p. 111.

Aqui, torna-se relevante compreender um sentido de predestinação submetido à nação. Na ditadura militar brasileira, como observado por Carlos Fico, o passado ora foi rememorado com vanglórias, como "um país que nasceu para dar certo desde sua origem", ora foi visualizado como insustentável, pois era preciso também justificar o golpe de 1964. Em nome de um futuro de sucesso, o golpe militar "deveria ser entendido por todos como o marco de um novo patamar temporal, qualificado e legitimado pelas conquistas que ia obtendo" (Fico, 1997, p. 77).

Esta última estratégia foi empregada pelo jornalista Murilo Mello Filho na Edição da Independência, ao comparar o "antes" e o "depois" da ditadura militar a partir de dados econômicos. O jornalista elencou doze tópicos para elucidar o "novo patamar temporal" do Brasil após 1964, a partir de frases iniciadas como "tínhamos, há 8 anos..." e "havíamos, há 8 anos...". A redução da inflação, o baixo crescimento econômico de 1963 comparado aos 11,3% de 1971 e a quase triplicação das exportações foram algumas das informações dadas pelo jornalista para defender o desenvolvimento econômico em 1972, considerado um "autêntico milagre" que iria alcançar maior sucesso com o empenho da população brasileira, tendo em vista que, para Mello Filho, uma pequena parcela da sociedade é quem sustentava todo o restante, fator que atrasava as reais chances de um país bem sucedido.[46]

Por fim, o jornalista apresentou três tendências de interpretação sobre o país que, supostamente, oscilavam nos anos iniciais da década de 1970: a tendência romântica e ufanista, a qual foi entendida como utópica; a cética e pessimista, daqueles indivíduos que tinham certeza da "inviabilidade" do Brasil e, por fim, a tendência dos objetivos e realistas, que não se iludiam com "sonhos fantasiosos e mirabolantes", mas que acreditavam na possibilidade de um sucesso nacional a partir dos números então demonstrados. Ainda que recorrendo ao passado, a revista *Manchete* se adequou à terceira tendência, utilizando-se da esperança no futuro brasileiro como instrumento de legitimação de sua interpretação do passado.

Para isso, não faltaram referências ao evento de ascensão à presidência de um civil, Tancredo Neves, eleito de forma indireta pelo Colégio Eleitoral do Congresso Nacional, em 1985, e considerado a "esperança da Nova República", dando lugar a um "futuro presente" através de uma expectativa de futuro, mas também tempo presente, acerca da democracia brasileira.

[46] "Esses 10% têm de trabalhar, produzir, criar riquezas e pagar impostos para sustentar a massa enorme dos outros 90% que estão ainda e infelizmente apenas consumindo. Este é um terrível erro e um pesado ônus. Dia virá neste País em que só uma coisa será realmente feia: não trabalhar. [...]. Se já estamos operando autêntico milagre com uma diminuta parcela verdadeiramente produtiva, imagine-se então que prodígio esta nação será no dia em que o maior número de seus habitantes estiver empenhado pessoalmente e for participante direto do seu processo de desenvolvimento." (Filho, 1972, p. 27)

3.3. O retorno do "passado recente" e a democracia como "futuro presente"

Como descrito por Pierre Nora sobre o "imediatismo do acontecimento" (1988, p. 181-188), depreende-se que as narrativas jornalísticas se tornaram participantes ativas dos tempos presentes. Sob essa perspectiva, a partir da ampliação do mercado de bens culturais iniciada na década de 1950 e fortalecida na década de 1970, as revistas semanais brasileiras tiveram "uma intensa atividade no sentido de constituir-se como parte dos acontecimentos que marcaram o processo que ficaria conhecido como de redemocratização de nosso sistema político" (Lohn, 2016, p. 63).

Entre a atuação política e a sociedade civil, a grande imprensa brasileira, então consolidada após décadas de funcionamento, serviu como personagem de grande relevância no processo de redemocratização, se situando como "representante da opinião pública" (Lohn, 2014, p. 106) ao passo em que servia também para assegurar as transparências dos próprios governos (Ibidem, p. 103-104). Essa mediação envolveu, no rol de estratégias editoriais da década de 1980, a intensificação do protagonismo de alguns agentes políticos do contexto da abertura política que, como um processo lento, permitiu a fixação ainda maior de determinados meios de comunicação como "representantes da opinião pública".

Nesse contexto, a partir do seu caráter de busca pelo "fato presente", grandes revistas de circulação nacional se integraram de maneira muito próxima às narrativas em defesa da redemocratização, em um processo de interpretação e elaboração sobre a memória do "recente passado" brasileiro, isto é, da ditadura militar, e sua posterior superação através da democratização política.

Como integrante desta "grande imprensa periódica", a revista *Manchete* manteve o seu perfil editorial caracteristicamente situacionista no contexto inicial da abertura política, evidenciado nos governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. A exemplos, a esperança depositada pela revista no PND II, plano governamental lançado em 1974, e as relações estabelecidas entre a Bloch Editores e o governo Figueiredo [47] no processo de

[47] Gésner de Pádua explicitou melhor essa aproximação entre Figueiredo e *Manchete*, bem resumido desta maneira: "Manchete também apoiou a abertura, [...]. e [...] atribuía também ao presidente Figueiredo a dádiva da liberalização. É sobre a sua figura que a revista começa a defender a conciliação. [...]. O presidente João Baptista Figueiredo virou, nos textos de *Manchete*, o João, o amigo de todos, em um enunciado cujo efeito de sentido remete também à ideia de uma grande ligação entre ele e a população, por meio de um sentimento de patriotismo (note-se o uso reiterado da palavra nação nas reportagens). É para e com o povo, metáfora da sociedade como um todo, que o presidente lutava para levar adiante o processo de abertura". PÁDUA, Gesner Duarte. O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982-1985). 2011. 252f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

concessão das novas redes de televisão, cuja escolha da empresa, em 1981, foi objeto de críticas e acusações de favorecimento por setores da imprensa e da oposição, demonstram esse perfil de proximidade, continuado na chamada "Nova República", marcada pela eleição de Tancredo Neves, em janeiro de 1985, por meio de uma eleição indireta no Colégio Eleitoral do Congresso Nacional.

Esta aproximação pode ser percebida no editorial da Edição Especial "O adeus a Tancredo", n° 1724, publicada dias após o falecimento do presidente eleito. O editorial foi assinado pelo jornalista Roberto Muggiati:

> Foram meses intensos, refletidos nas capas de Manchete. De repente, no verão de 1984, o país emergia do longo pesadelo dos 20 anos de autoritarismo com uma nova fome de democracia. Uma verdadeira maré humana tomava conta das ruas para gritar bem alto os seus anseios. E um líder natural surgia - Tancredo Neves, um homem para acabar com todas as crises e restaurar a liberdade no Brasil, dando ao povo a felicidade a que ele sempre teve direito. Vieram a eleição, a viagem ao exterior e, então, quando raiava em Brasília o dia da Nova República, o golpe brusco, sentido com dor profunda por todos os brasileiros. O calvário de Tancredo, sua lenta agonia e a morte carregada de simbolismo - no dia de Tiradentes, o mártir, e da inauguração de Brasília, a almejada capital - não foram acompanhados só com profissionalismo, mas também com muita emoção por toda a equipe de Manchete. Foi um daqueles raros momentos em que o jornalista, por mais que quisesse, não conseguiu se distanciar da notícia. E sofreu, com o resto do país (*Manchete*, Edição Especial, n° 1724, 1985, p. 3).

Para além do destaque conferido à cobertura exaustiva e emocionalmente envolvida com a trajetória do presidente, o editorial da *Manchete* evidenciou dois posicionamentos significativos para a percepção do papel da revista no cenário da imprensa brasileira durante a redemocratização. O primeiro diz respeito à ressignificação retrospectiva do passado autoritário da ditadura militar, nomeado como os "20 anos de autoritarismo".[48] Tal releitura feita pela revista *Manchete* pode, à luz das propostas de Reinhart Koselleck (2006) sobre as categorias históricas "Espaço de Experiência" e "Horizonte de Expectativa", ser compreendida como uma transformação na relação estabelecida, em diferentes presentes, com as experiências do passado e as expectativas em relação ao futuro.

Essas categorias, embora distintas, são articuladas na constituição da experiência histórica do tempo, o que nos permite observar como diferentes presentes atribuem sentidos

[48] Não se trata, portanto, de atribuir às edições publicadas em 1964, no "calor" dos acontecimentos, um conhecimento total sobre o processo que ainda se iniciava, mas de perceber como o acontecimento também foi posteriormente ressignificado a partir das experiências ocorridas ao longo de duas décadas.

específicos ora às experiências acumuladas, ora às expectativas projetadas. No contexto do golpe militar de 1964, o "Espaço de Experiência" interpretado pela *Manchete* perpassava por um contexto político conturbado no qual a deposição do presidente João Goulart ocorrida com a intervenção das Forças Armadas foi tida como um caminho promissor a fim de assegurar um futuro de êxito nacional. Utilizando as noções de Koselleck (2006), portanto, para *Manchete* as "expectativas" do futuro do tempo presente de 1964 se basearam na esperança da então chamada "revolução".

No ano de 1985, contudo, as experiências vividas pela sociedade brasileira eram distintas, caracterizadas pelos fragmentos dos anos de repressão política, do silenciamento através da censura e do fracasso do modelo econômico da ditadura militar. As principais interpretações sobre a transição política brasileira se emolduravam, especialmente, a partir dos valores liberais-democráticos, da ruptura com o autoritarismo e da conciliação entre governo e oposição (Abreu; Latman Weltman, 2006, p. 69).

Diante disso, a revista *Manchete*, como parte deste "dispositivo de narrativa do tempo presente" da ditadura militar, também participou da elaboração de sentidos sobre a transição política junto a outros grandes meios de comunicação da década de 1980. Diante do peso desse passado recente, o conjunto de expectativas projetado nas páginas de *Manchete* passou a ser preenchido pelo desejo da Nova República, da democracia como um "futuro presente" - que não chegou, mas já é atual. Novamente, é a partir do tempo presente que se pode reconfigurar a percepção do passado.

Por fim, o segundo posicionamento percebido no Editorial da Edição Especial diz respeito à um dos elos mais importantes utilizados pela grande mídia para caracterizar este período político: a construção da figura de Tancredo Neves como um herói e mártir da democracia, sinalizado através de uma linguagem dramática e de interpretação messiânica.

Os almoços e jantares oferecidos pela empresa de comunicação às personalidades políticas foram estratégias relevantes para a conquista de credibilidade do grupo editorial no meio político. Em entrevista concedida à jornalista Ana Maria Ramalho que integrou um artigo do "Jornal de Letras", publicação mensal do Instituto Antares de Cultura, o editor e historiador Arnaldo Niskier, que trabalhou durante 37 anos como chefe de reportagem e diretor de jornalismo da revista *Manchete,* revelou que soube de um possível convite para integrar o ministério de Tancredo Neves durante um dos jantares oferecidos por Adolpho Bloch ao círculo político de Brasília:

> O Adolpho Bloch resolveu homenagear o novo ministério [de Tancredo Neves] com um jantar muito bonito (como tudo que fazia), na sede da Manchete em Brasília, dois dias antes do que seria a posse de Tancredo Neves. Foram todos os ministros já convidados pelo Tancredo Neves. [...]. Quando Tancredo chegou à sede da Manchete, o Adolpho Bloch me pediu para receber o presidente. Fui, ele passou a mão no meu ombro (tem foto disso, ele com a mão nos meus ombros) e disse: "Vou precisar muito da sua ajuda mais para adiante." Achei aquela fala meio enigmática. Quando o jantar começou (eu estava com aquilo na cabeça), fui até o filho do Tancredo, Tancredinho, que era meu amigo, já conhecia do governo Chagas Freitas, e disse: "O seu pai me disse isso. O que isso quer dizer?" E ele respondeu: "Quer dizer que ele não pôde fazer de você ministro agora, porque não quer desagradar ao Brizola. Ele consultou todos os governadores para indicar os ministros, então ele não quer desagradar ao Brizola, portanto não ia convidar você ao arrepio do Brizola. Daqui a um ano, ele vai mudar o ministério e vai chamar você para ser ministro da Educação." (Niskier, 2020) [49]

Diante desse ambiente de articulação política, é perceptível a relação próxima não somente de Adolpho Bloch, fundador da *Manchete*, como também dos editores, jornalistas e fotógrafos da revista. Tal aproximação rendeu para a imagem de Tancredo Neves o total de 12 capas de edições da *Manchete*, entre janeiro e maio de 1985, direcionadas para a sua condição de presidente recém-eleito, até pouco tempo depois do seu falecimento. Esse total não contabilizou apenas capas com fotografias de Tancredo Neves, pois a presença de sua esposa, tratada pela revista como dona Risoleta, foi muito significativa nas edições que deram cobertura à hospitalização e à luta pela vida do presidente eleito.

A figura de Tancredo Neves, a partir da sua característica de ensejar a "Nova República" como esperança à sociedade civil, recebia importância comercial da imprensa. Segundo o jornalista e historiador Gésner Duarte Pádua:

> Tancredo era quase uma unanimidade. Assim, engrossar o discurso messiânico do candidato ajudava tanto a contar pontos com ele quanto a agradar o leitor. E quando isso acontece, costuma-se ouvir dois tipos de barulho nas empresas: o das rotativas a todo vapor e o tilintar das caixas registradoras. (Pádua, 2011, p. 164).

Assim sendo, Tancredo Neves foi tema central em 10 edições da *Manchete*, destacando-se nas bancas de jornais pelas imagens ou chamadas que trataram de sua condição de saúde. Os títulos emblemáticos nas capas, sejam principais, como "Tancredo, saúde já"

[49] NISKIER, Arnaldo. Recordações da Manchete. Entrevista concedida a Ana Maria Ramalho. Jornal de Letras, n. 260, out. 2020. Disponível em: https://www.jornaldeletras.com.br/artigos/2020-10/artigos-recordacoes-da-manchete.html. Acesso em: 20 jul. 2026.

(*Manchete*, n° 1721, 1985), sejam secundários, como "O caso Tancredo" (*Manchete*, n° 1726, 1985), tornaram públicas as perspectivas dramáticas e heroicizadas da revista em torno de Tancredo Neves, dando cobertura às viagens políticas e ao processo de adoecimento com títulos emblemáticos, como "A viagem de Tancredo", "Tancredo: o drama do presidente", "O Brasil reza por Tancredo", "O Brasil sofre com Tancredo" e "D. Risoleta, um símbolo para o Brasil".

As fotografias das capas seguiam a mesma linha dramática dos títulos, demonstrando o presidente eleito enquanto em vida e saudável ao lado do papa João Paulo II, sorrindo ao lado de sua esposa dona Risoleta e, em uma missa, ao lado de sua família. Quando doente, *Manchete* optou por uma fotografia de dona Risoleta rezando, com o olhar para cima e as mãos em sinal de intercessão e, por fim, após a morte, um dia antes de tomar sua posse, as fotografias foram, respectivamente, do rosto de Tancredo, com um semblante apreensivo, do seu velório e de dona Risoleta enlutada. Inclusive, a figura de Risoleta, como se verá adiante, foi um grande mecanismo utilizado pela revista para inteirar a imagem de Tancredo aos valores de otimismo e da família (Pádua, 2011, p. 207).

Percebe-se que, intrinsicamente, a revista *Manchete* produziu uma linha do tempo sobre a trajetória de Tancredo Neves. Em um primeiro momento, o político atuante e vivo, representando o futuro do Brasil através das mudanças almejadas para um outro tempo, com base na democracia. Em um segundo, o presidente eleito marcado pelo adoecimento e as incertezas quanto à transição política e a construção da democracia. Em terceiro, morto, desencadeando um grande sentimento de luto nacional, pelo presidente eleito e que não conseguiu assumir o cargo, pela "democracia" projetada na figura do presidente.

Estes posicionamentos ultrapassaram o editorial e puderam ser observados nas edições extraordinárias dedicadas ao presidente. As quatro edições extraordinárias foram: "Tancredo, a vitória da democracia" (*Manchete*, Edição Histórica, n° 1710, 1985); "O Brasil de Tancredo" (*Manchete*, Edição Histórica, n° 1718, 1985); "Tancredo Neves - O mártir da democracia" (*Manchete*, Edição Histórica, s/n, 1985) e "O adeus a Tancredo" (*Manchete*, Edição Especial, n° 1724, 1985). Em ordem, a primeira edição citada buscou evidenciar a vitória de Tancredo na eleição indireta, as duas edições seguintes trataram sobre as expectativas acerca da Nova República e, por fim, a última edição deu enfoque ao falecimento do presidente eleito.

A primeira edição extraordinária foi publicada onze dias após a eleição no Colégio Eleitoral que decidiu, por 480 votos contra 180 votos, a eleição de Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), contra Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS). Apesar de se adequar à tipologia "Edição Histórica", a edição permaneceu com algumas seções fixas do periódico, não utilizando o tema central como único ao longo das 132

páginas.

No editorial, o jornalista Roberto Muggiati escreveu que "em Tancredo Neves o povo brasileiro encontrou uma ponte entre nosso passado democrático e o desafio político do futuro. Um futuro que todos esperamos construir com liberdade." (*Manchete*, Edição Histórica, n° 1710, 1985, p. 15), o que sugere como o periódico compreendeu na figura de Tancredo Neves, ainda que de maneira implícita, uma articulação entre o passado, o tempo presente e o futuro daquele momento eleitoral. Percebe-se que, naquele contexto, o presente da redemocratização era apresentado como parte de uma história em construção,- vide a nomeação das edições "Históricas" sobre temas do tempo presente- ao mesmo tempo em que permanecia orientado pelas expectativas de um futuro democrático.

O fato é que Tancredo Neves tornou-se praticamente um consenso na mídia (Fico, 2016, p. 107), através da sua postura de conciliador entre os diversos grupos, junto ao seu carisma pessoal constantemente narrado pela grande mídia. Dito isto, *Manchete* não estava sozinha em sua cobertura à vida de Tancredo, mas se destacou pela aproximação dramática e irrestrita ao presidente. Nas páginas seguintes ao editorial, o periódico buscou tranquilizar o leitor sobre o processo de sucessão presidencial publicando uma série de fotografias em preto e branco que demonstraram um Tancredo Neves feliz, ao lado de sua esposa Risoleta e vice-presidente José Sarney.

Outras fotografias ilustraram as comemorações feitas pela população civil ao redor do Congresso Nacional, em Brasília, e nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em que, segundo *Manchete*, "nas ruas de todo o Brasil, o povo comemorou a vitória de Tancredo" (*Manchete*, 1985, p. 8). A partir de uma interpretação baseada nos estudos da Comunicação e Semiótica, Gésner Duarte Pádua descreveu que essas fotografias recorreram ao simbolismo de "devolução do poder ao povo", a considerar o tom dramático característico de *Manchete*:

> [...] a página dupla com uma grande foto do Congresso tematiza a reconquista do poder popular, patrocinada por Tancredo. Por causa dele o povo voltava a ocupar fisicamente o congresso e simbolicamente o seu lugar de direito na vida política do país, sob um céu claro que prenunciava novos e iluminados tempos. Trata-se de um tempo quase épico, como sugere o cromatismo em preto e branco. O efeito de sentido de grandiosidade, de totalidade e envolvimento também é conseguido com uso de uma lente grande angular, que permite aumentar o campo de apreensão da imagem (Pádua, 2011, p. 208).

Junto às grandes fotografias, comuns no fotojornalismo da revista, o jornalista Murilo Mello Filho frisou o caráter "tranquilo" da sucessão, destacando a importância da mobilização

popular através das “Diretas Já” e da emenda Dante de Oliveira. Para ele, a vitória de Tancredo representava “uma vitória da opinião pública brasileira” (*Manchete*, 1985, p. 8), caracterizando a aproximação povo-Tancredo construída também nas outras edições extraordinárias.

Esta construção foi elaborada a partir da referida união entre a força do povo e a ação heroica e transformadora de Tancredo Neves, que através de *Manchete*, apareceu sob a imagem de um “homem bem casado, maduro, experiente, estável, moderado, que olha nos olhos dos seus compatriotas e estabelece assim uma relação de proximidade, de intimidade, de cumplicidade e compromisso.” (Pádua, 2011, p. 209).

Como uma das estratégias, o periódico procurou evidenciar também o lado pessoal de Tancredo, para além de seus pensamentos e ideais políticos para o futuro do Brasil. Na reportagem “O homem Tancredo”, do jornalista Mário Bendetson, a história do então presidente eleito foi relatada através de sua trajetória pessoal, com destaques ao cargo de coroinha durante a infância, à profissão dos pais - um dono de armazém e uma dona de casa e a tentativa frustrada de se classificar para a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Uma vida comum, segundo *Manchete*, o que facilitaria a estimação com o leitor.

Em outra edição extraordinária, nº 1718, publicada em 23 de março de 1985, entre a internação e o falecimento do presidente, intitulada “O Brasil de Tancredo”, observou-se a mesma estratégia de “humanização” de Tancredo mas, neste caso, através de sua personalidade. O texto jornalístico o registrou como um homem não só político, mas calmo, com bom senso de humor, que não se irritava facilmente e que, apesar de não ser um grande orador, “consegue comunicar seus pensamentos e posições aos ouvintes”, demonstrando uma possível maleabilidade do político que poderia agradar os mais diversos grupos brasileiros. Até mesmo da elegância em suas roupas se elogiou Tancredo (p. 50), seguido da sua “saúde de ferro à base de magnésio” (*Manchete*, n° 1718, 1985, p. 49-56), embora continuasse internado no Hospital de Base de Brasília.

Inclusive, *Manchete* ocupou um local de destaque na imprensa quando publicou na edição regular n°1720 a emblemática fotografia, captada pelo fotógrafo Gervásio Baptista – considerado, inclusive, amigo íntimo de Tancredo -, que mostra o presidente eleito rodeado de médicos em um clima espontâneo, apesar da gravidade de seu estado de saúde. Esta foi a primeira edição da revista que trouxe a notícia da internação de Tancredo, que, sobretudo, buscou tranquilizar o leitor com a ideia de uma recuperação do presidente eleito. “A maior preocupação era tranquilizar o país” (*Manchete*, 1985, p. 9), dizia a legenda da fotografia dos médicos entrevistados.

É notório, a partir da dramatização e da aproximação à vida de Tancredo Neves, que a

revista *Manchete* consolidou aquilo que François Hartog (2013) define como presentismo. A urgência de estampar a vida pessoal e política do presidente eleito demonstraram como o evento foi historicizado de forma imediata, em um processo de "alargamento do presente", tornando o tempo presente como objeto contínuo nas páginas da revista.

Ainda, a edificação da figura heroica e quase messiânica de Tancredo Neves nas páginas da *Manchete* respondeu a uma complexa demanda social por estabilidade durante a transição política brasileira. Conforme escreve a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2012, p. 101-124), a história do tempo presente atua diretamente nas fronteiras dessas necessidades sociais e de memória, em que a sociedade espera por narrativas que destaquem novos atores e reduzam conflitos históricos vivenciados, como a violência e a opressão ocorridas ao longo da ditadura militar brasileira. Portanto, *Manchete* participou, como mídia jornalística que não apenas informa sobre o presente (Lohn, p. 117, 2014), da elaboração do que deveria ou não ser celebrado historicamente.

Apesar do engrandecimento acerca da personalidade conciliadora de Tancredo, *Manchete* não necessariamente apostava no engrandecimento exacerbado de seu futuro governo, pois o país naquele momento se encontrava diante de grandes dívidas externas e inflação elevada, fruto da crise econômica que vinha se formando desde os anos de 1970. Assim, a interpretação de *Manchete* se fundamentou na chamada "esperança realista", que acreditava que tudo poderia mudar, mas sem milagres. Para inteirar esta interpretação, *Manchete* publicou na edição "O Brasil de Tancredo" (*Manchete*, n° 1718, 1985, p. 60-64) uma pesquisa encomendada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) com o título "O que o povo pensa", a fim de divulgar como a população civil recebia a figura de Tancredo como futuro presidente. Com maioria da população entrevistada dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que declarava confiança no novo presidente, a reportagem utilizou as opiniões dos entrevistados para afirmar que, mesmo diante do excesso de dívidas e dos problemas econômicos, não seria possível esperar que Tancredo solucionasse os problemas nacionais de maneira imediata. Apesar disso, se reconhecia que Tancredo era a melhor solução para conduzir aquele período de transição, antecipando as dificuldades do futuro governo que precisaria enfrentar problemas que ultrapassavam a própria mudança de regime.

O regime militar ainda era fundamentado como resultado do que se considerava a "Revolução de 64" (*Manchete*, n° 1718, 1985, p. 8). Entretanto, apesar de ter sido abordado pela revista sob uma nova ótica depois de ter se se passado vinte e um anos, a maleabilidade editorial com as circunstâncias políticas permaneceu. O golpe 1964 e a posterior ditadura militar, que haviam sido compreendidos como parte de um processo necessário para a

reordenação do país, em 1985 recebeu a configuração de "autoritarismo", "prepotência [militar]" e "regime". No entanto, em nenhuma das edições extraordinárias a palavra "ditadura" foi utilizada para nomear os mais de vinte anos de governos militares na presidência do Brasil,[50] sendo também nomeado de "movimento militar de 1964" (*Manchete*, n° 1724, 1985, p. 25).

Tampouco o "recente passado" ditatorial recebeu grande espaço nas publicações da *Manchete* pois, enfim, a esperança da Nova República, ainda que vista como um evento futuro, se experienciava no tempo presente. Em suma, não houve, nas edições analisadas, uma cobertura dedicada às denúncias das torturas, assassinatos e violações cometidas durante a ditadura militar brasileira, ou, também, uma crítica aos limites da Lei da Anistia. Ao contrário, a lei promulgada pelo presidente militar João Baptista Figueiredo em 1979, que concedeu anistia tanto os opositores quanto aos agentes do Estado, foi saudada em alguns momentos nas quatro edições analisadas, com destaque à carta escrita pelo próprio Adolpho Bloch e direcionada ao ex-presidente militar Figueiredo:

> Meu caro Presidente João Figueiredo
> Quinze de janeiro é uma data importante na História do Brasil. A democratização foi a meta-síntese de seu governo. Hoje, dia de seu aniversário, irei à Sinagoga. É nosso templo, seu e meu, pois os Oliveiras são cristãos-novos e temos raízes comuns em nossa fé e em nossa personalidade. A sua alma, a sua maneira de ser e o seu modo de agir são características de um povo de 5 mil anos.
> Meu caro presidente: O seu nome superou os 20 anos da Revolução de 1964. Pode estar certo de que ele será lembrado pelos séculos afora como estadista da paz, da conciliação, que concedeu anistia a milhares de brasileiros e soube fazer do Brasil uma verdadeira democracia.
> Quero permanecer seu amigo, agora mais do que nunca. Aqui em MANCHETE temos o antigo escritório de JK – que hoje é o seu museu. E teremos também um escritório para o brasileiro João Figueiredo. Consideramos o senhor um dos nossos e aqui será sempre a sua casa.
> Aceite o afetuoso abraço do ADOLPHO BLOCH (*Manchete*, n° 1710, 1985, p. 10).

Este processo de "alargamento do presente" pode ser considerado, paradoxalmente, como uma forma de amenizar o passado recente. Conforme elucidou o historiador Temístocles Cezar (2012), a obsessão pelo presente e pelo acontecimento imediato não necessariamente diz respeito à um regime de historicidade fundamentado no que de fato aconteceu, mas, também, à um contexto em que "o passado que não quer ou não pode passar implica um presente que,

[50] Embora a revista *Manchete* não tenha assumido institucionalmente o termo "ditadura" em seus editoriais ou matérias assinadas pela redação, a palavra apareceu pontualmente através de falas de entrevistados, inclusive, de Tancredo Neves, e do escritor Jorge Amado.

igualmente, não passa, que continua, dura, resiste, nos cerca" (Cezar, 2012, p. 31-32).

No lugar das denúncias, *Manchete* também optou por focar em outro personagem tido como importante para a Nova República: o povo brasileiro. Nas edições extraordinárias sobre Tancredo, a população civil foi apresentada como parte fundamental do processo de redemocratização, iniciado, segundo a revista, pelos comícios das "Diretas já". [51] Chamada de "revolução branca", a redemocratização foi tida como uma "conquista pacífica e gradativa de liberdades", conquistada por uma população que sabia merecer um sistema democrático. O jornalista Luiz Orlando Lemos finalizou a apresentação da reportagem destacando o "novo" patriotismo alcançado pelo povo brasileiro, que lutou pela Nova República:

> [...]. O resultado foi o exuberante 15 de janeiro, com o indireto reconhecimento, pelo Colégio Eleitoral, da vontade da Nação. E voltou a dar gosto ser brasileiro, ser patriota. O verde-amarelo é moda, é musa, é *in*. Duas cores que voltam a fazer palpitar o coração desse bravo povo brasileiro. Um povo que quis, falou, gritou, conquistou e venceu (*Manchete*, n° 1718, 1985, p. 43).

As fotografias que se seguiram mostravam uma população reunida em comícios, em festivais de música, como o Rock in Rio em 1985, e no Carnaval de rua. Tancredo Neves apareceu em algumas fotografias, acenando para o público; em outras, a população vestia máscaras de Carnaval de Tancredo Neves o que, segundo a revista, tinha sido um sucesso de vendas. A diversidade da população, assim, foi apresentada sob um mesmo desejo de liberdade, sob a imagem de um povo brasileiro unido e alegre com os rumos tomados da política brasileira.

A própria trajetória até a eleição de Tancredo foi narrada como resultado desta mobilização popular, pois, segundo a revista, "a determinação do povo em fazer deste país uma democracia levou ao resultado de Tancredo vitorioso. De Brasil vitorioso. A página virada, a esperança liberada, para atender os desejos do povo brasileiro" (*Manchete*, Edição Histórica, 1985, p. 40). A democracia, portanto, foi apresentada como uma conquista do povo realizada através de Tancredo Neves, o que contribuiu para uma imagem de unidade nacional e aproximação entre população e presidente. Ora, fazia sentido humanizar a figura do presidente, torná-lo humilde e de temperamento tranquilo para, enfim, apoiar a Nova República e evidenciar o clima de patriotismo e civismo, como fez *Manchete* (Pádua, 2011; Marcelino, 2011, p. 5).

---

[51] "O cordão da democracia começou timidamente em 12 de janeiro de 1984, com um comício em Curitiba. Foram cerca de 50 mil pessoas gritando "diretas já'. E uma festa de todas as raças e todas as cores. Porque a liberdade é um desejo só" (*Manchete*, n° 1718, 1985, p. 40).

Por fim, a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, finalizou a saga de edições extraordinárias publicadas em favor do presidente eleito, mas não empossado. A Edição Histórica "Tancredo Neves o mártir da democracia", publicada cinco dias após o falecimento de Tancredo, "forja, em definitivo, a imagem de herói" (Pádua, 2011). Seguindo o título da edição, *Manchete* estampou a figura de Tancredo como um verdadeiro mártir que salvaria o Brasil caso estivesse vivo, a partir de uma narrativa dramática que envolveu três personagens principais, como se observou no editorial da edição: Tancredo, dona Risoleta e o povo brasileiro.

> Tancredo Neves foi o catalisador deste espírito de união - na luta pelas diretas, na campanha pela presidência, ao vencer o Colégio Eleitoral, ao reafirmar o orgulho nacional na viagem ao exterior e ao enfrentar o calvário da doença. O adeus a Tancredo - esta verdadeira liturgia política- comoveu a nação e deu a medida exata da sua liderança: um presidente que varreu, em poucos meses, todos os fantasmas da longa noite de arbítrio e autoritarismo. É a ele- e à coragem de D. Risoleta - que dedicamos esta edição. E também ao povo brasileiro e ao seu sentimento de liberdade. (*Manchete*, Edição Histórica, 1985, p. 3).

A construção de Tancredo como mártir ultrapassou, portanto, a própria condição de presidente eleito em que, através da já relatada "narrativa dramática" de *Manchete*, o falecimento do presidente foi entendido como um momento apoteótico, já histórico em seu tempo presente. Isso foi percebido, principalmente, a partir de frases em superlativo, a exemplo: a mais importante condecoração do Brasil, para o maior de todos os brasileiros (*Manchete*, Edição Histórica, s. número, 1985, p. 42). Outro exemplo foi a aproximação entre a trajetória do presidente com o contexto bíblico, que reforçou uma imagem que já não correspondia somente ao político recém-eleito, mas ao personagem que permaneceria na memória nacional:

> Não faltaram aqueles a compararem a Paixão de Cristo ao que estava se passando com o dr. Tancredo. Nem outros a encontrar na história de Moisés a metáfora para o momento que o país atravessava. O patriarca dos hebreus não chegou a entrar na Terra Prometida. Tancredo Neves não verá, em vida, a realização da Nova República" (*Manchete*, Edição Histórica, 1985, p. 69).

As fotografias também ocuparam espaço relevante nesta edição, que publicou uma série de imagens sobre o drama no velório de Tancredo, rodeado por amigos, familiares, políticos e de sua esposa dona Risoleta. Uma fotografia de Adolpho Bloch com um semblante

entristecido fez parte do rol das diversas fotografias acerca do velório e da comoção nacional, sendo a "cobertura fotográfica [...] exemplar, na produção de efeitos de sentido da dor, do trágico, do sofrimento do presidente e da comoção do povo com a doença e a morte do seu benfeitor (Pádua, 2011, p. 220).

As recorrentes fotografias de pessoas chorando, rezando e acompanhando o cortejo fúnebre fizeram parte dessa "produção de efeito de sentido da dor" ao longo da edição, que afirmou em dado momento que os brasileiros sofriam "como se fosse da família, como se fosse um pai, que padecesse no leito daquele hospital" e que, durante aqueles dias, teria se formado "uma verdadeira corrente de fé, unindo o Brasil, como nunca antes na história política do país" (*Manchete*, Edição Histórica, 1985, p. 67). Fato é que "a ritualística de homenagem a Tancredo Neves conjugava um excessivo aparato simbólico de "panteonização" com a informalidade típica das manifestações populares." (Marcelino, 2011, p. 2) e, por isso, não haveria de ser diferente dentro das páginas de *Manchete*.

Ao fim, dona Risoleta foi uma figura recorrente nesta edição, que não se restringiu à condição de esposa do presidente, mas também como alguém com atributos de coragem, fé e lealdade ora a seu esposo, ora ao povo brasileiro. Nomeada de 'mulher-coragem', foi considerada como uma mulher eloquente, política e polida, que fez jus à personalidade de seu esposo. Com linguagem exagerada, Manchete afirmou que "Risoleta magnetizou o Brasil com suas comovidas palavras" (*Manchete*, Edição Histórica, 1985, p. 23), ao pedir calma ao povo que se aglomerava diante dos portões, evidenciando uma ideia de 'heroína' que se criava sobre sua figura desde edições anteriores – como ocorrido com Sarah Kubitschek por ocasião da morte de JK (Marcelino, 2011, p. 6).

A figura de Risoleta passou, assim, a representar também a dimensão humanizada e familiar da tragédia, ao passo em que as homenagens feitas pela *Manchete* para relembrar a figura de Tancredo não mais remetiam à um político, como nas publicações feitas quando o presidente se elegeu e se mostrava com vigor e saúde, mas às imagens de um santo e de um amigo (Marcelino, 2011, p. 7), que, para o periódico, entraram para a história brasileira já naquele momento, em 1985. "Tancredo é presidente. Enquanto houver República. Enquanto houver Brasil." (*Manchete,* Edição Histórica, s. Número, 1985, p. 98), finalizou a revista *Manchete.*

Por fim, considerando que os meios de comunicação não apenas informam o presente, mas também propõem um arranjo entre as percepções sobre passado, presente e futuro (Lohn, 2014, p. 117), observa-se que a revista *Manchete*, ao desenvolver uma narrativa própria acerca da vida e morte de Tancredo Neves, também participou da complexa operação de poder que

envolve lembrar e esquecer. Como sugere Michael Pollak (1989, p. 9), o trabalho de selecionar, silenciar e (re)lembrar faz parte direta do processo de construção de memórias coletivas, o que se entende como um “enquadramento da memória”.

Assim, o retorno do "passado recente" da ditadura militar brasileira na revista *Manchete* ocorreu especialmente através da confiança e da compreensão de que a democracia seria inevitável, tida como parte essencial deste “futuro presente”, isto é, um futuro tão grandioso que se mistura com as próprias experiências do tempo presente. Baseada na ruptura com o autoritarismo da ditadura, *Manchete* utilizou a figura de Tancredo Neves, primeiro civil eleito desde 1964, como uma “ponte” entre a suplantação do passado recente e o futuro democrático, a partir do sentimento de uma transição política segura. Tancredo Neves, dona Risoleta e o povo brasileiro, em *Manchete*, figuraram como elementos excelentes neste sentido de ruptura, mas também permanência. O passado recente retornava, portanto, não apenas como aquilo que deveria ser lembrado, mas como parte da construção dos sentidos atribuídos ao presente democrático, visualizado também como futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Empregamos a técnica mais moderna e nossa equipe trabalha com entusiasmo para dar ao Brasil uma imagem otimista", afirmou Adolpho Bloch na matéria "Adolpho Bloch escreve", publicada na matéria da Edição Especial de 1982, acerca do projeto de TV da Rede Manchete que se iniciou no ano seguinte. Mas, a partir das observações elaboradas ao longo desta pesquisa, a expressão pode receber outra perspectiva: o esforço e entusiasmo, não só de Adolpho Bloch, mas da equipe editorial da Bloch Editores, se valeu para reforçar uma imagem otimista do país – "dar ao Brasil uma imagem otimista" - por meio das publicações da revista *Manchete*.

Esta perspectiva foi se afirmando à medida que a pesquisa se solidificou e percorreu caminhos mais lineares, processo que somente se tornou possível a partir das principais práticas do ofício historiográfico, como ler, escrever, observar, questionar e delimitar — e, por vezes, re-delimitar – o tema central. Como visto, utilizar a imprensa como fonte/objeto demanda considerá-la como fonte complexa de informações históricas, o que remete à uma também complexa metodologia de pesquisa. Como a historiadora Maria Helena Capelato (1988) aconselhou, é necessário que, ao recorrer à imprensa, "se determine os interesses econômicos e políticos; que se distinga a imprensa oficial da oficiosa; que se diferencie imprensa e opinião pública", se atentando às particularidades e contexto histórico em que o periódico está inserido. (Capelato, 1988, p. 20).

Assim, se tornou necessário compreender a própria trajetória da revista *Manchete*, a fim de perceber quais condições possibilitaram a existência e sucesso deste periódico por quase cinco décadas no mercado editorial brasileiro. Desde sua fundação em 1952, o periódico já denunciava através das suas páginas ilustradas e capas coloridas, a longa experiência no ramo gráfico dos irmãos Bloch, especialmente a partir da figura de Adolpho Bloch, fundador da revista. Lançada na "era das revistas de consumo", a revista *Manchete* logo ocupou um lugar de destaque entre as revistas deste nicho, ultrapassando em poucos anos a tradicional concorrente *O Cruzeiro* e servindo como espaço importante de novas propagandas e publicidades.

Como proposto pela historiadora Tania Regina de Luca (2006, p. 132), a pesquisa histórica por meio dos periódicos exige que o historiador se atente aos aspectos que compõem a materialidade dos impressos pesquisados. O ousado projeto gráfico, a qualidade do papel, o fotojornalismo e a diagramação de qualidade da revista *Manchete* não eram, portanto,

elementos acessórios e neutros, mas também faziam parte da mensagem transmitida pelo periódico. Em contexto, o progresso nacional exigia ser impresso em cores vivas e em alta definição.

Junto à consolidade identidade editorial da *Manchete*, observou-se especialmente através da bibliografia, a relevância de Adolpho Bloch para o sucesso do carro-chefe da empresa. De maneira cortês, mas também exigente e temperamental, Adolpho Bloch se mantinha sempre próximo das publicações e atento aos detalhes editoriais da "revista Manchete", o que implicava nos conteúdos propostos pela equipe editorial.

O apoio à Getúlio Vargas, o elogia à Jânio Quadros e as recorrentes coberturas otimistas sobre a figura de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília demonstraram o quanto a personalidade situacionista de Bloch também imperava nas publicações de *Manchete*, característica estendida às publicações do período da ditadura militar brasileira. Mas, é importante ressaltar que essa postura editorial não necessariamente se tratou de um apoio estritamente político, pois o posicionamento otimista e de sentimento ufanista foi percebido como um ideal proposto por Bloch e seu editorial desde a primeira edição.

Em especial, o apoio à JK deu início ao conjunto das edições mapeadas e organizadas durante esta pesquisa, aqui nomeadas de edições extraordinárias. A partir da primeira Edição Histórica, lançada em 1960 em homenagem à inauguração da cidade de Brasília, *Manchete* passou a publicar edições que se diferenciavam não somente da sua recorrente periodicidade semanal, aos sábados, mas também do seu formato editorial, contendo mais ou menos páginas que as edições regulares; e dos conteúdos das edições, que agora poderiam ter temas centrais e únicos ao longo de suas páginas.

A partir disso, fundamentando-se na perspectiva da História do Tempo Presente e na análise de representações em impressos periódicos, esta dissertação apresentou como objetivo central a análise do papel da revista *Manchete* na construção de narrativas sobre a ditadura militar brasileira, especialmente a partir das suas edições extraordinárias. Junto a isso, o intuito foi observar de que maneira o periódico articulou as temporalidades (passado, presente e futuro) na representação dos acontecimentos e na construção de sentidos sobre o tempo histórico. Para isso, a análise foi fundamentada principalmente nas contribuições de Koselleck (2006), François Hartog (2013), Carlos Fico (1997).

Foi, portanto, a partir do conjunto das edições extraordinárias que foi possível perceber de maneira mais evidente a relação do periódico com a produção de sentidos históricos. Dentre o conjunto mapeado, organizado e analisado, categorizou-se quatro tipologias: "Edição Extra", "Edição Histórica", "Edição Especial" e "Edição Suplemento", em que, ao passo das análises,

se constatou características próprias a cada uma das tipologias, as quais refletiam o trabalho editorial e sua relação com o tempo presente.

As edições extras respondiam à urgência do acontecimento e à necessidade mercadológica de publicar ao leitor aquilo que não poderia esperar pela próxima edição semanal afinal, *Manchete* tinha o desejo de "colher o instantâneo, o irrepetível". Foi o caso, à exemplos, do Golpe Militar de 1964 e do afastamento do ditador Salazar do governo português, em 1968.

As edições suplemento possuíam uma relação distinta com a publicação regular, sendo distribuídas conjuntamente a ela como materiais adicionais, muitas vezes próximos do formato de cartilhas ou folhetos. Seus conteúdos variavam entre questões práticas, econômicas e financeiras e temas de interesse político, como o suplemento produzido em parceria com o Exército em 1969.

Já as edições históricas, por sua vez, mesmo respondendo aos acontecimentos do tempo presente da publicação, se diferenciavam das edições extras por dois principais motivos: a utilização de um tema central na publicação e o intuito de "memorialização" destes temas. Ao observar e compreender quais acontecimentos a *Manchete* considerava relevantes ao ponto de serem reconhecidos como já parte da "história", foi possível identificar como o periódico conferia ao presente um sentido histórico, prevendo seu lugar considerável na história e, por isso, o antecipando em uma condição de "suposto passado histórico". Como observa Hartog (2013, p. 150), no regime de historicidade moderno, motivado pelas acelerações temporais, o presente tende a ser substituído por outro presente e, nisso, se "veste" de passado sem assim ser.

Ainda sobre as edições históricas, é importante destacar que a revista *Manchete* não necessariamente se utilizou em todas estas edições o termo "histórico" para denotar um caráter estritamente historiográfico. Em alguns casos, como se observou na edição "Carnaval do IV Centenário", O homem conquista o espaço" (1969) e, possivelmente em "A vitória de Israel" (1967), o termo "histórico" serviu mais como um rótulo para valorização e destaque da edição em relação às edições regulares, como um recurso editorial e mercadológico. Portanto, se observou que as tipologias não seguiram uma prática editorial única, pois, à exemplo, o termo "Histórica" poderia significar e servir para diferentes práticas editoriais e mercadológicas.

As "Edições Especiais", diferentemente, assumiram uma proposta quase que única ao longo de suas 12edições publicadas entre 1968 e 1985 [52]: a de apresentar o Brasil como um país em desenvolvimento e progresso, baseada na noção da união de uma nação cada vez mais

[52] Com exceção de edições como "Manchete 30 anos" (1982) e "O adeus a Tancredo" (1985).

modernizada. Estas edições se utilizaram de grandes e coloridas fotografias das paisagens naturais brasileiras das construções empreendidas através dos governos militares junto à um discurso que considerava a mão de obra do trabalhador brasileiro como força motriz e essencial para a conquista de um país cada vez mais bem-sucedido. Tão logo estas edições foram importantes para compreender a relação entre o tempo presente e expectativas de futuro realizadas por *Manchete*, mais bem descrito no segundo capítulo desta dissertação.

Em especial, este capítulo propôs demonstrar a adesão de *Manchete* ao discurso ufanista e desenvolvimentista que marcou especialmente o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici e, posteriormente, de Ernesto Geisel. À luz das categorias propostas por Reinhart Koselleck (2006), o "horizonte de expectativa" pôde ser observado nas páginas de diversas edições extraordinárias de *Manchete*, em que, por meio de coberturas sobre a construção da rodovia Transamazônica, de grandes usinas hidrelétricas e de projetos como o "Brasil Futuro", a revista pode ter servido como um periódico difusor deste imaginário de grandiosidade nacional.

Inclusive, o dito "futuro presente", isto é, um futuro que por ser tão ansiado, reflete no tempo presente, foi observado até mesmo quando o periódico fez usos do passado. A análise do Capítulo 3 demonstrou como a revista construiu "passados presentes" distintos, mas que, de uma forma ou outra, reiteravam as sensações do tempo presente. A comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, publicada pela revista *Manchete* é um forte exemplo de como o periódico tratou de um "passado distante" como um período coeso, legítimo e, especialmente, inato à história do Brasil. Uma das estratégias para essa relação passado-presente pode ser observada através da "heroificação" da figura de Dom Pedro I, que por ter sido "fiel" à nação, assim poderia ser o leitor da década de 1970.

Com destaques para as edições extra e histórica de 1964 e, por fim, a grande cobertura feita sobre o processo de redemocratização política brasileira, estampada a partir da figura do presidente eleito Tancredo Neves, foi possível perceber a associação ao passado recente. A maleabilidade situacionista da Bloch Editores junto ao contexto editorial brasileiro de proximidade ao processo de redemocratização política brasileira, permitiu que a revista *Manchete* utilizasse a democracia como um sistema inevitável ao "futuro presente", sem grandes ressalvas ao período de autoritarismo do regime militar. Foi, portanto, possível perceber como a revista redigiu escolhas entre lembrar e esquecer.

Assim, considerando que os produtos da imprensa podem ser entendidos como objetos históricos centrais na construção de temporalidades nas sociedades contemporâneas (Pereira, 2009, p. 21), a revista *Manchete*, especialmente por meio de suas edições extraordinárias, atuou

em narrativas relacionadas à memória e ao tempo histórico. Ao misturar um passado seletivo com as promessas de um futuro ufanista, o periódico contribuiu para a produção e a circulação de representações que, em diferentes momentos, dialogaram com a sustentação do regime autoritário e com os sentidos atribuídos à transição democrática brasileira. Analisar essa trajetória, por mais que se perca uma infinidade de outras perspectivas que aqui não puderam ser abordadas, nos mostra como a grande imprensa brasileira do período da ditadura militar esteve intimamente ligada às disputas de poder, enquanto participou da seleção daquilo que construiu a memória pública e a narrativa do nosso passado recente.

FONTES

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1, 26 abr. 1952.

MANCHETE. Edição Extra: Carnaval. Rio de Janeiro: Bloch Editores, mar. 1960.

MANCHETE. Brasília – Edição Histórica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 21 abr. 1960.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 7 maio 1960.

MANCHETE. JK awakes the giant. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1960.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 622, 21 mar. 1964.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 625, 11 abr. 1964.

MANCHETE. Edição Extra: As fotos da revolução. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 625, 11 abr. 1964.

MANCHETE. Edição Histórica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, abr. 1964.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 629, 1964.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 666, 23 jan. 1965.

MANCHETE. Carnaval do IV Centenário – Edição Histórica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 674, 20 mar. 1965.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 688, 26 jun. 1965.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 720, 5 fev. 1966.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 722, 19 fev. 1966.

MANCHETE. A vitória de Israel – Edição Histórica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1967.

MANCHETE. Amazônia: aqui começa a segunda descoberta do Brasil. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1967. Suplemento da edição n. 812, 11 nov. 1967.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 834, 13 abr. 1968.

MANCHETE. Como preencher a sua declaração de rendimentos: instruções para 1968. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1968. Suplemento da edição n. 834.

MANCHETE. Retrato do Brasil – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1968.

MANCHETE. Portugal chora Salazar – Edição Extra. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 28 set. 1968.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 885, 1969.

MANCHETE. O Exército informa: o que fêz em 1968, o que está fazendo pelo Brasil. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969. Suplemento da edição n. 885.

MANCHETE. Progresso do Brasil – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969.

MANCHETE. O homem conquista o espaço – Edição Histórica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969.

MANCHETE. Brasil 70 – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.

MANCHETE. Retrato de São Paulo – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.

MANCHETE. A glória do Tri – Edição Histórica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 951, 1970.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 963, 3 out. 1970.

MANCHETE. Edição Financeira. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970. Suplemento da edição n. 963.

MANCHETE. Brasil 71 – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.000, 1971.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 983, 1971.

MANCHETE. Os incentivos da integração – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1971. Suplemento da edição n. 983.

MANCHETE. Brazil 1972 – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972.

MANCHETE. Edição da Independência: 150 anos de progresso. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972.

MANCHETE. 1822–1972: uma bandeira do Brasil em cada porto do mundo. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 29 abr. 1972. Complemento da edição n. 1.042.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.045, 1972.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.068, 1972.

MANCHETE. Norte do Paraná: a nova explosão do progresso. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972. Suplemento da Edição da Independência.

MANCHETE. Um novo Brasil – Amazônia: Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, fev. 1973.

MANCHETE. Brasil 73 – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

MANCHETE. Brazil New Horizons – Export Special Edition. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

MANCHETE. Portugal – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

MANCHETE. Lançamentos 73 – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.144, 1974.

MANCHETE. Rio de Janeiro – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

MANCHETE. Brasil Futuro 1975–1979 – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.152, 1974.

MANCHETE. Espanha 74: a grande feira comercial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974. Suplemento da edição n. 1.152.

MANCHETE. O fim de Nixon – Edição Extra. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.164, 9 ago. 1974.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.228, 1975.

MANCHETE. Welcome Asta to Brazil. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975. Suplemento da edição n. 1.228.

MANCHETE. Brasil 76. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.

MANCHETE, Brazil today, Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.

MANCHETE. Minas 1979: segundo polo industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978. Edição especial publicada como suplemento da edição n. 1.393.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.418, 1979.

MANCHETE. João de Deus: o triunfo da fé. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.474, 19 jul. 1980. Edição histórica. Acervo do LEPHIR.

MANCHETE. João Paulo II. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1980. Edição especial. 34 p. Acervo do LEPHIR.

MANCHETE. Brasil Verdade. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 29 maio 1982. Suplemento da edição n. 1.571. 47 p. Diretor responsável: Murilo Melo Filho. Acervo do LEPHIR.

MANCHETE. Manchete 30 anos – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1982.

MANCHETE. Amazônia Espetacular – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, jun. 1983.

MANCHETE. Edição especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.707, 1985.

MANCHETE. Tancredo: a vitória da democracia – Edição Histórica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.710, 1985.

MANCHETE. O Brasil de Tancredo – Edição Histórica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.718, 23 mar. 1985. Acervo do LEPHIR.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.720, 1985.

MANCHETE. Tancredo, saúde já. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.721, 1985.

MANCHETE. O adeus a Tancredo – Edição Especial. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.724, 1985.

MANCHETE. O caso Tancredo. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1.726, 1985.

MANCHETE. Tancredo Neves: o mártir da democracia. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 26 abr. 1985. Edição histórica. 92 p. Acervo do LEPHIR.

FONTE AUDIOVISUAL

SALLES, W. Ainda estou aqui [filme]. Direção de Walter Salles. Produção: Gullane Filmes; Videofilmes. Brasil: Globo Filmes, 2024.

ENTREVISTA

NISKIER, Arnaldo. Recordações da Manchete. Entrevista concedida a Ana Maria Ramalho. Jornal de Letras, n. 260, out. 2020. Disponível em: https://www.jornaldeletras.com.br/artigos/2020-10/artigos-recordacoes-da-manchete.html.

Acesso em: 20 jul. 2026.

SITES CONSULTADOS

BIOGRAFIA DE ADOLPHO BLOCH. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120319012544/http://www.fortunecity.com/lavender/tomatoes/792/bloch4.htm. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL, Bruno. Manchete. BNDigital – Biblioteca Nacional Digital, 4 fev. 2019. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/manchete/. Acesso em: 1 ago. 2025.

REDE MANCHETE. A História da TV Manchete. Manchete.org. Disponível em: https://manchete.org/historia/a-historia-da-tv-manchete/. Acesso em: 19 ago. 2026.

WESTIN, Ricardo. Restos mortais de D. Pedro I foram recebidos com honras em 1972. Senado Notícias, Brasília, DF, 2 set. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/restos-mortais-de-d-pedro-i-foram-recebidos-com-honras-em-1972. Acesso em: 17 jul. 2026.

ACERVO CONSULTADO

LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES – LEPHIR. Acervo físico da revista Manchete. Dourados: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, A. A. (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 67-93.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980, 120p.

ALVES, Fabiana Aline. *O fotojornalismo e os olimpianos modernos: o caso de Costa e Silva na revista Manchete (1966-1969).* In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3151-1.pdf. Acesso em: 3 maio 2025.

ALVES, Giovanna Nascimento. *Maneiras de interpretar os sentidos da corrupção: uma análise sob a ótica da revista Manchete durante a campanha presidencial brasileira de 1960*. 2023. 115 f., il. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

AMORIM, Rose Mary Guerra. *O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados.* 139 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *Um país impresso: História do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980).* Curitiba: Editora CRV, 2014.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil: 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, 264p.

BILUCZYK, Roberto. *Da Constituinte ao Plebiscito: discussões e representações sobre formas e sistemas de governo nas revistas Manchete e Veja (1987-1993*). 2021. Dissertação (Mestrado em História) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021. 269f

BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch: ascensão e queda de um império familiar. 2ª reimpressão.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Oficio de Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONALDO, Rodrigo. Bragio. Um fardo do presente? O jornalista entre a história e a memória. In: MAGALHÃES, Marcelo et al. (orgs.). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia* .Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 255-277.

CARDOSO, José Leandro Rocha; ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Aconteceu, virou manchete*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n.41, p. 243-264, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História Do Brasil*. São Paulo, Editora Contexto, 1988.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica, In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.),

História: novos problemas, São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus H. F.; MATA, Sérgio da (Org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 31-50.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

CHARTIER, Roger. *Os Desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CORDEIRO, Janaína Martins, *Direitas em movimento. A Campanha da Mulher pela. Democracia e a ditadura no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 2009.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964*. Revista de História, São Paulo, n. 180, p. 1–19, 2021.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente e ensino de História*. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 19-34, 2013.

DE LUCA, Tania Regina. Impressos periódicos e escrita da história: notas sobre o cenário atual. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 185, n. 495, p. 193–205, 2024. DOI: 10.23927/revihgb.v.185.n.495.2024.192. Disponível em: https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/192. Acesso em: 29 ago. 2025.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. *O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972).* In: Temp e Argumento. Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 355-385, jan./abr. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, F. et. al. (orgs.). Tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p. 101-124.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais.* 1 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasi*l. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.* Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de História*. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988*.São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques et al. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 215-240.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O teatro político e seus intérpretes: o início da redemocratização nas páginas de Isto É. In: Silvia Maria Fávero Arend. (Org.*). Um país impresso: História do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980)*. 1ed.Curitiba: CRV, 2014, v. 1, p. 97-122.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In: Janice Gonçalves. (Org.). *História do tempo presente: oralidade, memória, mídia.* 1ed. Itajaí: Casa Aberta, 2016, v. 1, p. 59-76.

LUCA, Tânia Regina. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCELINO, Douglas Attila. *"Liturgias cívicas e ritualização do poder: funerais de presidentes e memória de Tancredo Neves".* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura militar e propaganda política: a revista manchete durante o governo Médici.* 1999. 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, 1999.

MAUAD, Ana Maria. *Janelas que se abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, v. 10, n. 2, jul./dec. 1999. p. 63-90.

MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do "Brasil grande".* 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MIRA, Maria Celeste. *Cultura e Segmentação: um olhar através das revistas*. In: SILVA, Ana Amélia da; CHAIA, Miguel (Orgs.). Sociedade, cultura e política: ensaios críticos. São Paulo: EDUC, 2004. p. 246-259.

MONTEIRO, Charles. *História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.8, n.17, p.64 - 89.jan./abr.2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de

Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP;

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. *"Aconteceu: Virou Manchete": o golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 146 f.

NORA, Pierre. *O retorno do fato*. In. LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p, 179-193.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 17 jun. 2026.

PÁDUA, Gesner Duarte. *O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982-1985).* 2011. 252f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PÁDUA, Gesner Duarte. *Manchete, a cortesã do poder*. Revista Brasileira de História da Mídia, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 213-222, 2013. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4121. Acesso em: 17 mar. 2025.

PENA, Felipe. *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

PEREIRA, Mateus H. F. *A Máquina da Memória/Almanaque Abril: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: EDUSC, 2009.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PONGETTI, Henrique. *"Tudo começou como uma Bela e louca aventura".* Revista Comunicação, Rio de Janeiro, ano 6 (22): 3-24, 1977.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François, Luiz Fernando Ferreira da Rocha e Ricardo Timm de Souza. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. *Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.* Brasília: UnB, 2001. p. 125.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. *O tempo e as imagens de mídia: capas de revistas como signos de um olhar contemporâneo.* 2003. 239 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. *Temporalidades em Imagens da Imprensa: capas de revistas como signos de olhares contemporâneos*. Maringá: EDUEM, 2011, 273p.

SILVA, Silvana Louzada. *Fotojornalismo em Revista: O fotojornalismo em O Cruzeiro e*

Manchete nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. Abril 2004. 197 p. Mestrado em Comunicação – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Artes e Comunicação Social.

APÊNDICE A - Edições Extraordinárias da revista *Manchete* (1964-1985)

Título	Tipo	Data	Número de páginas	Observação
As fotos da revolução	Edição Extra	n. 625 11/04/1964	112 p.	Lançada junto com a edição regular "O drama da Marinha", n. 625
Edição Histórica	Edição Histórica	s. número abr./1964	48 p.	
Carnaval do IV Centenário	Edição Histórica	n. 674, 20/03/1965	104 p.	
Oriente Médio 1967 - A vitória de Israel	Edição Histórica	1967	Sem informação	
Amazônia: aqui começa a segunda descoberta do Brasil	Edição Suplemento	11/11/1967	151 p.	Suplemento da edição regular n. 812
Portugal chora Salazar	Edição Extra	28/09/1968	8 p.	
Retrato do Brasil	Edição Especial	1968	204 p.	
Como preencher a sua declaração de rendimentos: instruções para 1968	Edição Suplemento	13/04/1968	64 p.	Suplemento da edição regular n. 834
Progresso do Brasil	Edição Especial	1969	324 p.	
O homem conquista o espaço	Edição Histórica	ago./69	132 p.	
O exército informa o que fez em 1968, o que está fazendo pelo Brasil	Edição Suplemento	12/04/1969	32 p.	Suplemento da edição regular n. 886
Retrato de São Paulo	Edição Especial	jan./70	228 p.	
A epopéia do Tri	Edição Sonora*	jun./70	Sem informação	Denominada "Edição Sonora" pela revista, acompanhava um disco compacto com a narração dos 19 gols do Brasil. Classificada nesta pesquisa como "Edição especial".
Copa - 70 A glória do Tri	Edição Histórica	jul./70	162 p.	
Brasil 70	Edição Especial	out./70	356 p.	
Edição financeira - Mercado de capitais O nôvo Brasil	Edição Suplemento	03/10/1970	88 p.	suplemento da edição regular n. 963
Brasil 71 n° 1.000	Edição Especial	n. 1000, 1971	382 p.	
Os incentivos da integração	Edição Suplemento	20/02/1971	100 p.	Teve como título "Edição especial", mas se tratou de uma edição suplemento da edição regular n. 983
Norte do Paraná - a nova explosão do Progresso	Edição Suplemento	1972	41 p.	Suplemento da Edição da Independência

Edição da Independência - 150 anos de Progresso	Edição Histórica	1972	338 p.	
Brazil 1972 - Special Edition	Edição Especial	1972	338 p.	Edição em inglês
Lançamentos 73	Edição Especial	1972	270 p.	Edição focada em automóveis
1822–1972 uma bandeira do Brasil em cada porto do mundo	Edição Suplemento	29/04/1972	41 p.	Suplemento da edição regular n. 1042
Um novo Brasil Amazônia	Edição Especial	1973	228 p.	
Brazil new horizons	Edição Especial	1973	240 p.	Edição em inglês
Brazil 73	Edição Especial	1973	328 p.	
73 Portugal	Edição Especial	mai./73	204 p.	
Espanha 74 - A grande feira comercial	Edição Suplemento	18/05/1974	48 p.	Suplemento da edição n. 1152
O fim de Nixon	Edição Extra	09/08/1974	68 p.	Publicada um dia antes da edição regular n. 1164
Brasil Futuro (1975-1979)	Edição Especial	1974	337 p.	
Retrato de São Paulo	Edição Especial	1974	244 p.	
Rio	Edição Especial	1974	216 p.	
Welcome asta to Brazil	Edição Suplemento	01/10/1975	80 p.	Edição em inglês; Suplemento da edição regular n. 1228
1976 Brasil	Edição Especial	1976	332 p.	
Brazil Today	Edição Especial	1976	Sem informação	Edição em inglês
Minas 1979 - segundo pólo industrial do Brasil	Edição Suplemento	30/12/1978	48 p.	Suplemento da edição n. 1393
João de Deus: o triunfo da fé	Edição Histórica	n. 1474, 19/07/1980	130 p.	
João Paulo II	Edição Especial	jun./80	36 p.	Acompanhava uma medalhinha comemorativa no encarte; Esta edição vendeu cerca de 2,5 milhões de exemplares, recorde da revista Manchete.
Manchete 30 anos	Edição Especial	1982	64 p.	
Brazil 82	Edição Especial	1982	212 p.	Edição em inglês
Brasil Verdade	Edição Suplemento	29/05/1982	48 p.	Suplemento da edição n. 1.571

Amazônia espetacular	Edição Especial	jun./83	164 p.	
Brasil 83	Edição Especial	jun./83	196 p.	
Tancredo A vitória da Democracia	Edição Histórica	n. 1710 26/01/1985	132 p.	
O Brasil de Tancredo	Edição Histórica	n. 1718 23/03/1985	140 p.	
O adeus a Tancredo	Edição Especial	n. 1724 04/05/1985	108 p.	
Tancredo Neves o Mártir da Democracia	Edição Histórica	s. número 26/04/1985	92 p.	

Legenda

Edição Extra
Edição Histórica
Edição Suplemento
Edição Especial (inclui a Edição Sonora*)

A disponibilização ao público, bem como a reprodução desta dissertação/tese, atende ao disposto no artigo 99 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD e no Termo de autorização e declaração de distribuição não exclusiva para publicação no Repositório institucional da UFGD, por mim assinado e enviado à Biblioteca Central da UFGD e à Secretaria do PPGH.

gov.br
Documento assinado digitalmente
RAISSA SILVEIRA BUSS
Data: 02/11/2026 12:51:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br